

Impactos Econômicos de Megaeventos Esportivos

**Marcelo Weishaupt Proni
Raphael Brito Faustino
Leonardo Oliveira da Silva**

**Campinas
2014**



UNICAMP

IMPACTOS ECONÔMICOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Copyright 2014 by Marcelo Weishaupt Proni
Raphael Brito Faustino
Leonardo Oliveira da Silva

Proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por qualquer meio ou sistema, sem o prévio consentimento da Casa da Educação Física.

Casa da Educação Física
Rua Bernardo Guimarães, 2786 - Sto. Agostinho
Belo Horizonte / MG - CEP 30140-082
Tel.: (31) 32911539
casa@casaef.org.br

Impresso em Belo Horizonte - MG, Brasil
Editor de Arte: Sigla Comunicação
Editoração: Casa da Educação Física
Capa: Sigla Comunicação

FICHA CATALOGRÁFICA

Proni, Marcelo Weishaupt

P965 Impactos econômicos de megaeventos esportivos / Marcelo Weishaupt Proni, Raphael Brito Faustino e Leonardo Oliveira da Silva. – Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2014.

182p.

ISBN 978-85-98612-25-6

1. Megaeventos esportivos – Impactos econômicos.
 2. Copa do mundo de futebol. 3. Jogos olímpicos.
- I. Faustino, Raphael Brito. II. Silva, Leonardo Oliveira da. III. Título.

CDD: 796

CDU: 796.4

Elaborada por: Maria Aparecida Costa Duarte - CRB/6-1047

Sumário

| | |
|---|-----|
| Prefácio | 5 |
| Apresentação | 9 |
| Introdução: Impactos e legados de megaeventos esportivos..... | 13 |
| PARTE I – COPA DO MUNDO DE FUTEBOL | 41 |
| Cap. 1. Impactos econômicos das Copas de 2006 e 2010 | 47 |
| Cap. 2. A preparação para a Copa do Mundo no Brasil | 55 |
| Cap. 3. Impactos esperados da Copa de 2014 | 75 |
| PARTE II – JOGOS OLÍMPICOS | 91 |
| Cap. 4. Balanço das Olimpíadas de Londres - 2012 | 101 |
| Cap. 5. Projeções para os Jogos Olímpicos do Rio - 2016 | 127 |
| Considerações Finais | 153 |
| Referências Bibliográficas | 163 |

Prefácio

Desde meados da década de 70, o mundo experimenta um rápido e notório crescimento do esporte e as suas mais variadas formas de expressão, representadas por diferentes modalidades esportivas, fenômeno também ocorrido no Brasil, um país continental com uma organização esportiva de características próprias, e integrado ao sistema esportivo internacional.

Se tivermos como referencial que o esporte moderno constituiu-se como importante fenômeno social originado na Inglaterra no século XIX (BOURDIEU, 1983) e que aos poucos foram se desenvolvendo as suas manifestações reconhecidas atualmente, seria natural que novas configurações viessem a compor esse rol de conhecimentos para melhor entender a grandiosidade do esporte no século atual, com sua grandeza e interesse de multidões.

Podemos dizer que foi a partir dos anos 70 que o Brasil iniciou mudanças profundas no seu sistema esportivo, fruto de modificações nas políticas esportivas e na legislação, proporcionando, desde então, novas possibilidades de organização. Outro ponto a destacar nesse contexto foi a entrada definitiva dos patrocínios esportivos, cada vez mais vinculados à ação de marcas privadas e dos recursos financeiros oriundos para divulgação dessas marcas, vinculando-as ao fenômeno esportivo, aos gestos, beleza, sensações e emoções proporcionados pelos grandes atletas e seu feitos.

Quando mencionamos a perspectiva de uma nova configuração do esporte contemporâneo, identificamos algumas questões centrais para as análises atuais. Dentre algumas, numa ideia de linha do tempo e tendo como marco inicial o final do século XIX: da transição do ideal olímpico de Coubertin para a utilização política do Esporte em meados do século XX (quando duas grandes potências mundiais disputaram o poder do planeta e se utilizaram do esporte para demonstrar essa supremacia), chegando ao atual paradigma do esporte como negócio e a transformação do amadorismo para o profissionalismo, do esporte como gerador de riquezas e empregos, com mídia especializada e ampliação da informação esportiva em “larga escala”.

Também, o surgimento do conceito do esporte como negócio impulsionando diversas áreas de ação, as novas formatações do esporte para “caber” na mídia, a geração de novos empregos e mercados profissionais, novas legislações, entradas de capitais e ampliação de recursos financeiros privados, enfim, a produção de um ambiente contemporâneo para um esporte contemporâneo, com os modelos de esporte-espetáculo, da consolidação de uma indústria específica do esporte (PITTS; STOTLAR, 2002) e surgimento de estudos nos campos da gestão e do marketing esportivo, motivados pela forte ampliação da oferta esportiva.

Alinhado a esses argumentos, o crescimento dos indicadores de investimentos e financiamentos nos esportes torna natural que, dentro dos projetos político-pedagógicos de formação das Universidades e Faculdades, as perspectivas de estudar a gestão e economia do Esporte venham, lenta e gradualmente, a ocupar um espaço relevante na titulação de jovens para um futuro de atuação profissional que se desenha nesse campo. Continuamos avançando na produção de estudos em áreas clássicas de formação da Educação Física e do Esporte para incorporar estudos de uma nova área, relevante e de enorme influência nesse novo contexto: a Economia do Esporte.

Nessa “nova área de influência”, conhecimentos relevantes como os estudos da gestão, dos diagnósticos e análises de processos econômicos, da captação de recursos, conhecimento da organização e da estrutura esportiva com as suas especificidades, e, mais importante, a formação de economistas especializados. Portanto, as grandes áreas da Educação Física e do Esporte, tais como a fisiologia e bioquímica, a pedagogia, as áreas vinculadas às ciências humanas, a medicina esportiva, bioestatística e biomecânica, dentre algumas, ainda se mantêm como pilares relevantes de formação e geração de conhecimento, mas ganham novo reforço com a contribuição e o crescimento – nítidos, mas ainda tímidos – de conhecimentos vinculados à gestão, administração e economia do esporte.

Todo esse preâmbulo serve para ressaltar, com o devido reconhecimento e valorização, a obra entalhada por Marcelo W. Proni, Raphael Brito Faustino e Leonardo Oliveira da Silva, que apresentam reflexões detalhadas sobre um tema de mais alta relevância: os impactos econômicos de megaeventos esportivos.

Trata-se de uma obra necessária num momento histórico em que o Brasil se encontra. Desde alguns anos atrás, quando o Poder Público decidiu, em nosso País, organizar os dois maiores eventos esportivos do mundo, a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, no Rio de Janeiro, os indicadores relacionados às obras e outros temas transversos representam enorme interesse aos que buscam compreender o tema com a profundidade que ele merece.

Prefaciando o livro desses pesquisadores significa, sobretudo, a honra de apresentar uma obra que preenche uma das lacunas mais importantes da literatura no campo do Esporte, carente de publicações competentes e que podem referenciar reflexões necessárias – e urgentes – em nosso país. Sendo esse um momento marcado pela preocupação de vários estudiosos da área do esporte com temas como legado esportivo e impactos socioeconômicos de megaeventos esportivos, o conteúdo desse livro também traz grande interesse para jornalistas e aficionados.

Ao professor Marcelo Proni, referência importante na análise do esporte, mais especificamente nas transformações que marcaram a trajetória do futebol, seus significados e modelos de transição, registrados na rica e permanente contribuição efetivada pelo livro “A Metamorfose do Futebol” (2000), juntam-se dois jovens, Raphael e Leonardo, com a produção desse belo texto denominado “Impactos econômicos de megaeventos esportivos”, publicado pela Editora Casa da Educação Física.

Os conceitos de impactos e legados retratados na obra promovem diferentes pontos de vista teóricos, dentre alguns, de que o legado esportivo está firmemente focado em resultados “não esportivos”. Sua ação lógica está vinculada às dinâmicas de desenvolvimento econômico e na promoção de “cidades-globais”. O debate, em parte, apresenta reflexões sobre os aspectos positivos e negativos, bem como dos impactos nas perspectivas sociais e culturais, através das relações promovidas pela reengenharia social a que os espaços são submetidos, com ganhos e perdas para grupos e pessoas.

Pouco se conhece sobre os impactos efetivos no campo esportivo. De um lado, pela dificuldade natural de mensuração por sua intangibilidade (impactos na educação, formação humana

e intelectual, empoderamento); por outro, pela ausência de diagnósticos baseados em estatísticas confiáveis da inserção da população nas práticas esportivas e de atividades físicas em geral. Num interessante artigo recém-publicado sobre a Copa do Mundo e seus efeitos para o Brasil, o prof. Proni reafirma que “os impactos projetados pelos estudos oficiais são bastante otimistas... Porém, há evidências de que a Copa não vai deixar o legado inicialmente esperado. As metodologias usadas para projetar os potenciais impactos econômicos se baseiam em suposições que dificilmente se cumpririam” (*Jornal Folha de São Paulo*, 07.12.2013). Isso corrobora várias das concepções teóricas descritas, com detalhamentos, no livro em epígrafe.

A divisão dos capítulos com análises das (I) Copas do Mundo de Futebol e (II) Jogos Olímpicos, aprofundamento teórico, números, gráficos e outros indicadores permite uma compreensão didática de seus desdobramentos. Vale ressaltar a riqueza da bibliografia apresentada no estudo, que dialoga com diferentes fontes e produz um rico e articulado cenário teórico sobre o tema dos megaeventos esportivos.

Como podemos observar, trata-se de uma obra necessária e oportuna, que chega num excelente momento. Parabéns aos autores pelo resultado final. Ao prof. Marcelo Proni pela orientação segura e dedicada, com sistematização qualificada dessas reflexões e transformadas em texto. Aos jovens Raphael Faustino e Leonardo Oliveira, em articulação com o prof. Proni, pela competente organização dos conteúdos e contribuição aos estudos do esporte, bem como pela demonstração de maturidade e potencial acadêmico que muito orgulha a todos nós da Universidade Estadual de Campinas.

Saudações.

Prof. Paulo Cesar Montagner
Faculdade de Educação Física
Universidade Estadual de Campinas
Verão de 2014

Apresentação

“Vencer a Copa dentro de campo é uma missão. Mas também temos a obrigação de vencê-la fora dele.” (Presidenta Dilma Roussef, declaração em março de 2013, *apud* DELFIN, 2013, p.87).

“Tem de ter um legado. Um legado que pode ser tanto em um nível de utilizar a infraestrutura que foi construída para os Jogos, que você possa utilizar também para as pessoas [...] Acho que esse é um dos desafios, porque nós queremos trazer para o Brasil o maior legado possível dos Jogos Olímpicos, tanto no que se refere ao esporte quanto no que se refere à melhoria da infraestrutura e das condições de vida da população. Acho que esse é o principal.” (Presidenta Dilma Roussef, entrevista em julho de 2013, *apud* PRINCIPAL..., 2013).

No momento em que o Brasil se prepara para receber os mais importantes megaventos esportivos mundiais – a Copa do Mundo de Futebol 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no Rio de Janeiro –, a discussão acerca do papel do Estado e sobre os impactos e legados nas cidades-sedes, ou no País como um todo, dentre outros aspectos envolvendo a preparação para esses megaeventos, gera debates acalorados nos mais variados setores da opinião pública. Há especial interesse nos aspectos políticos e econômicos relacionados aos megaeventos, mencionados com frequência nos diversos meios de comunicação, especializados ou não. A capacidade de organizar eventos esportivos deste porte está sendo colocada à prova, mas também está sendo questionada a necessidade dos gastos públicos requisitados ou a sua prioridade, considerando-se os custos de oportunidade envolvidos e o fato de se tratar de uma nação ainda marcada por extrema desigualdade e baixa qualidade na oferta de serviços públicos.

Neste contexto, o presente livro tem como propósito central oferecer uma reflexão crítica referente às análises sobre os impactos e legados esperados (ou prometidos) da realização destes dois megaeventos no País. Para tal, a argumentação procura combinar a apresentação das proposições mais relevantes encontradas na literatura especializada com a discussão sobre as projeções que têm sido divulgadas para legitimar a participação fundamental do Estado brasileiro nestas iniciativas.

A Introdução busca mostrar que existe um referencial teórico em construção, que contempla os aspectos econômicos e as variadas possibilidades de análise dos impactos e legados de um megaevento esportivo. Este capítulo introdutório não pretende reproduzir exaustivamente as diferentes metodologias que têm sido adotadas para analisar os efeitos imediatos e os de longo prazo, os impactos primários e secundários, os legados tangíveis e intangíveis. Pretende apenas evidenciar as conclusões divergentes entre as estimativas ou projeções elaboradas anteriormente e as avaliações efetuadas posteriormente aos megaeventos, para assim estabelecer algumas referências para a reflexão proposta. Por se tratar de um campo de estudo relativamente novo, estão sendo testadas distintas metodologias de análise, o que vem ampliando o leque de abordagens sobre o tema.

A Parte I trata especificamente da Copa do Mundo de Futebol e está dividida em três capítulos. O Capítulo 1 apresenta uma análise dos impactos econômicos das duas últimas edições, ocorridas na Alemanha e na África do Sul, respectivamente. Procura-se demonstrar que a Copa do Mundo pode acarretar impactos diferenciados dependendo do grau de desenvolvimento econômico do país sede. Além disso, essas duas experiências oferecem uma base concreta para uma análise mais realista dos prováveis impactos deste megaevento no caso brasileiro.

O Capítulo 2 busca detalhar a preparação em curso para a realização da Copa do Mundo de 2014. Inicialmente, enfoca a estrutura organizacional responsável pelo planejamento e pelos preparativos para o megaevento, bem como aspectos referentes à legislação específica. Em seguida, concentra o foco no volume de investimentos previstos em infraestrutura urbana e na construção de estádios. Em adição, menciona as medidas adotadas pelo governo federal para estimular o turismo.

Já o Capítulo 3 examina os impactos econômicos da Copa projetados por estudos contratados pelo Governo Federal, desde o momento da candidatura para receber o megaevento, buscando sustentar que tais projeções normalmente apresentam resultados muito otimistas para legitimar o gasto público requerido. Destaca, também, os setores econômicos que tendem a ser privilegiados com a realização da Copa do Mundo, tendo a clareza de que o megaevento não beneficia a sociedade de maneira equitativa, podendo inclusive ocasionar o desvio de verbas públicas que poderiam ser utilizadas em outras áreas prioritárias. Dessa forma, procura questionar os argumentos relativos aos retornos esperados da participação do Estado na garantia das condições exigidas pela FIFA para a realização do megaevento.

A Parte II se destina a discutir os impactos esperados dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. O Capítulo 4 faz um balanço da edição mais recente do megaevento (as Olimpíadas de Londres – 2012), partindo de uma descrição do processo de preparação e realização dos Jogos e passando pela preocupação dos organizadores com o legado material na cidade e no país. Ademais, a despeito de ainda não ter sido divulgado o relatório oficial sobre os resultados efetivos, busca apresentar alguns dados preliminares dos impactos econômicos verificados, além de mostrar a necessidade de adotar medidas posteriores para assegurar o legado desejado dos Jogos.

O Capítulo 5 propõe uma discussão sobre o projeto apresentado pelo Rio de Janeiro para sediar a edição de 2016 dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Ao apresentar a estrutura organizacional e o volume de gastos envolvidos, destaca a participação do Estado, fundamental para a execução e coordenação de esforços para viabilizar o megaevento. Em especial, examina as projeções exageradamente otimistas sobre os impactos econômicos dos Jogos e enfatiza os questionamentos que têm sido levantados por diferentes atores sociais, apontando mais uma vez para a distribuição desigual dos benefícios potenciais. E argumenta que os efeitos (positivos e negativos) dos Jogos devem se concentrar na cidade sede, ainda que efeitos indiretos possam ocorrer em outras regiões do País.

As Considerações Finais apontam a importância das manifestações populares para o questionamento dos gastos exacerbados na construção e reforma de estádios para os dois megaeventos, assim como dos seus possíveis legados. Sem pretender oferecer conclusões definitivas, são ressaltados aspectos polêmicos enfatizados pela mídia nacional e, em seguida, são retomados os argumentos centrais do enfoque acadêmico. Por exemplo, é preciso reconhecer que há conflitos de interesses legítimos e que as decisões de alocação de recursos públicos podem produzir “vencedores e perdedores”, o que reforça a exigência de maior fiscalização e transparência. Também é preciso entender que os megaeventos esportivos não podem ser vistos como “panaceia” para problemas econômicos e sociais, como parecem acreditar alguns dirigentes e políticos, ainda que tenham contribuído para gerar um ambiente de otimismo e resgatar a confiança no desenvolvimento do País.

Em suma, o livro propõe uma discussão sobre os impactos de megaeventos esportivos que ultrapasse a análise técnica da viabilidade econômica ou da capacidade de organização, uma vez que parece claro que o Brasil é capaz de realizá-los, ainda que o planejamento e a execução demonstrem algumas dificuldades e insuficiências. Tomando como referência as proposições genéricas encontradas na literatura internacional e as avaliações disponíveis sobre as edições mais recentes da Copa e dos Jogos, confirma que é fundamental estimular um debate mais substantivo na sociedade brasileira sobre a realização desses megaeventos, com ênfase nos seus impactos econômicos e nas promessas de melhorias urbanas.

Introdução

Impactos e Legados de Megaeventos Esportivos

“Um dos motivos pelos quais as verbas de impostos municipais e estaduais são investidas no esporte profissional é a crença que este atua como catalisador para a construção da comunidade civil. Os megaeventos esportivos atendem funções similares em nível global. As cidades gastam quantias enormes de dinheiro para concorrer a eventos esportivos grandes e de alta visibilidade e recebê-los como maneira de promover a ‘imagem’ da cidade para o resto do mundo. A construção do estádio e da infraestrutura esportiva está ligada aos planos de regeneração urbana por meio da crença que os times e eventos dos esportes de elite estimulam a economia local e a geram empregos. No entanto, os acadêmicos que estudam o desenvolvimento urbano relativo ao esporte refutam a ideia que esse tipo de investimento cívico proporciona benefícios reais para a cidade como um todo. A evidência empírica revela que, embora alguns grupos de uma cidade possam lucrar, os outros são onerados.” (SCHIMMEL, 2013, p. 105-6).

Os Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo de Futebol, o Campeonato Mundial de Fórmula 1 e alguns outros megaeventos esportivos têm adquirido uma relevância cada vez maior no mundo contemporâneo e se transformaram em superproduções midiáticas (ROCHE, 2002). Em paralelo aos discursos que enaltecem o caráter lúdico e os princípios éticos relacionados com a prática esportiva e às demonstrações de patriotismo verificadas em torneios internacionais, tem predominado uma articulação simbiótica entre propósitos políticos e econômicos, a qual promoveu profundas mudanças na realização de tais competições – agora organizadas

para proporcionarem espetáculos emocionantes e deslumbrantes para um público universal. Essa maior relevância provocou um interesse acadêmico crescente, acarretando um aumento expressivo do número de estudos sobre o tema (HORNE; MANZENREITER, 2006). Diante da diversidade de abordagens, há diferentes entendimentos sobre o que é um “megaevento esportivo” e quais devam ser os critérios de avaliação de seus múltiplos efeitos (TAVARES, 2011).

Entre os estudos mais instigantes destacam-se aqueles que assumem uma abordagem crítica ao examinar a relação entre a capacidade de organização de um megaevento e o potencial de desenvolvimento econômico de uma metrópole. Na era da globalização, os megaeventos esportivos passaram a ser considerados meios estratégicos para modernizar a infraestrutura urbana e posicionar uma cidade ou região como centro nodal dos fluxos econômicos internacionais (HALL, 2006, p. 64):

“Sports mega-events emerge as central elements in place competition in at least three ways. First, the infrastructure required for such events is usually regarded as integral to further economic development whether as an amenity resource or as infrastructure. Second, the hosting of events is seen as a contribution to business vitality and economic development. Thirdly, the ability to attract events is often regarded as a performance indicator in its own right of the capacity of a city or region to compete. Indeed, such competition can lead public-private growth coalitions to seek to coerce and co-opt interests in an attempt to control the mega-event agenda, particularly at the bidding stage.”

De fato, com a ampliação de sua importância econômica, acirrou-se bastante a disputa pelo privilégio de hospedar os torneios de maior audiência (BOHLMANN; VAN HEERDEN, 2008). Prova

disso são os altos e crescentes custos de candidaturas e o enorme destaque que tem sido dado aos prováveis legados materiais. Por exemplo, a candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 custou perto de R\$ 88 milhões e foi vitoriosa com o projeto mais caro entre as concorrentes, estimado na época em US\$ 13,9 bilhões, garantia de sedutores legados (PRONI, 2009). Por sua vez, de acordo com estimativas oficiais publicadas em 2012, a Copa de 2014 no Brasil custará mais de R\$ 25 bilhões, somando todos os investimentos em instalações esportivas e em infraestrutura urbana.

Mesmo desconsiderando o argumento de que os custos inicialmente previstos costumam ser subestimados (ZIMBALIST, 2010), não há dúvida de que se tornou exageradamente elevado o volume total de gastos necessários para sediar uma edição da Copa do Mundo de Futebol ou dos Jogos Olímpicos, em particular no caso de países em desenvolvimento, tendo em vista as exigências feitas pelas entidades internacionais que criaram e controlam tais megaeventos.

Por exemplo, a previsão dos custos para os Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004, era de US\$ 1,6 bilhões, mas os gastos acabaram totalizando US\$ 16 bilhões (ZIMBALIST, 2010). Com relação à recente edição dos Jogos Olímpicos em Londres, o projeto inicial havia previsto custos de US\$ 6,8 bilhões, mas em 2008 a revisão orçamentária já havia elevado a projeção para perto de US\$ 15 bilhões (PRONI, 2009) e em 2012 o custo final estimado alcançou US\$ 20 bilhões. No caso da Copa do Mundo na África do Sul, o custo final foi 17 vezes maior do que a previsão inicial (em termos nominais). E, vale mencionar, a experiência brasileira com os Jogos Pan-Americanos de 2007, realizados na cidade do Rio de Janeiro, também demonstra como a previsão inicial de gastos pode ficar muito aquém dos custos finais (GRION, 2010): o orçamento preliminar, em torno de R\$ 400 milhões em 2002, foi multiplicado e chegou a R\$ 3,7 bilhões em junho de 2007. Diante desses números,

é inevitável perguntar: Por que muitos governos estão tão interessados em sediar tais eventos? Por que estão dispostos a fazer um esforço tão grande para realizá-los? Como é possível legitimar gastos públicos tão elevados?

Muitos têm tentado responder essas perguntas por meio da mensuração dos impactos econômicos e da avaliação dos legados promovidos por tais megaeventos, que se justificariam desde que os resultados fossem suficientemente positivos para compensar os elevados custos envolvidos com seu planejamento, preparação e execução. Entretanto, a mensuração e a avaliação das várias dimensões dos efeitos efetivamente provocados por um megaevento esportivo em um determinado país ou região são tarefas muito complexas (POYNTER, 2008).

A complexidade do tema pode ser confirmada a partir da variedade de abordagens que o mesmo suscita. Desde a década de 1990, o debate público e o discurso acadêmico mostram crescente interesse na importância dos principais torneios, seja em escala local ou em escala nacional, sendo possível constatar uma gama de estudos com diferentes propósitos e metodologias (BURNETT, 2008). Há diversos modelos de estimação que disputam a preferência na determinação dos impactos macroeconômicos por meio da utilização de multiplicadores do gasto, destacando os efeitos sobre a renda, o emprego, a arrecadação tributária, a inflação e a taxa de câmbio. Também há várias formas de projetar os efeitos sobre o setor turismo, assim como sobre diferentes ramos da economia, que requerem suposições sofisticadas sobre os padrões de consumo e o perfil dos gastos relacionados com um megaevento. E há distintas maneiras de examinar a relação custo-benefício, que podem extrapolar o campo econômico e incluir certos legados sociais intangíveis, a perspectiva de regeneração urbana ou mesmo temas associados com a proteção do meio ambiente.

O propósito deste capítulo introdutório é apresentar as abordagens mais pertinentes para a compreensão dos distintos tipos

de impactos econômicos produzidos pela realização de um megaevento esportivo, assim como explicar o significado que o termo “legado” assumiu na literatura especializada.

Impactos econômicos: análises *ex-ante* e *ex-post*

Os impactos provocados por um megaevento esportivo podem ser classificados segundo diferentes critérios: positivos ou negativos, passageiros ou duradouros, tangíveis ou intangíveis, locais ou nacionais. Também é importante diferenciar os impactos de acordo com o campo de interesse: econômico, político, social, ambiental e esportivo.

Os impactos de natureza econômica – os que despertam maiores esforços de mensuração – podem ser diretos ou indiretos. Os impactos diretos se referem àqueles associados imediatamente à preparação e realização do torneio (estímulo a segmentos econômicos, contratação de trabalhadores, movimento e gasto médio de turistas, composição do gasto público etc.), enquanto os indiretos se referem aos seus desdobramentos na economia causados pelo gasto adicional das empresas que foram diretamente estimuladas e pelo consumo dos trabalhadores que foram contratados em função do megaevento (tais impactos são estimados com base numa matriz de insumo-produto). De um ponto de vista microeconômico, os efeitos podem ser analisados em estudos setoriais, focados no desempenho de um ramo de atividade (construção civil, segmento hoteleiro, entidades esportivas) ou no arranjo institucional que regula a relações de concorrência em certos mercados diretamente afetados. Em termos macroeconômicos, o foco se desloca principalmente para o aumento da renda nacional, a variação do nível geral de emprego e da massa salarial, a inflação no período, a formação bruta de capital fixo, o orçamento do governo. Dependendo do caso, pode haver efeitos sobre a taxa de câmbio ou sobre a atração de investimento direto estrangeiro. Há, ainda,

estudos de caráter regional, que podem examinar, por exemplo: a expansão da infraestrutura produtiva num município, a oferta local de mão de obra qualificada, a taxa de desemprego metropolitano, o fluxo de turistas, a valorização imobiliária em uma região específica, o endividamento público de uma prefeitura, entre outros aspectos.

Apesar das dificuldades para reunir informações confiáveis sobre os diversos temas mencionados acima, existem algumas abordagens que tentam criar formas de avaliação para ressaltar os impactos econômicos mais relevantes (MAENING; ALMERS, 2008).

Há dois modos de avaliar e/ou estimar os impactos econômicos de megaeventos: uma abordagem *ex-ante* e outra *ex-post*. Os estudos *ex-ante* permitem visualizar com antecedência os resultados econômicos potenciais, que são estimados com base em probabilidades e hipóteses sobre a evolução dos acontecimentos. Geralmente, são encomendados por instituições governamentais para dar legitimidade aos gastos previstos e são divulgados pelos demais grupos interessados na realização de um megaevento (federações, patrocinadores, mídia especializada, entre outros).

Desde a candidatura e a conquista do direito de sediar o megaevento até a véspera de sua realização, o governo e demais grupos de interesse tentam demonstrar, por meio de estudos *ex-ante*, os benefícios que podem resultar para toda a população, como o aumento do número de empregos, a expansão das oportunidades de negócio, o incremento no turismo, o crescimento do PIB, entre outros. A intenção é justificar os gastos e legitimar as medidas que serão tomadas nas cidades que sediam os torneios. Para justificar o uso de fundos públicos na construção ou reforma de instalações esportivas assim como no atendimento das exigências impostas pelos responsáveis pelo megaevento, tais estudos precisam projetar efeitos positivos que se estendem por um longo tempo (OWEN, 2005).

Via de regra, os cenários projetados por estudos encomendados por instituições interessadas na realização de um megaevento ressaltam os melhores resultados possíveis. Há, porém, sérios motivos para questionar a confiabilidade dessas previsões (TUROLLA, 2009). Além da desconfiança gerada pelos interesses (tanto políticos como econômicos) envolvidos em tais projeções, as experiências anteriores têm demonstrado que estimativas *ex-ante* são quase sempre superestimadas. Estudos feitos posteriormente à realização de megaeventos esportivos não têm encontrado evidências que comprovem os números estimados com antecedência pelos governos ou empresas diretamente comprometidas com a realização do megaevento. Conforme estudo publicado pela *Golden Goal Sports Venture* (2010, p. 2):

“Na realidade, a maioria dos estudos encomendados pelas cidades candidatas apresentam impactos econômicos tão positivos que acabam servindo de base para justificar os investimentos públicos. O problema é que a análise de eventos passados não confirma as previsões iniciais, e as cidades-sede acabam ficando com um legado de dívidas e infraestruturas ociosas e de manutenção cara, que acabam colocando em dúvida a viabilidade da realização dos Jogos.”

Este alerta tem sido frequente desde o final da década de 1990. Porter (1999) enfatizou que a previsão de benefícios propiciados pelos gastos públicos não costuma se concretizar. Noll e Zimbalist (1997), assim como Coates e Humphreys (1999), não encontraram correlação entre a construção de estádios esportivos e o desenvolvimento econômico da cidade-sede. Na mesma direção, Matheson (2002) argumenta que diversas projeções têm superestimado o impacto econômico sobre a economia local ou regional.

As últimas edições da Copa do Mundo FIFA confirmam essa desconfiança. Kim, Gursoy e Lee (2006), ao analisarem a Copa de

2002, concluíram que o impacto econômico na Coréia do Sul foi claramente insatisfatório. Por sua vez, ao avaliarem os resultados da Copa do Mundo na Alemanha, Brenke e Wagner (2006) demonstraram que muitas expectativas foram frustradas (por exemplo, os empregos gerados eram temporários) e que os principais beneficiados foram a FIFA e a *German Football Association*. No caso da Copa da África do Sul, Pillay e Bass (2008) advertiram que o desemprego poderia subir após a construção dos estádios, o que de fato se confirmou.

Convém examinar, portanto, como são mensurados os impactos esperados, de modo a demonstrar como se chega a resultados tão favoráveis, anunciadores de uma bonança econômica a ser promovida pela realização do megaevento esportivo.

A metodologia usada pela empresa de consultoria *Value Partners* (2010), contratada pelo Ministério do Esporte para realizar um estudo sobre os impactos econômicos potenciais da Copa de 2014, fornece um bom exemplo da maneira como são estimados, *ex-ante*, os impactos de um megaevento esportivo sobre o nível de atividade econômica. O cálculo da variação do Produto Interno Bruto se baseia num modelo *input-output*, o qual fornece, basicamente, uma estimativa do efeito dos gastos previstos sobre os diferentes componentes do PIB (investimento, consumo privado, despesa corrente do governo e saldo da balança de transações correntes). O impacto direto potencial sobre o nível de atividade econômica é obtido pela soma dos recursos despendidos em quatro categorias: infraestrutura (estádios, mobilidade urbana, aeroportos e portos); serviços privados (segurança, informática e telecomunicações, hotelaria e outros); turismo (nacional e internacional); e consumo doméstico. Por sua vez, o impacto indireto potencial é obtido por meio de um multiplicador destes gastos previstos. O cálculo da variação do PIB é feito a partir da somatória dos impactos diretos e indiretos, cujo montante representa uma fração do PIB projetado.

Muitas ressalvas, contudo, podem ser feitas a este tipo de metodologia. A primeira delas é considerar todos os gastos como

indutores de efeitos benéficos, sem considerar o impacto sobre o orçamento público ou a qualidade da gestão de custos (OWEN, 2005). Por exemplo, em contraposição ao argumento de que as obras de infraestrutura e os serviços demandados geram empregos e estimulam a demanda agregada, pode-se dizer que se a economia estiver em pleno emprego, pode ocorrer simplesmente um deslocamento de mão de obra e uma pressão inflacionária. Por outro lado, se a economia passa por um período de alto desemprego, o resultado da geração de empregos temporários e de encomendas ao setor privado é bastante positivo. Contudo, efeito semelhante seria alcançado se o dinheiro fosse usado para oferecer um auxílio monetário a todos os desempregados ou se fosse aplicado em obras de infraestrutura mais prioritárias (NOLL; ZIMBALIST, 1997).

Considerar todos os gastos como benefícios é também ignorar os custos de oportunidade (OWEN, 2005). O uso alternativo do dinheiro para a construção de hospitais, escolas ou mesmo para benefícios fiscais não é considerado. Matheson (2006) considera que, na melhor das hipóteses, os gastos do setor público na construção e operação de obras relacionadas ao megaevento esportivo têm impacto nulo na economia.

“At best public expenditures on sports-related construction or operation have zero net impact on the economy as the employment benefits of the project are matched by employment losses associated with higher taxes or spending cuts elsewhere in the system” (MATHESON, 2006, p. 12).

Apesar dessas ressalvas, muitos defendem que megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol ou os Jogos Olímpicos, são catalisadores de investimentos e estabelecem um cronograma para gastos que, apesar de necessários, poderiam ser adiados ou realizados muito lentamente (ZIMBALIST, 2010). Essa afirmação é válida especialmente para a infraestrutura urbana, uma vez que contribuem para legitimar gastos públicos em áreas estratégicas. Algumas estimativas dizem que os investimentos

gerados pela realização dos Jogos Olímpicos aceleraram o desenvolvimento urbano em até 10 anos (PREUSS, 2004 *apud* MULLER, 2009).

Apesar do possível e provável efeito catalisador de investimentos na cidade ou país sede, não parece certo supor que tais investimentos não poderiam ser feitos sem o megaevento esportivo (PRONI, 2009). Afinal de contas, como argumentam Rose e Spiegel (2010), decisões sobre investimentos de longo prazo não deveriam depender de demandas pontuais – no caso, torneios que duram apenas algumas semanas.

As receitas adicionais geradas pelo turismo parecem ser indissociáveis da realização do megaevento esportivo. Para alguns especialistas, muitos efeitos positivos dificilmente seriam alcançados sem a mobilização de pessoas causada pelo mesmo. Os investimentos realizados na infraestrutura de transporte aéreo e mobilidade urbana impulsionam o desenvolvimento turístico nas regiões contempladas. Deste modo, o turismo surge como um tipo privilegiado de atividade econômica, que tem potencial para produzir ganhos econômicos concretos. Como diz Muller (2009, p.5):

“[...] incremental cash inflow associated with international tourism is a true net gain for the country and the region. This is something that cannot be said about investments for infrastructure which often present a re-allocation of resources rather than an inflow of additional capital to the region.”

Entretanto, ainda de acordo com o mesmo autor, os impactos econômicos provocados pela atividade turística são os mais difíceis de prever e de determinar: ao contrário dos gastos do Comitê Organizador e dos gastos em infraestrutura, a atividade turística tem um caráter altamente difuso, não é centralmente planejada e não pode ser controlada.

Os estudos divulgados pelos promotores de megaeventos para prever os impactos econômicos na área do turismo baseiam-se, em geral, em estimativas da quantidade de visitantes que o torneio atrairá, o número médio de dias que eles permanecerão no local e a quantidade média de dinheiro que irão gastar. Combinando estas estimativas, obtém-se o impacto econômico direto. Este impacto direto é, então, amplificado por um multiplicador (normalmente, equivalente a 2) que expressa a inclusão dos impactos indiretos, obtendo-se assim o impacto total esperado (BAADE; BAUMANN; MATHESON, 2005). Um dos problemas deste método é que nem todo visitante de um megaevento injeta dinheiro extra na economia (KUPER; SZYMANSKI, 2009).

São três os efeitos que devem ser considerados no cálculo dos impactos econômicos relacionados ao turismo: efeito substituição, efeito “crowding out” e efeito vazamento (MATHESON, 2005, 2006; DOMINGUES; BETARELLI; MAGALHÃES, 2011). Estes ajudam a explicar o motivo das projeções mais grosseiras superestimarem os impactos sobre o setor.

O efeito substituição ocorre quando consumidores gastam dinheiro no megaevento ao invés de gastarem em outros bens e serviços da economia local. Isso significa que o gasto de um residente local não resulta em ampliação da demanda agregada, uma vez que se trata apenas de uma realocação de gastos. Mesmo considerando só os visitantes “de fora”, o resultado líquido pode ser menor, se deixam de gastar em outras alternativas de lazer. É razoável supor que se não gastassem com o megaevento esportivo, muitos dos espectadores forasteiros gastariam em outros bens e serviços. Situação semelhante acontece com os chamados “*time switchers*”, que são aqueles que já planejavam visitar a cidade onde acontece o megaevento, mas preferiram adiantar a viagem de modo a coincidir com o torneio. Ou seja, o dinheiro injetado na economia pelos “*time switchers*” é um gasto que foi apenas adiantado. Sendo assim, o montante de “dinheiro novo” injetado na economia (ao longo de um período de vários anos) decorrente da atividade turística depende dos gastos feitos por aqueles visitantes que foram ver especificamente o megaevento. Tal evento pode significar

também uma estadia mais longa dos visitantes na cidade sede, sejam eles casuais ou não, o que também se configura como um impacto relevante.

O efeito “*crowding out*” se refere ao fato de um megaevento esportivo provocar a desistência de visitantes regulares por conta dos transtornos provocados pela realização do mesmo na cidade ou do encarecimento dos preços de hotéis e outros serviços. Por fim, o chamado “efeito vazamento” consiste no fato de que, embora o dinheiro dos turistas seja gasto na economia local durante o megaevento, parte deste montante pode não ser apropriada pelos residentes, uma vez que a cidade ou região não produz todos os bens consumidos e há serviços que são ofertados por outras localidades.

Outra dificuldade diz respeito à definição do multiplicador para fins do cálculo dos impactos indiretos. Sem dúvida, a estimação dos impactos indiretos é um dos principais desafios colocados aos estudos *ex-ante* sobre impactos econômicos dos megaeventos esportivos. Por um lado, os multiplicadores podem aumentar ainda mais o erro, ao multiplicarem custos que são considerados como benefícios (OWEN, 2005). Por outro lado, como o modelo é estático, ele não incorpora as mudanças que um megaevento pode provocar nas relações produtivas (DOMINGUES; BETARELLI JR.; MAGALHÃES, 2011), o que faz que o cálculo do multiplicador seja enviesado. De acordo com Matheson (2006, p.10):

“[...] the economic multipliers used in ex-ante analyses are calculated using complex input-output tables for specific industries grounded in inter-industries relationships within regions based upon an economic area’s normal production patterns. During megaevents, however, the economy within a region may be anything but normal, and therefore, the same inter-industries relationships may not hold.”

Além disso, o modelo supõe a livre circulação de recursos como trabalho, terra e capital a preços constantes (PORTER; PLECHER, 2008 *apud* MULLER, 2009). Deste modo, contabiliza

apenas os efeitos positivos do aumento da demanda, sem considerar os efeitos negativos da realocação de recursos (DWYER; FORSYTH; SPURR, 2004 *apud* MULLER, 2009). Uma alternativa é a utilização do modelo de equilíbrio geral computável (EGC). De acordo com Domingues, Betarelli Jr. e Magalhães (2011, p.7), “o modelo EGC ostenta a vantagem de projetar impactos de mudança nos preços relativos. Além disso, (...) especifica elasticidades de substituição imperfeitas, e o equilíbrio entre demanda e oferta é atingido por preços flexíveis”. Ao levar em conta os efeitos negativos do aumento de atividade econômica, o modelo que utiliza o EGC produz estimativas mais realísticas (MULLER, 2009).

Uma alternativa ao uso de modelos econométricos é a realização de pesquisas com tomadores de decisão em importantes setores da economia (DU PLESSIS; MAENING, 2007). Uma pesquisa realizada neste sentido pela *Deutcher Industrie und Handelskammertag* (Associação Alemã das Cadeias da Indústria e do Comércio) a respeito dos impactos da realização da Copa do Mundo de Futebol na Alemanha, indicou que 15% dos entrevistados esperavam efeitos positivos para suas empresas, 83% não esperavam efeitos em cadeia e 2% esperavam efeitos negativos. As empresas que esperavam impactos positivos identificaram a demanda adicional dos consumidores e turistas, o aumento do gasto público, a melhoria da infraestrutura urbana e uma melhor imagem para a Alemanha como as razões para suas expectativas positivas.

Mesmo com as diferentes alternativas de mensuração e avaliação *ex-ante* dos impactos econômicos dos megaeventos esportivos, a complexidade dos modelos e as diferentes variáveis envolvidas tornam a previsão dos seus efeitos potenciais uma tarefa altamente delicada e sujeita a vários tipos de questionamento.

Qualquer espécie de análise *ex-ante* envolve a elaboração de muitas suposições “heroicas” a respeito da situação futura da economia e sobre o comportamento dos agentes econômicos, assim como supõe que as sedes vão responder de certa maneira ao megaevento (DWYER; FORSYTH; SPURR, 2005). Por isso, é compreensível que as projeções não pretendam acertar 100% as

previsões, mas apenas indicar possibilidades que podem ser aproveitadas. Contudo, à medida que foram sendo realizados estudos *ex-post*, foi possível verificar a enorme distância entre as previsões dos estudos *ex-ante* e os resultados efetivamente obtidos. O que a maioria dos estudos elaborados posteriormente (*ex-post*) demonstra é a inexistência de evidências que comprovem o postulado básico do discurso inúmeras vezes repetido, a saber: que os megaeventos esportivos produzem impactos econômicos positivos (OWEN, 2005).

Comparar os resultados das variáveis econômicas verificadas após a realização do megaevento com as variações previstas nos estudos *ex-ante* é uma tarefa relativamente simples. Entretanto, a maior dificuldade de estudos *ex-post* para o cálculo dos impactos econômicos efetivos se refere ao desafio de isolar as mudanças econômicas relacionadas com o megaevento, isto é, estabelecer qual seria o comportamento das variáveis selecionadas se o torneio não tivesse ocorrido (BAADE; MATHESON, 2002 *apud* PREUSS, 2006). Sem dúvida, é muito difícil afirmar qual teria sido o desenvolvimento econômico de uma cidade ou região metropolitana, por exemplo, caso não tivesse havido o megaevento, uma vez que outros investimentos e despesas poderiam ter sido realizados. Apesar disso, existe um tipo de abordagem que tenta superar essa dificuldade usando o método “top down” (PREUSS, 2006).

A abordagem “top down” sugere a comparação entre indicadores econômicos da cidade que sedia o megaevento e os de cidades com perfil socioeconômico semelhante, mas que não sediam o megaevento (HANUSH, 1992 *apud* PREUSS, 2006). O impacto econômico seria a diferença entre o caso com evento (*event case*) e o caso sem evento (*without case*). Alternativamente, podem-se comparar os indicadores econômicos da cidade durante o megaevento com o desempenho em períodos anteriores ou posteriores. O impacto, então, seria a diferença entre o caso com evento e o caso controle (*control case*). Os indicadores econômicos normalmente utilizados são: PIB, renda *per capita*, nível de emprego e fluxo turístico (MATHESON, 2006).

A maioria dos estudos *ex-post* indica que eventos esportivos de grande porte ou a construção de estádios e instalações esportivas causam pouco ou nenhum impacto significativo na renda ou no emprego (DU PLESSIS; MAENING, 2007). Alguns estudos, inclusive, demonstram impactos negativos (COATES; HUMPHREYS, 1999, 2001; BAADE, 1987; TEIGLAND, 1999). Um estudo de Szymanski (2002) coletou dados das 20 maiores economias de acordo com o PIB ao longo de 30 anos, muitas das quais sediaram Copas do Mundo ou Jogos Olímpicos no período. Utilizando um modelo de regressão simples, ele verificou que o crescimento desses países foi significativamente menor em anos de Copa do Mundo de Futebol. São poucos os estudos que indicam efeitos positivos (KANG; PERDUE, 1994; MAENING; JASMAND, 2007; HOTCHKISS; MOORE; ZOBAY, 2003). No Quadro 1, que reúne exemplos de estudos *ex-post* sobre impactos econômicos efetivos de megaeventos esportivos, é possível constatar que os resultados podem divergir bastante, dependendo do caso estudado. Mas, é importante advertir, também, que os resultados de dois estudos sobre o mesmo megaevento poderiam ser divergentes, dependendo das metodologias adotadas.

QUADRO 1
Estudos sobre impactos econômicos de megaeventos esportivos:
principais resultados

| Estudo | Objeto do estudo | Variáveis analisadas | Resultados |
|--------------------------|---|-------------------------|---|
| KANG; PERDUE (1994) | Jogos Olímpicos de Seoul-1988 | Fluxo turístico e renda | 1 milhão de visitantes e acréscimo na renda de US\$ 1,3 bilhão promovida pelo turismo. |
| TEIGLAND (1999) | Jogos Olímpicos de Inverno na Noruega-1992 | Estadias em hotéis | Efeito negativo no número de estadias de noruegueses e nenhum efeito no número de estadias de estrangeiros. |
| BAADE; MATHESON (2000) | Super Bowl EUA - 1969 a 1997 | Emprego | Efeitos insignificantes no emprego. |
| COATES; HUMPHREY (2000b) | Ligas de baseball e futebol norte-americanas | Renda | Nenhum efeito significativo na renda. |
| BAADE; MATHESON (2001) | Jogos Olímpicos de Los Angeles -1984 e Atlanta-1996 | Emprego | Nenhum efeito significante no emprego. |
| BAADE; MATHESON (2004) | Copa do Mundo nos EUA-1994 | Renda | 6 das 13 sedes com impactos negativos. Perda de US\$ 9,3 bilhões no total. |
| JASMAND; MAENING (2007) | Jogos Olímpicos de Munique-1972 | Emprego e renda | Efeitos positivos significantes na renda. Efeitos insignificantes no emprego. |

Fonte: Adaptado de Almers e Maening (2008)

Em suma, ao examinar os problemas das projeções dos estudos *ex-ante* e os resultados de estudos *ex-post* sobre os impactos econômicos relacionados com a realização de megaeventos esportivos, pode-se ressaltar duas conclusões: 1) mensurar e avaliar os diferentes impactos econômicos de megaeventos esportivos são tarefas complexas e imprecisas, geralmente condicionadas pelo propósito do estudo; 2) as projeções iniciais raramente se concretizam, sendo frequente a posterior constatação de que os impactos econômicos efetivos dos megaeventos esportivos são, no mínimo, insatisfatórios.

Algumas ponderações adicionais a respeito dos impactos econômicos dos megaeventos esportivos precisam ser feitas. A primeira é que o estágio de desenvolvimento de um país ou região é determinante para a importância que os resultados de tais torneios proporcionarão. Por exemplo, países em desenvolvimento normalmente requerem investimentos muito maiores para se prepararem para eventos desse porte. Os riscos e custos de oportunidade são, portanto, muito mais evidentes (MATHESON; BAADE, 2004). Por outro lado, o custo do trabalho é menor, diminuindo os custos operacionais e de infraestrutura (DOMINGUES; BETARELLI JR.; MAGALHÃES, 2011). Por se tratarem de países cuja infraestrutura é ainda insuficiente sob vários pontos de vista, a realização de um megaevento esportivo num país em desenvolvimento pode vir a sanar este déficit com a criação de novas infraestruturas, gerando mudanças significativas para sua população (ZIMBALIST, 2010).

Outro aspecto se refere ao fato de que os estudos normalmente esclarecem que há setores que serão mais impactados e outros menos. Os segmentos de maior potencial são construção, turismo, publicidade, material esportivo e transportes (PRONI, 2009; DOMINGUES; BETARELLI JR.; MAGALHÃES, 2011; BOHLMAN; HEERDEN, 2008). Contudo, desconsideram o fato de que algumas empresas de um setor serão beneficiadas, enquanto outras concorrentes podem ser excluídas, ou mesmo prejudicadas.

Por fim, é fundamental frisar que vários estudos indicam que os efeitos econômicos produzidos podem variar conforme a participação do setor público e do setor privado no financiamento dos megaeventos esportivos. Domingues, Betarelli Jr. e Magalhães (2011) e Bohlman e Heerden (2008) afirmam que os impactos tendem a ser menores quanto maior é a participação no financiamento do setor público, uma vez que isso implica em aumento do déficit público e/ou na diminuição dos gastos em outras esferas do governo.

Antes de passar à próxima seção, convém acrescentar algumas palavras sobre os impactos intangíveis, que também podem ser objeto de estudos *ex-ante* e *ex-post*. Os impactos intangíveis são bastante subjetivos, o que torna a tarefa de mensuração muito complexa. Por exemplo: melhoria na qualidade de vida da população, a divulgação dos atributos ou problemas de uma cidade na mídia internacional, o aperfeiçoamento institucional, o descrédito de certos atores ou grupos políticos, entre outros.

Ao avaliar a capacidade de um megaevento esportivo para provocar efeitos positivos e abrangentes (na comunidade que o hospeda), alguns estudos consideram que os efeitos intangíveis podem ser muito mais importantes do que os tangíveis. Como dizem Pellegrino e Hancock (2010, p. 3):

“[...] in many cases, a detailed economic impact analysis is just one component of the decision based more on visionary benefits such as improved public image, increased stature in the global marketplace, community pride, and long-term economic development. There is nothing wrong on basing the decision on these kinds of broad and intangible objectives. In fact, while a detailed economic impact analysis is necessary for due diligence, from a host’s perspective achieving the long-term objectives and vision for change are ultimately far more important than short term profits and losses.”

Os céticos em relação aos benefícios prometidos pela realização de megaeventos esportivos, entretanto, consideram que o fato dos efeitos intangíveis não serem mensuráveis impede comparações e pode criar uma falsa ideia a respeito dos impactos produzidos. Segundo Matheson (2006, p. 8):

“In addition, if the lion’s share of the benefits of an event is intangible, this is a significant cause for concern since this type of benefit is most likely to be based upon assumption and guess work. While sports boosters often suggest that the exposure a city receives during a mega-event invaluable to the area, in the words of University of Chicago economist Allen Sanderson, “Anytime anybody uses the word ‘invaluable’, they are usually too lazy to measure it or they don’t want to know the answer.”

Indo em outra direção, é inegável que tais megaeventos promovem reações psicológicas nas comunidades. Estudos indicam, por exemplo, que o nível de felicidade de uma comunidade tende a aumentar consideravelmente quando a mesma sedia um megaevento esportivo (KUPER; SZYMANSKI, 2009). Outros indicam que um maior nível de felicidade em uma comunidade reverte em maior produtividade (COATES; HUMPHREYS, 1999). Torneios como a Copa do Mundo de Futebol, por outro lado, são frequentemente citados como uma estratégia de marketing para as cidades-sede ou como forma de propaganda de uma imagem positiva da nação em âmbito internacional¹ – o que, por sua vez, pode produzir bons frutos para a economia local ou nacional no que tange à competitividade (MAENING; ALLMERS, 2008).

¹ Uma maneira de avaliar os efeitos de imagem promovidos pela realização de um megaevento esportivo é por meio do Anholt Nation Brands Index – NBI, que fornece um *ranking* trimestral das nações considerando aspectos culturais, comerciais e políticos, o potencial de investimento e o apelo turístico. O NBI, iniciado em 2005, indica uma considerável melhora da posição da Alemanha depois da realização da Copa do Mundo de Futebol no país em 2006. Aspectos como uma boa operacionalização, segurança, hospitalidade e um bom marketing influenciaram o efeito imagem promovido pelo evento (MAENING; PORSCHKE, 2008).

Os efeitos intangíveis também podem incluir outros aspectos: orgulho cívico, patriotismo, prestígio, melhoria do clima social, fortalecimento da identidade local em torno de uma meta comum, criação de laços sociais, diminuição de discriminação, incremento na participação esportiva com impacto na saúde pública e na inclusão social, melhoria nos serviços e treinamento à população local (GOLDEN GOAL, 2010).

Diante da impossibilidade de construir uma metodologia capaz de mensurar todos os impactos intangíveis relevantes, têm sido utilizados métodos mais simples, que procuram indicar o nível de satisfação da população. É o caso do *Contingency Evaluation Methodology* – CVM, método que procura saber quanto dada população estaria disposta a pagar pela realização de um megaevento esportivo em sua cidade, mesmo que não participe dele. Uma pesquisa feita na Alemanha antes da realização da Copa do Mundo de Futebol descobriu que apenas 1/5 da população estava disposta a pagar pela Copa, sendo que cada pessoa estaria disposta a pagar US\$ 6,32, em média, o que para uma população de 82 milhões de habitantes significa um montante de US\$ 512 milhões. Depois da copa, 42,6% das pessoas estavam dispostas a pagar pela realização do torneio, uma média de US\$ 15,88 por pessoa, contabilizando um total de US\$ 1,3 bilhão (MAENING; ALLMERS, 2008).

Os legados: outros pontos de vista

Existe um conjunto de mudanças provocadas pelos megaeventos esportivos que são mais duradouros e não são contempladas nos estudos sobre “impactos”. É o caso, por exemplo, das transformações estruturais pelas quais passam a cidade-sede e seu entorno, acarretando maiores facilidades para a população residente. Ou dos efeitos de longo prazo que um megaevento esportivo é capaz de produzir na imagem internacional de uma nação. Quando um estudo aponta os legados potenciais ou efetivos de um megaevento esportivo, está fazendo referência a um efeito que é reconhecível (pode ser um legado material ou imaterial), mas não necessariamente mensurável.

As Olimpíadas de Montreal (1976) são uma citação obrigatória em estudos sobre impactos econômicos de megaeventos esportivos, pois geraram uma dívida pública expressiva. Neste caso, os efeitos duradouros de um impacto negativo resultaram numa pesada herança para os moradores da cidade-sede, que continuaram pagando a conta deixada pelos gastos excedentes com os Jogos. À medida que este megaevento organizado pelo COI se tornou muito caro para a cidade que o sedia, foi necessário divulgar a ideia de que os Jogos podem deixar um legado importante e desejável.

Nos últimos vinte anos, as Olimpíadas de Barcelona (1992) foram repetidamente mencionadas como a principal referência da literatura sobre legados dos megaeventos esportivos. Barcelona mostrou ao mundo uma cidade renovada, moderna, cheia de atrativos e com condições de propiciar ótima qualidade de vida. Este legado dos Jogos perdura até hoje. A partir de então, os megaeventos esportivos têm sido vistos como oportunidades de transformar as cidades por meio da criação de um legado positivo, compatível com um planejamento urbano de longo prazo.

Muitos estudos sobre os legados de megaeventos esportivos não desconsideram os impactos econômicos imediatos, mas os veem como menos importantes, uma vez que predominam efeitos de curta duração. De acordo com esta visão, um megaevento esportivo pode incorrer em déficits e não gerar os impactos econômicos esperados, mas mesmo assim promover ganhos para um país, desde que atinja os seus objetivos de longo prazo (PELLEGRINO; HANCOCK, 2010).

Como definir o que são os legados dos megaeventos esportivos? Segundo Preuss (2006, p. 2), não há uma definição satisfatória ou consensual entre os especialistas: “*In literature, an immense variety of so called ‘legacies’ from sports events can be found. Unfortunately there is no satisfying definition of ‘legacy’ available*”. Muitas vezes, o termo é empregado com significado impreciso, ou supondo que se trata de resultado natural de um megaevento, como explica Cashman (2005, p. 15):

“[The] word legacy, however, is elusive, problematic and even a dangerous word for a number of reasons. When the term is used by organizing committees, it is assumed to be entirely positive, there being no such thing as negative legacy when used in this context. Secondly, it is usually believed that legacy benefits flow to a community at the end of the Games as a matter of course. [...] Thirdly, legacy is often assumed to be self evident, so that there is no meaning to define precisely what it is.”

Os vários aspectos atribuídos pela literatura especializada ao termo “legado” permitem afirmar que é uma palavra polissêmica, ou seja, assume mais de um significado. No Quadro 2, baseado em Preuss (2006), nota-se que há uma ampla relação de itens que têm sido considerados como legados de um megaevento esportivo na literatura sobre o assunto, ressaltando que costumam ser qualificados como positivos e negativos (ou desejáveis e indesejáveis).

QUADRO 2
O que a literatura identifica como legados de megaeventos esportivos

| Positivos | Negativos |
|---|--|
| Melhoria da infraestrutura de transportes | Elevação dos custos de construção |
| Revitalização urbana | Gasto com obras não prioritárias |
| Reputação internacional | Endividamento do setor público |
| Crescimento do turismo | Problemas temporários de aglomeração |
| Geração de empregos adicionais | Redução momentânea de visitantes regulares |
| Oportunidades de negócios locais | Aumento do aluguel de imóveis |
| Atração de empresas | Caráter temporário dos empregos gerados |
| Marketing da cidade | Caráter temporário dos negócios abertos |
| Aumento do bem-estar social | Desapropriações socialmente injustas |
| Aprimoramentos institucionais | |
| Renovação do espírito comunitário | |
| Cooperação inter-regional | |
| Produção ou difusão de ideias | |
| Produção ou difusão de valores culturais | |
| Educação | |
| Experiência e know-how | |

Percebe-se que alguns itens que aparecem em certos estudos como um legado positivo ou negativo poderiam ser entendidos como um impacto intangível da realização de megaeventos esportivos, uma vez que não são duradouros, o que contribui ainda mais para a confusão a respeito do termo (VILLANO; TERRA, 2008).

Outra maneira de analisar a variedade de legados possíveis é estabelecendo categorias. Por exemplo, distinguindo os legados materiais dos imateriais, ou definindo quais são tangíveis e quais são intangíveis (POYNTER, 2007 *apud* MAZO et al. 2008). Assim, pode ser considerada como um legado tangível toda a infraestrutura construída especialmente para um megaevento, a qual é suscetível a uma análise econômica de custo-benefício. Já uma mudança duradoura no campo da cultura esportiva pode ser considerada um legado intangível do megaevento, pois seus efeitos repercutem de modo perceptível, mas não quantificável, como no caso de uma modalidade esportiva que se torna mais conhecida. Às vezes, um megaevento deixa como herança para a população uma nova instalação esportiva e, além disso, contribui para disseminar entre os jovens um comportamento exemplar, tanto no que diz respeito à prática esportiva, quanto no que tange um modo de vida mais saudável. Mas, simultaneamente, pode legitimar a adoção de políticas públicas exageradamente focadas no esporte de alto rendimento e, ainda, resultar em propaganda negativa dos atributos de uma cidade (quando ocorrem problemas operacionais e falhas que podiam ter sido evitadas).

Diante das dificuldades conceituais mencionadas, talvez a melhor definição para “legado” no contexto dos megaeventos esportivos seja aquela adotada por Preuss (2006), que sugere uma abordagem abrangente e genérica: “*Legacy is planned and unplanned, positive and negative, intangible and tangible structures that were/will be created through the sport event and remain after the event*”.

Soma-se à generalidade do termo uma dificuldade de mensuração. A literatura mostra que os legados de megaeventos são multidimensionais e dinâmicos, definidos por fatores locais e

globais (MAZO et al. 2008). Além disso, os legados variam conforme a conjuntura histórica. Desta maneira, não é aconselhável analisar os legados de megaeventos a partir de comparações com edições ocorridas em épocas anteriores (*benchmarks*). A avaliação estritamente econômica também não é apropriada, neste caso. Em geral, os estudos econômicos não se destinam a mensurar os legados de megaeventos esportivos.

Ao analisar os possíveis efeitos dos Jogos Olímpicos, por exemplo, nota-se que os maiores legados não estão no campo econômico. Em todas as edições recentes dos Jogos podem ser constatados legados importantes, mas em cada cidade-sede foi colocada ênfase maior em duas ou três dimensões, entre as várias mencionadas nos documentos divulgados pelo COI: infraestrutura urbana, economia, conhecimento, imagem, cultura, meio ambiente e qualidade de vida. Até os Jogos de Moscou, em 1980, o único legado prometido era o próprio legado esportivo, embora já houvesse outros interesses associados. Os Jogos de Sydney, em 2000, foram os primeiros a colocar a questão ambiental como prioridade, mostrando que houve uma ampliação dos objetivos que legitimam esse megaevento.

Procurando ressaltar as tendências mais pertinentes que podem ser observadas neste terreno, Poynter (2008) destaca 4 proposições gerais sobre os legados olímpicos, a saber:

1. O conceito de “legado” decorrente de megaeventos esportivos está firmemente focado em resultados “não esportivos”, que constituem relevante fonte de legitimidade para receber os Jogos.
2. As cidades proponentes têm aliado suas propostas a estratégias de desenvolvimento econômico e regeneração que tendem a refletir a natureza relativamente dinâmica das economias nacionais (Seul/Coréia do Sul e Beijing/China) ou a relativa falta de dinamismo econômico no período que antecede os Jogos (Barcelona/Espanha, Atlanta/EUA, Sidney/Austrália, Atenas/Grécia e Londres/Reino Unido). Este último grupo é composto por

metrópoles que utilizaram a candidatura como uma tentativa de “catalisar” a recuperação econômica por meio da expansão de serviços modernos atrelados em indústrias voltadas ao consumo.

3. Há forte confiança em diferentes formas de intervenção estatal para promover “cidades globais”, tendência que se reflete particularmente no contexto do Reino Unido: reabilitação da importância do governo central no desempenho da economia, evidenciando a relativa dependência de diversos segmentos do setor empresarial em relação a grandes projetos conduzidos pelo Estado.
4. A crescente importância atribuída a legados não esportivos tem gerado muito debate concernente ao impacto social e cultural das Olimpíadas, identificando vencedores e perdedores como decorrência do inevitável processo de reengenharia social que acompanha extensivos esquemas de regeneração urbana.

Em suma, não há dúvida de que a questão dos legados de megaeventos esportivos pode ser examinada a partir de diferentes pontos de vista. Nos últimos anos, tem aumentado o referencial analítico para estudos que se dedicam a elaborar projeções ou fazer avaliações dos seus efeitos mais duradouros, definidos como legados. Contudo, em razão da complexidade do tema, já que os megaeventos esportivos envolvem diferentes dimensões de análise ou campos de interesse (esportivos, econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais), avaliações de caráter global são raras e, geralmente, insatisfatórias.

Vainer (2010) propõe uma metodologia abrangente de avaliação, que permite ilustrar a riqueza e os limites dos estudos mais recentes sobre o tema. Ele afirma que os efeitos de eventos de grande porte como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos – aos quais ele chama de Grandes Projetos Urbanos (GPUs) –, devem ser pensados sob uma ótica urbana e social, na medida em que contribuem (positiva ou negativamente) para uma maior apropriação pública das tomadas de decisão sobre os rumos da cidade e para uma maior igualdade social.

Definidos estes dois objetivos (maior apropriação pública das tomadas de decisão sobre os rumos da cidade e maior igualdade social), torna-se necessário identificar de que modo os megaventos esportivos afetam a cidade. Em outras palavras, considerando o aspecto multidimensional de um megaevento, importa saber em quais dimensões a realização de um GPU promove rupturas mais significativas. Vainer sugere 8 dimensões de análise, a saber: política, institucional, fundiária, arquitetônico-urbanística, simbólica, econômico-financeira, socioambiental e escalar. Para cada dimensão há um tipo de ruptura predominante: novas coalizões ou alianças políticas; novos arranjos institucionais ou redefinição de políticas urbanas; novo gradiente de valores imobiliários; descontinuidades da malha urbana; novas representações ou identidades sociais; redistribuição de custos e benefícios; mudanças na gestão ambiental; nova configuração de forças locais, nacionais e internacionais. O desafio é entender de que modo as rupturas provocadas em cada uma dessas 8 dimensões afetam – de maneira positiva, negativa ou neutra – os objetivos da consolidação da cidadania democrática e da redução das desigualdades socioespaciais.

Apesar da metodologia de Vainer constituir um avanço no sentido de melhor avaliar os impactos e legados dos megaventos esportivos, ela apresenta ainda graves e difíceis problemas de resolver, como admite seu proponente. Um dos problemas se refere à classificação das categorias analíticas. Elas poderiam ser mais ou menos abrangentes ou sintéticas, dependendo do tempo, dos recursos, das informações disponíveis e dos agentes sociais envolvidos em cada caso. Problema mais grave com relação às categorias analíticas se refere à complexidade das redes causais, suas sinergias e interações. Tais dificuldades parecem remeter para a importância de contar com a percepção e a intuição dos estudiosos.

Outro problema se refere a quem faz a avaliação (VAINER, 2010, p.17): “(...) valores e critérios, mesmo quando estabelecidos com o máximo de objetividade possível, serão compreendidos e acionados de maneira diversa por atores situados em espaços sociais e espaciais distintos”.

Por fim, existe o problema da temporalidade. Considerando que os efeitos das rupturas políticas, sociais, fundiárias, urbanas, entre outras, são dotados de diferentes ritmos e intensidades temporais, a escolha do horizonte temporal se configura como uma questão de alta complexidade e que exige uma adequação caso a caso. Nas palavras de Vainer (2010, p.18): “Teoricamente, o ideal seria acionar diferentes horizontes temporais, de modo a permitir que os tomadores de decisão possam arbitrar não apenas valores, objetivos e critérios, mas também tempos.”

Portanto, pode-se dizer que muitos esforços têm sido despendidos para a discussão dos impactos e dos legados de megaeventos esportivos. Mesmo diante das inúmeras dificuldades apontadas, não há dúvida de que se trata de um tema que merece ser estudado em profundidade. Não obstante, os resultados dos estudos que têm sido divulgados não são conclusivos e têm sido questionados, uma vez que as dificuldades de mensuração tornam muitas análises insatisfatórias. Neste sentido, importa frisar a provocativa afirmação de Preuss (2006, p.10): “*Academic discussion about both, the legacy and the economic impacts of major sporting events, shows that it is not clear if the staging of a major sporting event is an efficient way of investing scarce public resources.*”

O mais recente avanço relevante na direção de uma avaliação abrangente e confiável dos impactos provocados por um megaevento esportivo partiu do próprio Comitê Olímpico Internacional. Diante do crescente questionamento sobre a aplicação de recursos públicos e da divergência entre os resultados dos estudos existentes (dadas as variadas metodologias de análise), assim como da tendência de elevação dos custos e da necessidade de respostas à opinião pública internacional, membros do COI em associação com pesquisadores de diversas áreas e nacionalidades propuseram um novo modelo de acompanhamento sobre os impactos e legados dos Jogos Olímpicos.

Batizado de *Olympic Games Impact Study* (OGI), o projeto propõe uma análise objetiva e científica sobre o impacto dos Jogos, com a criação de um sistema de indicadores de avaliação dos

resultados, de modo a ser reproduzida em longo prazo e garantir uma comparação entre os resultados apresentados nas variadas cidades-sedes. A ideia principal é que o estudo permita comprovar a viabilidade do atual modelo de Jogos Olímpicos, bem como sirva de orientação para as futuras cidades escolhidas para receber o megaevento. O estudo foi formalmente introduzido pelo COI a partir dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2010, em Vancouver. Londres-2012 será a primeira experiência de aplicação desta metodologia em uma edição dos Jogos Olímpicos de Verão.

Em linhas gerais, o OGI propõe a adoção de 120 indicadores, distribuídos em três áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico sustentável: econômica, sociocultural e ambiental. Os indicadores também são divididos entre os de contexto e os de evento, sendo os primeiros vinculados ao contexto geral da região e não diretamente ligados aos Jogos, enquanto os outros tratam de questões diretamente ligadas à realização das Olimpíadas. Ademais, o estudo não tem como premissa projetar impactos potenciais (*ex-ante*), mas sim identificar os resultados de fato gerados por conta dos Jogos (*ex-post*).

O estudo completo contempla as mudanças observadas ao longo de um período de doze anos, iniciando com dados referentes a dois anos antes da cidade ser escolhida como sede dos Jogos, finalizando com dados referentes a três anos após a realização do megaevento. Por exemplo, para Londres o estudo analisará o período 2003-2015.

Assim, tendo em vista a complexidade da metodologia proposta nesse estudo e os esforços empenhados, o Comitê Olímpico Internacional demonstra a preocupação com o relevante debate que o tema provocou na década passada não apenas no âmbito acadêmico, mas principalmente no âmbito político. É provável que os resultados apresentados ao término do período de análise sobre Londres-2012 – que será concomitante aos relatórios preliminares sobre os Jogos do Rio-2016 – inaugurem uma nova perspectiva de análise sobre os impactos dos megaeventos esportivos. Contudo, dificilmente serão capazes de interromper os questionamentos sobre

o uso de recursos públicos ou de superar as divergências quanto à interpretação dos legados.

Por fim, embora os estudos aqui selecionados indiquem que não é possível estabelecer uma receita de sucesso que possa ser aplicada em qualquer situação, convém frisar algumas recomendações divulgadas na literatura internacional a respeito das medidas necessárias para garantir que a preparação e a organização de um megaevento esportivo seja um sucesso em termos econômicos e a aplicação de recursos públicos deixe um legado positivo (PELLEGRINO; HANCOCK, 2010): a) estabelecer parcerias com o setor privado nos grandes investimentos em infraestrutura; b) colocar o foco nos legados duradouros e não apenas no evento em si; c) criar um amplo leque de apoio para dar suporte às autoridades responsáveis; d) planejar com antecedência e iniciar o quanto antes a execução das obras de infraestrutura; e) estimular a participação de uma ampla gama de empresas, criando sinergia entre ações de pequeno, médio e grande porte; f) colocar o projeto acima de interesses político-partidários; g) promover uma visão positiva sobre o legado esperado, mas fundada em expectativas realistas; e h) não presumir que o legado desejado será obtido automaticamente.

PARTE I

Copa do Mundo de Futebol

“Há muita discussão em torno de qual é exatamente o impacto econômico de tais eventos no país-sede e nas cidades-sede – se trazem benefícios duradouros ou se podem sugar recursos e acabar se tornando uma decepção. [...] Entretanto, nunca deveríamos tentar exagerar essas implicações. A Copa do Mundo deve ser reconhecida como algo muito maior do que uma oportunidade de se gastar dinheiro em grandes projetos de infraestrutura, de atrair turistas e de construir uma marca global. A Copa do Mundo da FIFA não pode tratar de problemas subjacentes, nem deve ser vista como cura milagrosa para nenhuma economia. [...] Para a FIFA, a Copa do Mundo é algo muito maior do que a soma de suas partes econômicas. O impacto positivo que a Copa do Mundo pode ter sobre a nação-sede e o resto do planeta nunca deve ser medido simplesmente em termos financeiros.” (BLATTER, 2013, p. 12-14)

O Brasil sediará a próxima edição da Copa do Mundo FIFA de Futebol, que será disputada entre 12 de junho e 13 de julho de 2014. Trata-se de um megaevento que exige um enorme esforço de organização e elevados gastos (projetados na época da candidatura em US\$ 5 bilhões, mas atualmente estimados em US\$ 11 bilhões), cujo principal financiador é o Estado. Para justificar os gastos na preparação da Copa, o governo federal tem destacado os muitos benefícios decorrentes de sediar este megaevento esportivo, principalmente os impactos econômicos e os legados para a sociedade em geral. Por exemplo, Orlando Silva, então Ministro do Esporte, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* em 2 de abril de 2011, afirmava o seguinte:

“É um evento que produz oportunidades e que serve como catalisador para o desenvolvimento de quem a realiza. [...] A Copa gera empregos. Estudo contratado pelo Ministério do Esporte estima que serão criados 330 mil empregos permanentes até 2014 e que o evento produzirá outros 380 mil empregos temporários. [...] A Copa estimula a melhoria do transporte coletivo nas nossas principais cidades” (SILVA, 2011).

Por sua vez, Luiz Barretto, então Ministro do Turismo, em entrevista publicada no site do Ministério do Turismo em junho de 2009, defendeu a realização dos megaeventos esportivos como forma de promover o turismo nacional e identificou os principais desafios a serem enfrentados:

“A Copa do Mundo é uma das maiores, talvez a maior oportunidade do turismo brasileiro neste século. É uma grande chance de o Brasil se tornar mais conhecido, dar um salto de qualidade e, ao mesmo tempo, acelerar obras de infraestrutura que talvez, se não fosse a Copa, demorassem mais tempo. O principal legado de um evento como a Copa do Mundo é acelerar ações de qualificação profissional ou investimento em infraestrutura. [...] A Copa ajuda, mas não é a panaceia para resolver todos os problemas de uma hora para a outra. Acho que há temas gerais que são fundamentais, como a mobilidade urbana, os transportes públicos, a questão dos aeroportos, das arenas esportivas. Sem arena esportiva, sem uma melhoria na mobilidade urbana, sem um sistema aeroportuário melhor e sem uma rede hoteleira adequada, você não tem uma boa Copa do Mundo. Em relação ao turismo, há quatro temas fundamentais: hotelaria, qualificação profissional, promoção e infraestrutura” (MINISTRO..., 2009).

Entretanto, a opinião de que a Copa significará uma inestimável fonte de benefícios não é unânime. Por exemplo, às vésperas da edição do torneio na África, o economista Fernando Ferrari Filho, da UFRGS, dizia que países em desenvolvimento tendem a ter mais custos que benefícios:

“Para países com boa infraestrutura, que precisam investir menos, a taxa de retorno será mais atraente. Mas em casos como da África do Sul e do Brasil, que necessitam construir quase tudo, minha avaliação é de que haverá mais custo do que benefício” (ILHA, 2010).

Para especialistas do mercado financeiro, entrevistados também em junho de 2010, era muito difícil estimar o impacto sobre o crescimento do PIB, dependendo da efetivação de investimentos privados, o que por sua vez depende da previsão de demanda futura nos respectivos segmentos econômicos. As obras em infraestrutura eram vistas como fundamentais para o desenvolvimento do País, mas a construção de estádios com recursos públicos poderia desviar verbas que seriam usadas em outros projetos estratégicos. A economia brasileira vinha se expandindo a taxas relativamente altas e muitas obras (por exemplo, a modernização dos portos e aeroportos) já estavam previstas no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Neste caso, a Copa ajudaria a estabelecer um cronograma e a justificar certas medidas adotadas. “Muitos números, no entanto, têm sido superlativos e alguns especialistas já fazem o alerta: há desafios e o impacto da Copa [...] pode não ter a magnitude imaginada” (ZAMPIERI, 2010).

Em 2011, à medida que o crescimento econômico desacelerava, algumas vozes começavam a alertar para o risco de a Copa acarretar impactos negativos após o torneio, seja no setor hoteleiro, seja na manutenção dos estádios. Com relação aos hotéis, há uma séria preocupação de agentes do setor quanto à superoferta de leitos em algumas regiões depois da realização do torneio. Segundo José Manuel Campeses, presidente da Associação

Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia, pode aumentar a capacidade ociosa no setor: “A taxa de ocupação deve cair. É preocupante o número de empreendimentos. Temos que nos preparar” (SALGADO, 2011). Quanto aos estádios, o jornalista Juca Kfourri denunciava a “orgia de construção de novos estádios”, que, dentre outras consequências, criará estádios sem potencial de se sustentarem financeiramente, devido à falta de público: “[...] estão em construção estádios em Cuiabá, em Manaus e em Brasília, onde nem futebol realmente profissional há” (KFOURI, 2011, p.10).

Quando foi apresentado no Congresso Nacional o projeto de lei n. 2330/2011, a chamada Lei Geral da Copa, houve uma forte reação contra a tentativa de atropelar a ordem jurídica vigente para favorecer os interesses imediatos de grupos econômicos poderosos, motivada inclusive pela preocupação com os prejuízos financeiros que tais medidas poderiam causar para os cofres públicos. Veja-se, por exemplo, o teor de um artigo publicado em novembro de 2011 no *Le Monde Diplomatique - Brasil*:

“Autoridades brasileiras parecem admitir que a recepção de um megaevento esportivo autoriza também megaviolações de direitos, megaendividamento público e megairregularidades. É preciso questionar a legitimidade dessa relação de vassalagem política, que endossa negócios privados que geram considerável ônus público” (GORS DORF; HOSHINO, 2011).

Pouco depois, a preocupação com problemas no planejamento e na execução dos projetos levou o deputado federal Romário Faria (PSB-RJ) a assumir postura bastante crítica e liderar um movimento de fiscalização da Copa no Congresso Nacional: “O pior ainda está por vir, porque o governo deixará que aconteçam as obras emergenciais, as que não precisam de licitações. Aí vai acontecer o maior roubo da história do Brasil” (ROMÁRIO..., 2012). Em fevereiro de 2013, Romário assinou um artigo na *Folha de São Paulo*, no qual argumenta que o País não conseguiria aproveitar o potencial prometido pela realização da Copa (FARIA, 2013):

“Seria ingênuo imaginar que uma Copa resolveria todos os problemas de uma nação, mas também não é confortável constatar que o evento poderá aprofundar alguns deles. [...] a incapacidade dos gestores de planejar atrasou inúmeras obras e, por tabela, encareceu em alguns bilhões o custo do Mundial – R\$ 3,5 bilhões, para ser mais preciso –, segundo o último levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU). [...]

O excesso de gastos, no entanto, não é o pior dos cenários. O tão falado legado social para a população parece ter ficado só no papel. Quase todas as obras de transporte estão atrasadas, a inauguração de algumas, inclusive, já foi remarcada para somente depois do Mundial e outras foram canceladas. [...]

Depois de ter rodado o mundo inteiro e participado, in loco, de tantos mundiais, posso afirmar, com convicção, que um país só é bom para os turistas se, antes, for bom para o seu próprio povo. Hoje, não consigo presumir nenhum problema que inviabilize o evento, mas tenho certeza de que os brasileiros ficarão decepcionados ao ver perdida mais uma ótima oportunidade de tornar este país um lugar melhor para se viver.”

Apesar de não abarcarem todas as visões sobre os potenciais benefícios e/ou prejuízos da realização da Copa no Brasil, as divergentes posições explicitadas acima revelam a existência de um debate marcado por desencontro de informações e de intenções. Além disso, sabe-se que há interesses implícitos nos diferentes discursos, uma vez que as opiniões provêm de variadas áreas de atuação: alto escalão do governo, gestão e consultoria empresarial, jornalismo esportivo, poder legislativo. Sem pretender esgotar o tema, o propósito da presente análise é subsidiar o debate sobre os efeitos da realização da Copa de 2014 no Brasil, sobretudo no que se refere à superestimação dos impactos econômicos deste

megaevento, buscando evitar uma visão maniqueísta ou uma análise simplista das questões envolvidas e explicitar o caráter especulativo das projeções que têm sido divulgadas na mídia nacional.

A argumentação nesta primeira parte do livro está dividida em três capítulos. No primeiro, é feita uma breve menção às estimativas dos impactos econômicos da Copa do Mundo na Alemanha (2006) e na África do Sul (2010). No segundo, são examinados os preparativos para a Copa no Brasil, com foco em três aspectos: organização, legislação e infraestrutura. No terceiro, procura-se mostrar que os efeitos esperados da Copa de 2014 foram superestimados nas projeções divulgadas pelo governo federal.

CAPÍTULO I

IMPACTOS ECONÔMICOS DAS COPAS DE 2006 E 2010

A disputa para sediar uma Copa do Mundo de Futebol, sem dúvida, extrapola o meio futebolístico e envolve pesados interesses econômicos e políticos. Sob o ponto de vista econômico, sediar a Copa do Mundo pode ser visto como um direito que o país sede (ou a respectiva confederação de futebol) adquire ao ser escolhido pela FIFA. Para maximizar seus ganhos com esta concessão, a entidade organiza uma competição entre os países candidatos a receber o evento. Dessa forma, ao exercer seu poder monopolista, a FIFA é capaz de extrair grande parte dos rendimentos econômicos associados ao torneio (DU PLESSIS; MAENING, 2007).

O país escolhido e a FIFA assinam um contrato que regula o fluxo de receitas associadas com o torneio, cuja principal fonte vem dos direitos comerciais e de imagem (áreas de restrição comercial, captação e transmissão de imagem e som, direitos de propriedade etc.). Por exemplo, dentre as várias cláusulas deste contrato, existe uma que determina que no raio de 1 quilômetro do estádio (e ao longo das principais rodovias de acesso) o comércio é exclusividade das empresas que compraram o direito de associarem suas marcas ao torneio. Outra cláusula importante se refere aos direitos de transmissão, que, dentre outras medidas, estabelece severas sanções aos responsáveis por ações que desrespeitem a exclusividade adquirida. Juntos, os direitos de TV e os contratos de marketing são responsáveis pelo principal fluxo de receitas da Copa.

Há, evidentemente, uma grande preocupação com a qualidade do espetáculo que será transmitido ao vivo para centenas de países. Ao mesmo tempo em que procuram valorizar os produtos associados com o megaevento, a FIFA e o Comitê Organizador precisam oferecer garantias de retorno financeiro para todos os parceiros econômicos. Portanto, tudo é feito para que a realização da Copa do Mundo seja bastante lucrativa para a FIFA, para os

organizadores locais e para as emissoras de TV, além de propiciar retornos garantidos para os patrocinadores (FIFA, 2011).

Mas, e o país sede? Que benefícios o conjunto da sociedade ganha em troca do esforço de sediar o mais famoso torneio de futebol do planeta? Os benefícios normalmente prometidos são: melhorias na infraestrutura de transporte, geração de empregos, estímulo ao turismo e boas perspectivas de negócios. Contudo, há uma grande variedade de métodos para estimar tais benefícios (BURNETT, 2008). E há diferenças expressivas nas condições prévias dos países que sediam o torneio, prevalecendo a ideia de que nos países em desenvolvimento os custos com a infraestrutura são geralmente maiores², o que aumenta o risco de problemas, mas ao mesmo tempo os benefícios esperados também são maiores (ALMERS, S; MAENING, 2009).

As duas edições mais recentes da Copa do Mundo de Futebol aconteceram em países bastante diferentes um do outro e ofereceram experiências muito diversas (PAZ, 2011). A edição de 2006 teve lugar na Alemanha, um dos países mais desenvolvidos do mundo e maior potência econômica da Europa. A edição de 2010 aconteceu na África do Sul, país em desenvolvimento marcado por elevados níveis de pobreza e desigualdade social.

O ponto a ser enfatizado é o seguinte: os efeitos imediatos de um megaevento esportivo como a Copa do Mundo, assim como seus legados mais duradouros, são bastante diferentes entre países que possuem estágios de desenvolvimento econômico distintos. Países em desenvolvimento normalmente requerem investimentos muito maiores para se prepararem para um evento desse porte, aumentando consideravelmente os riscos e custos de oportunidade. Por outro lado, o custo do trabalho é relativamente mais baixo, podendo representar custos operacionais e de infraestrutura

² Não há consenso sobre esse ponto: “O custo do capital é maior em países em desenvolvimento, ou seja, dinheiro gasto no evento representa dinheiro não gasto em outras áreas, tal como o sistema de saúde. No entanto, nesses países os salários são relativamente baixos, possibilitando certa redução nos custos operacionais e de infraestrutura” (DOMINGUES; BETARELLI JR.; MAGALHÃES, 2011, p. 412).

menores. Por fim, como os países em desenvolvimento apresentam importantes déficits em termos de infraestrutura de transporte e comunicação, a realização da Copa pode contribuir para sanar parte dessa defasagem (BOHLMANN; VAN HEERDEN, 2008).

Com relação à Copa da Alemanha, avaliações posteriores ao torneio têm revelado que os impactos econômicos promovidos por megaeventos esportivos estão longe de se aproximarem dos grandes números apresentados pelas estimativas em estudos *ex-ante*, ao passo que os custos com a preparação e a organização da Copa foram maiores do que se calculava. Ao final, os principais beneficiados pela realização do torneio foram a FIFA e a liga nacional, a DFB (BRENKE; WAGNER, 2006).

Um estudo do grupo *Postbank* estimou que o impulso econômico da Copa do Mundo de Futebol poderia chegar a dez bilhões de Euros – o equivalente, na época, a 0,5% do produto interno bruto alemão. Contudo, tratava-se de uma projeção exageradamente otimista (GUISELINI, 2008). Embora seja muito difícil mensurar os efeitos macroeconômicos, estima-se que os investimentos realizados em razão da Copa equivaleram a apenas 0,4% do total dos investimentos realizados na economia alemã no mesmo período. O órgão federal alemão responsável pelos dados de emprego sugere que a Copa gerou algo entre 25.000 e 50.000 empregos na economia alemã, a maior parte deles temporários, o que representa parcela pouco significativa do mercado de trabalho alemão, que empregava por volta de 40 milhões de trabalhadores em 2006. Os hotéis verificaram uma diminuição de 2,7% na taxa de ocupação em relação ao mesmo mês do ano anterior ao da Copa, comprovando a existência de um “efeito esvaziamento” (ou “deslocamento”). A queda na taxa de ocupação, entretanto, foi compensada pelo aumento das tarifas. O aeroporto de Frankfurt verificou um aumento de apenas 1,7% no número de passageiros no período do torneio (DU PLESSIS; MAENING, 2007).

Talvez os maiores benefícios alcançados pela Alemanha por meio da Copa do Mundo de Futebol tenham sido o fortalecimento da identidade nacional e do orgulho cívico (MANNING;

PORSCHE, 2008), assim como a melhoria da imagem do país no exterior (ALMERS; MANNING, 2009). De acordo com o *Anholt Nations Brand Index (NBI)*, índice utilizado para ranquear as nações no que se refere à percepção internacional de suas “marcas”, a Alemanha saltou do quinto lugar em 2005 para o segundo lugar em 2006, logo após a realização da Copa.

No que se refere aos legados tangíveis, pelo fato de se tratar de um país com elevado nível de desenvolvimento e com uma infraestrutura bastante completa, a Copa significou para a Alemanha poucas melhorias (considerando que a modernização do sistema de transporte ferroviário, por exemplo, seria feita mesmo sem a Copa). Pode-se considerar a construção e reforma dos 12 estádios que abrigaram os jogos da Copa como um dos principais legados deixados pela realização do megaevento, tendo em vista o intenso uso regular dos mesmos (GUISELINI, 2008). Há, por sua vez, algumas evidências de que a Copa contribuiu para o desenvolvimento da estrutura de turismo e para aumentar a demanda potencial de turistas estrangeiros, mas não com a intensidade prometida (PREUSS, 2006b).

Para completar, é oportuno citar a opinião do pesquisador alemão Volker Eick, para quem o brilho deslumbrante do Mundial ilumina os aspectos positivos de sua realização, mas ajuda a ocultar algumas consequências sombrias. Para ele, a questão a ser debatida não é a falta de legados da Copa de 2006, mas a falta de supervisão crítica e de protestos significativos da opinião pública contra o espírito neoliberal das medidas adotadas pela FIFA. Nas suas palavras (EICK, 2011, p. 3339):

“So far, the dazzling aura of the World Cup seems to illuminate a ‘successful’ spectacle, by helping to obscure its murky consequences. Therefore, it is not the lack of legacies, but the lack of critical oversight and meaningful protest that we have to keep under review.”

Na África do Sul, as expectativas antes do evento eram bastante otimistas (KUPER; SZYMANSKI, 2009). Inspirados pela propaganda do governo³, os sul-africanos acreditavam que a Copa contribuiria para a injeção de bilhões de dólares na economia local e a criação de centenas de milhares de empregos, trazendo uma melhoria generalizada na qualidade de vida da população, que poderia usufruir do legado em infraestrutura. O governo anunciou que investiria cerca de US\$ 5,4 bilhões em infraestrutura, incluindo a melhoria de estradas e aeroportos⁴. A expectativa do governo era de que, somados todos os efeitos multiplicadores, haveria a criação de 695.000 empregos (diretos e indiretos). Além disso, haveria um acréscimo de 0,54% no PIB do país em 2010. De acordo com estudo *ex-ante* da consultoria Grand Thornton (SAUNDERS, 2010), o acréscimo total na demanda agregada da economia sul-africana seria da ordem de US\$ 7,5 bilhões, incluindo o turismo, e os impactos totais esperados eram da ordem de US\$ 12,7 bilhões (60% durante a preparação e 40% no ano do megaevento). Com relação ao turismo, eram esperados 373.000 visitantes estrangeiros, que injetariam cerca de US\$ 1,1 bilhão na economia.

Por sua vez, um estudo *ex-post* feito por esta empresa de consultoria mostra que a média de ocupação dos hotéis aumentou em 61% no período do torneio (GRAND THORNTON, 2011a). Os gastos com cartões apresentaram elevação de 55% e as vendas no varejo registraram expansão de 7,4%. A indústria de alimentos e bebidas cresceu 10,4% e o mercado de cerveja sozinho teve uma elevação de 12%. Além de contribuir para aquecer a economia do País, a Copa melhorou a percepção internacional com relação à África do Sul, impulsionou o turismo e gerou um sentimento de orgulho nacional. Aproximadamente 350 mil visitantes estrangeiros

³ Jacob Zuma, presidente da África do Sul, em entrevista para a *TV Reuters Insider*, afirmou: "O evento em si criou tal oportunidade que nossa economia não será do mesmo tamanho depois da Copa do Mundo de 2010. Certamente, portanto, o PIB irá crescer em relação a onde estava. Estamos confiantes de que os números de empregos irão crescer" (BOSCH, 2010).

⁴ Em 2003, o gasto previsto na preparação da Copa era de 2,3 bilhões de Rands. Em 2010, as despesas e investimentos alcançavam um total de 39,3 bilhões de Rands.

gastaram quase 8 bilhões de Rands (cerca de R\$ 1,7 bilhão) durante o megaevento, totalizando um impacto econômico de 18 bilhões de Rands (R\$ 3,9 bilhões). Porém, esta estimativa difere de uma elaborada pelo *National Department of Tourism* (NDT) da África do Sul em conjunto com a *South African Tourism* (SAT), segundo a qual o mundial da FIFA levou ao país africano 309.554 turistas, que no conjunto gastaram cerca de 390 milhões de Euros (R\$ 972 milhões).

De fato, avaliações mais criteriosas têm demonstrado que os benefícios tangíveis alcançados ficaram muito longe do que havia sido prometido. Por exemplo, o efeito efetivo sobre o PIB em 2010 foi calculado entre 0,2% e 0,3% (AMATO, 2010). É provável que a crise econômica internacional, que emergiu em 2008, tenha restringido o retorno potencial da Copa do Mundo. Por outro lado, os investimentos em infraestrutura ajudaram a evitar que a economia da África do Sul entrasse imediatamente em recessão. Mas, não foram capazes de evitar a perda de um milhão de empregos antes do torneio.

Do ponto de vista da geração de empregos, o resultado foi realmente decepcionante (COTTLE, 2011). A previsão inicial de 695 mil novos postos de trabalho considerava que mais da metade seriam temporários, mas se esperava que 280 mil seriam conservados em 2010. Contudo, em razão da crise, foi registrada uma redução de 4,7% do total de ocupados na África do Sul (627 mil trabalhadores) só no trimestre imediatamente anterior à realização da Copa. Na indústria da construção, os empregos criados desapareceram assim que os projetos foram concluídos.

Quanto aos legados, dos 10 estádios construídos para a Copa, apenas um (*Soccer City*, em Johannesburg) é capaz de gerar dividendos que cobrem seus custos de manutenção. O restante gera custos elevados que são pagos com o dinheiro público. Por outro lado, não se pode negar que a Copa deixou um legado positivo em infraestrutura, especialmente no que se refere aos meios de transporte. E os maiores benefícios para a África do Sul, apesar de controversos, talvez tenham sido a melhora da imagem do país no

cenário internacional e o fortalecimento do sentimento de orgulho da população.

Finalmente, também convém frisar que a Copa na África do Sul não contribuiu para reduzir as desigualdades sociais. Por um lado, a grande maioria dos empregos temporários gerados pagavam baixos salários e não houve redução significativa na taxa de desemprego no país, mesmo antes da crise. Por outro, as principais melhorias trazidas para a infraestrutura urbana acabaram beneficiando mais a classe média e os turistas estrangeiros (a maioria da população pobre anda a pé), enquanto os principais estímulos econômicos foram apropriados por segmentos da classe empresarial exportadora (DUMINY; LUCKETT, 2012).

Em suma, por motivos óbvios, os cenários projetados pelos estudos realizados ou encomendados por instituições que têm interesse na realização de um megaevento esportivo são geralmente muito otimistas. Há, porém, sérios motivos para questionar a confiabilidade dessas previsões (TUROLLA, 2009). Além da desconfiança gerada pelos interesses (políticos e econômicos) envolvidos em tais projeções, as experiências anteriores têm demonstrado que estimativas *ex-ante* são quase sempre superestimadas. Avaliações feitas posteriormente à realização de uma Copa do Mundo não têm encontrado evidências que comprovem os números divulgados anteriormente pelos governos ou empresas diretamente comprometidas com a realização do megaevento⁵. Ao contrário: fica evidente que as projeções de impactos econômicos muito positivos serviram apenas para justificar os elevados investimentos públicos. Além disso, considerar todos os gastos governamentais na preparação para uma Copa do Mundo como potenciais geradores de benefícios é ignorar os custos de oportunidade (ou seja, não é considerado o uso alternativo do

⁵ Um estudo a respeito da Copa de 2002 revelou que o impacto econômico da Copa do Mundo FIFA na Coreia do Sul também foi insatisfatório da perspectiva econômica (KIM; GURSOY; LEE, 2006).

dinheiro para a construção de hospitais e escolas, para expandir o saneamento básico ou mesmo para apoiar novos empreendimentos).

Para reforçar esse ponto, vale a pena reproduzir o depoimento do pesquisador sul-africano Eddie Cottle (*apud* PRAÇA, 2011), ao ser indagado sobre o assunto:

“Mas a realidade é que a Copa não forneceu tudo o que a mídia prometia, nem em relação aos compromissos do documento de candidatura. O que vemos é que as Copas do Mundo são veículos para a acumulação de capital privado em uma escala global, em que a Fifa atua como facilitadora. Em termos de acumulação de capital, não há nada igual, nem mesmo nos velhos tempos do imperialismo ou na globalização moderna. A Copa recebe toda essa atenção precisamente porque os ultrapoderosos são aqueles que mais se beneficiam dela. Para isso, eles fabricam mentiras descaradas para o público. Dizem que haverá grandes investimentos, que o país vai se beneficiar do turismo, que haverá emprego e [que o evento] trará toda essa glória para o país. Pelo menos o último ponto é verdadeiro. O país é deixado com a glória de sediar a Copa, mas a um custo significativo para a sociedade e os pobres em geral.”

A discussão sobre os distintos impactos econômicos verificados nas duas últimas edições da Copa, que foram realizadas em nações com graus de desenvolvimento muito distintos, serve de parâmetro para a análise dos impactos esperados no Brasil. De modo geral, a desconfiança relacionada com as expectativas otimistas formuladas em torno dos impactos da Copa no Brasil se baseia mais na experiência sul-africana. Por sua vez, pode-se dizer que a experiência alemã é mais indicada como referência para o planejamento e a preparação do torneio no País.

CAPÍTULO 2

A PREPARAÇÃO PARA A COPA DO MUNDO NO BRASIL

Em uma cerimônia festiva no dia 30 de outubro de 2007, na sede da FIFA, em Zurique, o Brasil foi anunciado como a sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Como demonstração da importância do anúncio para o país, a delegação brasileira presente no evento era numerosa. Entre seus componentes estavam autoridades como o então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, 12 governadores de Estado, ministros e senadores. Também faziam parte da comitiva personalidades como o escritor Paulo Coelho e o ex-jogador de futebol Romário, entre outros. O anúncio daquela manhã de terça-feira significava que o Brasil seria novamente, depois de 64 anos, a sede da maior competição de futebol do mundo. A escolha aconteceu no contexto da política de rodízio de continentes, implementada pela FIFA a partir da Copa da África do Sul em 2010.

A Copa de 2014 será a vigésima na história das Copas e ocorrerá pela quinta vez na América do Sul, onde foi disputada pela última vez na Argentina, em 1978. A competição será disputada em 64 jogos e contará com a participação de 32 seleções nacionais. Os jogos acontecerão em 12 cidades-sede, a despeito da preferência inicial da FIFA por apenas 10. Tal preferência deve-se a uma questão de economia, já que cada cidade sede tem de ter seu próprio centro de imprensa, hotéis oficiais, campos de treinamento, equipe de voluntários, entre outras fontes de custo. Mas, como o Brasil tem dimensões continentais, para contemplar a diversidade regional e as distintas demandas políticas, a CBF conseguiu aprovar o número máximo de sedes.

A escolha das cidades-sede, de acordo com Jerome Volcke, secretário-geral da FIFA, obedeceu a critérios técnicos, com base nas visitas de representantes da entidade às cidades postulantes e

nos projetos apresentados por elas. Além dos estádios, aspectos como a rede hoteleira, sistema de transporte urbano, aeroportos, segurança pública e opções de lazer foram levados em conta na hora da escolha. O anúncio das cidades escolhidas foi feito no dia 31 de maio de 2009 e contemplou as seguintes localidades: Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Cuiabá (MS), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP). As cidades preteridas foram: Belém (PA), Campo Grande (MS), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), Maceió (AL) e Rio Branco (AC).

Em outubro de 2011 foi divulgada a distribuição de jogos do torneio entre as sedes, especificando quantos jogos cada cidade iria receber. As informações estão resumidas no Quadro 3.

QUADRO 3
Cidades sedes e número de jogos da Copa do Mundo

| Cidade | Quantidade de jogos | Jogos que irá sediar além dos 4 da primeira fase |
|----------------|---------------------|--|
| Belo Horizonte | 6 | 1 oitava de final e 1 semifinal |
| Brasília | 7 | 1 oitava de final, 1 semifinal e a disputa de 3º lugar |
| Cuiabá | 4 | 0 |
| Curitiba | 4 | 0 |
| Fortaleza | 6 | 1 oitava de final e 1 quarta de final |
| Manaus | 4 | 0 |
| Natal | 4 | 0 |
| Porto Alegre | 5 | 1 oitava de final |
| Recife | 5 | 1 oitava de final |
| Rio de Janeiro | 7 | 1 oitava de final, 1 quarta de final e a final |
| Salvador | 6 | 1 oitava de final e 1 quarta de final |
| São Paulo | 6 | abertura, 1 oitava de final e 1 semifinal |

Fonte: Fifa. Match Schedule.

O jogo de abertura, no dia 12 de junho de 2014, acontecerá na cidade de São Paulo. Além da visibilidade proporcionada pelo primeiro jogo da Copa, a cidade que recebe a partida inaugural sedia também o Congresso Anual da FIFA uma semana antes do início do torneio. A grande final acontecerá na cidade do Rio de Janeiro, num “templo sagrado” do futebol mundial, o Maracanã.

As cidades que mais receberão jogos serão Brasília e Rio de Janeiro, com 7 jogos cada uma. As cidades de Cuiabá, Curitiba, Manaus e Natal receberão apenas os 4 jogos da primeira fase.

A Copa do Mundo de Futebol exige do país sede uma gama de medidas preparatórias, de modo a torná-lo apto a receber satisfatoriamente a competição, ou seja, aproveitando as oportunidades e evitando os riscos associados a sua realização. Dentre estas medidas, são destacadas a seguir as relacionadas à organização, à legislação e à infraestrutura⁶. Posteriormente, as principais medidas no campo do turismo.

Organização

Em 30 de outubro de 2007, junto com o anúncio oficial do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, a FIFA anunciou a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) como a responsável pela organização da competição no Brasil. A CBF, por sua vez, criou o Comitê Organizador Local para tratar dos assuntos referentes à Copa. De acordo com o documento que trata dos regulamentos da competição, a CBF e o COL estarão sujeitos ao controle e supervisão da FIFA, que terá a última palavra em todos os assuntos referentes à organização do torneio.

A Copa do Mundo de Futebol, entretanto, é um evento que interessa não apenas à FIFA e à CBF e que também não depende apenas das duas entidades para a sua realização. A participação do Estado é imprescindível, seja para a viabilização econômica e legal do evento, seja para a defesa dos interesses nacionais e regionais, mobilizando as esferas federal, estadual e municipal de governo.

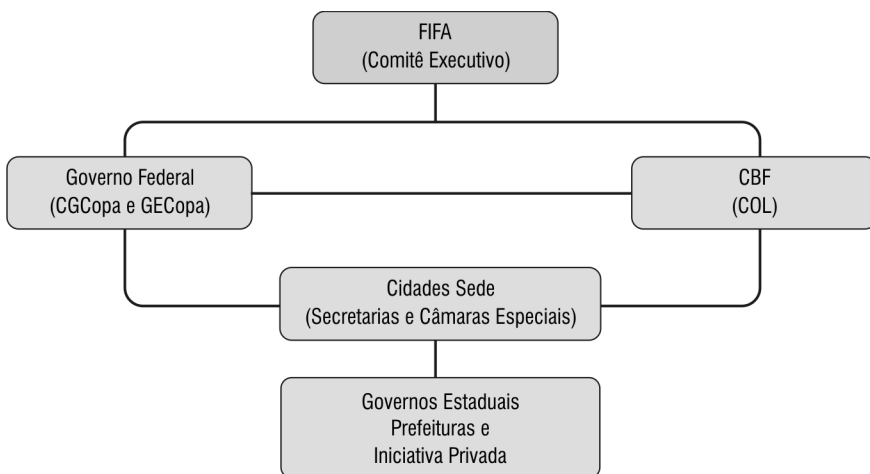
Partindo da esfera federal, o Estado se organiza por meio do Comitê gestor da Copa. Em 14 de janeiro de 2010 foi publicado um decreto pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que

⁶ Cf. documento do governo federal sobre o tema (BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2011).

cria o Comitê Gestor da Copa, o CGCOPA 2014. Em 26 de julho de 2011, um novo decreto, este assinado pela presidenta Dilma Rousseff, atualizou o texto e incluiu novos atores na estrutura de governança. A instância tem como principal objetivo definir, aprovar e supervisionar ações previstas no Plano Estratégico do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo da FIFA 2014. Ao todo, 25 ministérios e secretarias com status de ministério integram o CGCOPA.

Dentro do CGCOPA, há um núcleo chamado de Grupo Executivo da Copa (GECOPA). Composto por seis ministérios, mais a Casa Civil da Presidência da República e a Secretaria de Aviação Civil, o GECOPA tem como objetivo coordenar e consolidar as ações, estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do Plano Estratégico Integrado para a Copa 2014. Essas estruturas dialogam, interagem e estabelecem instrumentos de formalização de responsabilidades com o Comitê Organizador Local (COL) da Copa FIFA 2014 e com as 12 cidades sede. Um destes instrumentos de formalização de incumbências é a Matriz de Responsabilidades.

FIGURA 1
Organização da Copa



A Matriz de Responsabilidades é um documento que atribui a cada um dos signatários (União, Estado, Distrito Federal ou Município) obrigações referentes à execução e planejamento de obras de infraestrutura relacionadas à Copa. São obras nas áreas de mobilidade urbana, estádios, portos e aeroportos. Inicialmente, ficou definido, por meio deste instrumento, que as obras referentes aos estádios e à mobilidade urbana seriam de responsabilidade dos Estados e Municípios e as obras referentes aos portos e aeroportos serão de responsabilidade da União. O instrumento também é importante fonte de informação dos custos e do andamento das obras.

Cada uma das cidades-sede conta com sua própria estrutura de governança, determinada pela relação que se estabelece entre as esferas estadual, municipal e privada. Deste modo, constituem-se câmaras e secretarias especiais, que procuram dar conta dos interesses locais e dos compromissos assumidos e explicitados na Matriz de Responsabilidades, a qual precisa ser periodicamente revisada.

Legislação

A Copa do Mundo FIFA de futebol provoca alterações nas leis do país sede. Além das mudanças legais necessárias relativas aos compromissos assumidos entre o Brasil e a FIFA, que incluem, por exemplo, as sanções que devem ser aplicadas a quem desrespeitar os direitos de imagem e comercialização associados ao evento, há mudanças que partem da iniciativa local e objetivam facilitar e tornar mais eficientes os processos envolvidos no planejamento e execução dos projetos relacionados à Copa.

Com relação às leis referentes aos compromissos assumidos entre o Brasil e a FIFA, a Lei Geral da Copa é a principal: trata de aspectos como a proteção e exploração dos direitos comerciais (áreas de restrição comercial, captação e transmissão de imagem e som, direitos de propriedade industrial), dos vistos de entrada e das permissões de trabalho, da venda de ingressos, entre outros. Outras leis e decretos já foram aprovados, como a lei 12.350 de 20 de dezembro de 2010 e o decreto 7.578, de 2011, que tratam da isenção

de tributos federais incidentes nas importações de bens ou mercadorias relacionados à organização e realização do evento.

Já em relação à criação de leis que partem exclusivamente da iniciativa do país sede, deve-se destacar a lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, aplicado às licitações e contratos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol, dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos e da Copa das Confederações. O objetivo do RDC, de acordo com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é simplificar e acelerar o procedimento de contratações públicas mantendo a transparência e aumentando a competitividade entre os participantes.

Podem ser destacadas também as medidas provisórias. A Medida Provisória 496 permite que as cidades anfitriãs da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 contraíam mais empréstimos para custear as obras relacionadas aos eventos esportivos, mesmo que a dívida total supere a receita líquida desses municípios. A MP 496 foi criada para possibilitar em caráter de excepcionalidade esse grau de endividamento, que é proibido pela Constituição Federal. A Medida Provisória 497 faz mudanças nas leis tributárias, com destaque para a isenção fiscal de obras relacionadas à realização, no Brasil, da Copa das Confederações de 2013 e da Copa de 2014. O texto concede isenção de IPI, Cofins e PIS para os materiais usados na construção de estádios para o Mundial.

QUADRO 4

Alterações na legislação motivadas pela Copa do Mundo

| Alteração | Descrição | Objetivo |
|--------------------------------------|-------------------------------------|--|
| Lei nº 12.663, de junho de 2012 | Lei Geral da Copa | Estabelecer as regras para a exploração e proteção dos direitos comerciais, dos vistos de entrada e das permissões de trabalho, da venda de ingressos, entre outros. |
| Lei nº 12.350, de dezembro de 2010 | Lei de Isenção Fiscal | Isenção de tributos federais nas importações de bens ou mercadorias relacionados à organização e realização do evento. |
| Lei nº 12.462, de agosto de 2011 | Regime Diferenciado de Contratações | Simplificar e acelerar o procedimento de contratações públicas relacionadas à Copa. |
| Decreto nº 7.578, de outubro de 2011 | Decreto Presidencial | Regulamenta as medidas tributárias referentes à realização da Copa. |
| MP | Medida Provisória | Possibilitar o endividamento das cidades sede além do permitido constitucionalmente |
| MP | Medida Provisória | Isenção fiscal de obras relacionadas à realização da Copa do Mundo de 2014. |

Note-se que, depois de muitas discussões no Congresso Nacional, em razão de pontos polêmicos tais como a autorização de bebida alcoólica nos estádios e a permissão de cobrança de meia-entrada para menores e idosos, a Lei Geral da Copa foi publicada em 6 de junho de 2012 no Diário Oficial da União.

Câmaras Temáticas

A Copa do Mundo de Futebol transcende, e muito, a esfera esportiva. Preocupações relacionadas à segurança, ao meio ambiente, à saúde, à infraestrutura, dentre outras áreas, devem estar presentes em sua organização. Deste modo, foram criadas nove Câmaras Temáticas, cada uma responsável por áreas fundamentais à realização do megaevento, com o objetivo de propor políticas públicas e soluções técnicas eficientes e transparentes, que garantam um legado alinhado aos interesses estratégicos do País.

As nove Câmaras são divididas da seguinte maneira: Estádios; Segurança; Saúde; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Desenvolvimento Turístico; Promoção Comercial e Tecnológica; Cultura, Educação e Ação Social; Transparência; e Infraestrutura.

Apesar de não ser possível estabelecer uma hierarquia entre as câmaras no sentido de atribuir maior importância a uma ou outra, deve-se dar especial atenção a duas delas – Estádios e Infraestrutura – pelo fato de constituírem os principais gastos relacionados à Copa. Além disso, as informações relacionadas ao Desenvolvimento Turístico e à Segurança também merecem ser examinadas.

É importante esclarecer, por fim, que a Transparência tem sido uma preocupação de vários organismos governamentais e organizações sociais. O Instituto Ethos, por exemplo, vem desenvolvendo um projeto que busca reforçar o compromisso dos governantes com a publicidade de informações e oferecer ferramentas para a vigilância, monitoramento e controle social sobre os investimentos destinados para a Copa do Mundo de 2014 (assim como para as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016). Neste sentido,

elaborou uma metodologia de avaliação da transparência da gestão pública, com foco no acesso à informação e na participação social em processos decisórios. O foco são as ações públicas das prefeituras envolvidas com a realização da Copa (tanto aquelas ações feitas diretamente pelo executivo como as que impliquem o uso de recursos públicos). Na primeira avaliação, entre os 12 municípios escolhidos como sede, 10 apresentaram um indicador de transparência muito baixo (INSTITUTO ETHOS, 2013).

Infraestrutura

Um evento como a Copa do Mundo de Futebol requer das cidades sedes uma infraestrutura mínima, que dê conta do aumento das demandas provocadas pela sua realização e que satisfaça também as exigências do espetáculo, cujos detalhes são determinados pela FIFA. Deste modo, todas as cidades sedes passarão por transformações, de modo a se adequarem às necessidades geradas pelo torneio. Tais transformações, realizadas por meio de obras de infraestrutura, podem ser divididas em três áreas principais: Aeroportos e Portos, Estádios e Mobilidade Urbana.

As obras relacionadas aos aeroportos e portos são de responsabilidade federal, ao passo que as obras relacionadas aos estádios e à mobilidade urbana são de responsabilidade municipal e estadual, mas contam com financiamento federal (BNDES e CEF). Em alguns casos, há participação do setor privado, como na construção de alguns estádios e na concessão de alguns aeroportos. A seguir, um resumo das obras em andamento nas três áreas⁷.

a) Estádios

Apesar de ser um país com uma grande e rica cultura futebolística, nenhum estádio no Brasil estava apto a receber um

⁷ Informações detalhadas estão disponíveis no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União.

jogo de Copa do Mundo, uma vez que a FIFA impõe várias exigências, que vão desde o número mínimo de assentos até o ângulo de visão dos espectadores. Sendo assim, estão sendo construídos ou reformados estádios em todas as cidades que receberão jogos da Copa do Mundo. O Quadro 5 contém informações a respeito do tipo da obra (reforma ou construção), do custo total estimado em novembro de 2013 e da distribuição dos custos por fonte dos recursos.

QUADRO 5
Obras em estádios para a Copa

| Cidade | Empreendimento | Investimento Global (R\$ mi) | Financiamento Federal (R\$ mi) | Investimento Governo Local (R\$ mi) | Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi) |
|----------------|----------------|------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|--|
| Belo Horizonte | Reforma | 695 | 400 | 295 | - |
| Brasília | Reconstrução | 1.403 | - | 1.403 | - |
| Cuiabá | Construção | 570 | 339 | 231 | - |
| Curitiba | Reforma | 327 | 234 | 14 | 78 |
| Fortaleza | Reforma | 519 | 352 | 167 | - |
| Manaus | Reconstrução | 670 | 400 | 270 | - |
| Natal | Construção | 400 | 397 | 3 | - |
| Porto Alegre | Reforma | 330 | 275 | - | 55 |
| Recife | Construção | 533 | 400 | 133 | - |
| Rio de Janeiro | Reforma | 1.050 | 400 | 650 | - |
| Salvador | Reconstrução | 689 | 324 | 366 | - |
| São Paulo | Construção | 820 | 400 | 420 | - |
| Total | | 8.005 | 3.920 | 3.952 | 133 |

Fonte: Resolução GECOPA 25 (nov. 2013)

De acordo com o quadro acima, dos 12 estádios para a Copa, 5 foram reformados e 7 construídos ou reconstruídos. O custo total dos estádios foi revisado para mais de R\$ 8 bilhões, um crescimento de 48% em relação aos custos previstos em janeiro de 2010 (R\$ 5,4 bilhões). Deste total, R\$ 3,9 bilhões (49%) são financiados por meio de empréstimos obtidos junto ao BNDES. Apenas 3 (Curitiba, Porto Alegre e São Paulo) são de propriedade privada e representam 18% dos custos totais em estádios. Dos 9 estádios sob a responsabilidade do governo estadual, 5 (Belo Horizonte, Fortaleza, Natal, Recife e Salvador) estão sendo construídos por meio de PPPs – parcerias público privadas – e 4

(Brasília, Cuiabá, Manaus e Rio de Janeiro) construídos por meio de tradicionais contratos de empreitada, no qual o Estado contrata uma ou mais empresas para executar as obras.

b) *Mobilidade Urbana*

Uma das principais promessas de legados da Copa do Mundo de 2014 são as melhorias nos sistemas de mobilidade urbana para as cidades-sede do torneio. Talvez por isso as obras na área são as que mais pesam nos cofres públicos. De acordo com o planejamento inicial, boa parte delas seria financiada pelo governo federal, por meio da Caixa Econômica Federal, o que permitiria às cidades e aos seus respectivos estados diluir os gastos ao longo do tempo.

Em julho de 2012, a Matriz de Responsabilidades (Resolução Número 11 do Grupo Executivo da Copa – Gecopa) apresentava um total de 51 projetos nas cidades sedes. Porto Alegre (com 10), Curitiba (com 9) e Belo Horizonte (com 8) eram as cidades com maior número de intervenções urbanas. O custo total das obras estava previsto em R\$ 12 bilhões. Deste total, R\$ 7,4 bilhões (61%) teriam financiamento público. Rio de Janeiro (R\$ 1,9 bi), São Paulo (R\$ 1,9 bi) e Manaus (R\$ 1,6 bi) somavam R\$ 5,4 bilhões, ou 45% do valor total.

As informações divulgadas em novembro de 2013 (Resolução Gecopa Número 25) sobre os projetos em curso em cada cidade, seus custos e financiamento estão resumidas no Quadro 6. Esta versão da Matriz de Responsabilidades das obras da Copa do Mundo de 2014 apresenta um custo total 33% menor, estimado em R\$ 8 bilhões (a diminuição ocorreu principalmente por conta da exclusão de grandes projetos e não por barateamento das obras). Deste total, R\$ 3,1 bilhões (39%) estão sendo financiados pela Caixa Econômica Federal, R\$ 1,3 bilhões (16%) estão sendo financiados pelo BNDES e R\$ 3,6 bilhões (45%) correspondem a investimento do governo local. Note-se que todas as obras de mobilidade urbana em Manaus foram retiradas da Matriz, enquanto só ficaram dois projetos previstos para Porto Alegre e um para São Paulo. As obras no Rio de Janeiro (R\$ 1,9 bi), Cuiabá (R\$ 1,7 bi) e Belo Horizonte (R\$ 1,4 bi) somam R\$ 5 bilhões, 62% do total.

QUADRO 6
Obras em mobilidade urbana

| Cidade | Número de projetos | Investimento Global (R\$ mi) | Financiamento Federal (R\$ mi) | Investimento Gov. Local (R\$ mi) |
|----------------|---------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|---|
| Belo Horizonte | 7 | 1.406 | 932 | 475 |
| Brasília | 1 | 44 | 42 | 2 |
| Cuiabá | 3 | 1.719 | 510 | 1.210 |
| Curitiba | 10 | 466 | 305 | 161 |
| Fortaleza | 6 | 576 | 411 | 165 |
| Manaus | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Natal | 3 | 472 | 316 | 157 |
| Porto Alegre | 2 | 16 | 7 | 9 |
| Recife | 7 | 890 | 678 | 212 |
| Rio de Janeiro | 3 | 1.867 | 1.179 | 688 |
| Salvador | 2 | 19 | 10 | 9 |
| São Paulo | 1 | 549 | 0 | 549 |
| Total | 45 | 8.024 | 4.390 | 3.637 |

Fonte: Resolução Gecopa 25 (nov/2013)

Restando menos de um ano para o evento, as obras de mobilidade encontravam-se muito aquém do previsto inicialmente. Em algumas cidades-sede, o legado referente às melhorias no transporte público ficará muito distante da promessa original. E havia o receio de que a versão final da Matriz de Responsabilidades excluísse outras obras de mobilidade urbana, evidenciando mais retrocessos nessa área.

De acordo com a Pública – Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo, foram canceladas obras em 10 cidades, em sua maioria intervenções que representariam grande impacto no transporte público das cidades como um todo. Em contrapartida, foram incluídas novas intervenções, normalmente restritas ao entorno dos estádios, o que provavelmente não implicará em mudanças estruturais nos sistemas de mobilidade das cidades, mas apenas melhorias localizadas (BARROS, 2013).

c) *Aeroportos e Portos*

Os aeroportos são um dos temas mais delicados relacionados à infraestrutura necessária para receber a Copa do Mundo de Futebol. Problemas graves aconteceram nos aeroportos brasileiros em 2011, indicando condições precárias dos serviços aeroportuários e a necessidade urgente de investimentos pesados na área. Isso já era sabido em 2007, quando o Brasil foi escolhido para sediar a Copa do Mundo. A previsão de grande aumento do fluxo de passageiros em 2014, na época do megaevento, torna ainda maior a demanda de investimentos na área. Por isso, os aeroportos das cidades sedes passam por reformas, assim como o aeroporto de Viracopos, em Campinas-SP, que ajudará a absorver o fluxo de voos internacionais.

Com relação aos portos, os investimentos são mais modestos, uma vez que não estão previstas grandes reformas e sim expansões restritas aos terminais turísticos. Note-se que seis cidades-sede são litorâneas. Além destas, Santos-SP também terá o terminal marítimo do seu porto reformado.

QUADRO 7
Obras em portos e aeroportos

| Cidade | Aeroportos | | | Portos |
|----------------|------------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|
| | Investimento Global (R\$ mi) | Investimento Federal (R\$ mi) | Investimento Inic. Privada (R\$ mi) | Investimento Federal (R\$ mi) |
| Belo Horizonte | 431 | 431 | - | 0 |
| Brasília | 651 | 9 | 642 | 0 |
| Cuiabá | 101 | 101 | - | 0 |
| Curitiba | 157 | 157 | - | 0 |
| Fortaleza | 171 | 171 | - | 203 |
| Manaus | 445 | 445 | - | 89 |
| Natal | 572 | 197 | 375 | 73 |
| Porto Alegre | 88 | 88 | - | 0 |
| Recife | 0 | 0 | - | 28 |
| Rio de Janeiro | 442 | 442 | - | 0 |
| Salvador | 113 | 113 | - | 41 |
| São Paulo | 1.923 | 503 | 1.420 | 0 |
| Campinas | 1.185 | 5 | 1.180 | 0 |
| Santos | - | - | - | 154 |
| Total | 6.281 | 2.663 | 3.618 | 587 |

Fonte: Resolução Gecopa 25

Conforme pode ser visto no Quadro 7, o custo total previsto das reformas dos aeroportos é de R\$ 6,3 bilhões. Há participação da iniciativa privada nos aeroportos de Brasília, Natal, São Paulo e Campinas, num valor de R\$ 3,6 bilhões, equivalente a 58% do total. Com relação aos portos, estão orçados investimentos superiores a R\$ 580 milhões pelo governo federal.

Estimativa e distribuição do custo global dos investimentos

Somando os investimentos em infraestrutura nessas três áreas, a previsão no final de 2012 apontava um gasto de R\$ 23,1 bilhões,⁸ sendo 25% para estádios, 45% para mobilidade urbana e 30% para aeroportos e portos. Um ano depois, o total dos investimentos tinha se reduzido levemente (R\$ 22,9 bilhões), mas a composição do gasto se alterou significativamente: o custo dos estádios passou a representar 35%, equiparando-se aos custos com mobilidade urbana, que se reduziram (Quadro 8).

QUADRO 8
Custo agregado e distribuição por tipo de obra

| Cidade | Total (R\$ mi) | Estádios (%) | Mobilidade Urbana (%) | Portos e Aeroportos (%) | % do PIB Municipal (2010) |
|----------------|----------------|--------------|-----------------------|-------------------------|---------------------------|
| Belo Horizonte | 2.532 | 27,4 | 55,5 | 17,0 | 4,9 |
| Brasília | 2.098 | 66,9 | 2,1 | 31,0 | 1,4 |
| Cuiabá | 2.390 | 23,8 | 71,9 | 4,2 | 21,6 |
| Curitiba | 950 | 34,4 | 49,1 | 16,5 | 1,8 |
| Fortaleza | 1.469 | 35,3 | 39,2 | 25,5 | 4,0 |
| Manaus | 1.204 | 55,6 | 0,0 | 44,4 | 2,5 |
| Natal | 1.517 | 26,4 | 31,1 | 42,5 | 12,6 |
| Porto Alegre | 434 | 76,0 | 3,7 | 20,3 | 1,0 |
| Recife | 1.451 | 36,7 | 61,3 | 1,9 | 4,8 |
| Rio de Janeiro | 3.359 | 31,3 | 55,6 | 13,2 | 1,8 |
| Salvador | 862 | 79,9 | 2,2 | 17,9 | 2,3 |
| São Paulo | 3.292 | 24,9 | 16,7 | 58,4 | 0,7 |
| Campinas* | 1.185 | 0,0 | 0,0 | 100,0 | 3,2 |
| Santos* | 154 | 0,0 | 0,0 | 100,0 | 0,6 |
| Total | 22.897 | 35,0 | 35,0 | 30,0 | 2,0 |

Fonte: Resolução Gecopa 25 (nov. 2013).

Obs.: (*) Cidades que receberão investimentos, mas não vão sediar jogos.

⁸ A primeira versão da Matriz de Responsabilidades, divulgada em fevereiro de 2010, estimava um gasto total de R\$ 17,2 bilhões, considerando apenas os 60 projetos de mobilidade urbana e de construção ou reforma de estádios nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

As cidades-sede com os maiores investimentos são: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (40% do total). De acordo com a Matriz de Responsabilidades, os menores gastos com infraestrutura estão em Porto Alegre, Salvador e Curitiba. Enquanto algumas cidades têm boa parte de seus custos relacionados à mobilidade urbana, como Cuiabá (72%) e Recife (61%), outras têm grande parte de seus custos relacionados aos estádios, caso de Salvador, Porto Alegre e Brasília (80%, 76% e 67%, respectivamente).

Ao serem comparados os custos das obras em infraestrutura com o PIB de cada município em 2010, nota-se que em algumas cidades tais obras assumem importante dimensão, como em Cuiabá (21,6%) e Natal (12,6%). Em outras, representam porcentagem relevante, mas não muito expressiva em relação ao tamanho da economia municipal: Recife (4,8%), Belo Horizonte (4,9%) e Fortaleza (4%). No caso de São Paulo, tais obras representam uma baixa porcentagem do PIB (menos de 1%), o que permite supor que haverá um impacto relativamente menor. No Rio de Janeiro, lembre-se, tais obras também fazem parte da preparação para os Jogos Olímpicos de 2016.

QUADRO 9
Projeção do custo global e fonte dos recursos

| Área | Gasto total estimado (R\$ mi) | Financiamento federal (R\$ mi) | Recursos da União (R\$ mi) | Estados e municípios (R\$ mi) | Setor privado (R\$ mi) |
|----------------------|-------------------------------|--------------------------------|----------------------------|-------------------------------|------------------------|
| Mobilidade Urbana | 8.024 | 4.378 | 18 | 3.628 | 0 |
| Estádios | 8.005 | 3.920 | 0 | 3.952 | 133 |
| Aeroportos | 6.281 | 0 | 2.663 | 0 | 3.618 |
| Portos | 587 | 0 | 581 | 6 | 0 |
| Telecomunicações | 404 | 0 | 404 | 0 | 0 |
| Segurança | 1.879 | 0 | 1.879 | 0 | 0 |
| Turismo | 180 | 0 | 163 | 17 | 0 |
| Instalações Complem. | 209 | 0 | 0 | 209 | 0 |
| Total | 25.569 | 8.298 | 5.707 | 7.813 | 3.751 |

Fonte: Resolução Gecopa 25 (nov. 2013)

É importante ressaltar que a previsão de aplicação de recursos divulgada no Portal da Copa, criado pelo Ministério do Esporte, mostra que os valores continuam sendo recalculados, à medida que aumentam alguns custos ou que projetos são adiados

ou redimensionados. De acordo com estimativas oficiais (Quadro 9), em dezembro de 2013, o custo global com investimentos para a Copa ultrapassava R\$ 25,5 bilhões⁹.

Note-se que, além dos investimentos em infraestrutura mencionados, a Matriz de Responsabilidades também inclui gastos com obras na área de Telecomunicações (R\$ 404 milhões), gastos destinados à Segurança Pública e Defesa (R\$ 1,9 bilhão) e gastos com infraestrutura para Desenvolvimento Turístico (R\$ 180 milhões), em todas as cidades-sede. São projetos que estão computados na rubrica do governo federal. Somados, tais projetos adicionam mais R\$ 2,7 bilhões ao custo global da Copa.

Considerando todos os 303 empreendimentos ou ações incluídos na Matriz de Responsabilidades, pode-se obter uma ideia clara do esforço do poder público para a mobilização dos recursos necessários para a realização da Copa do Mundo no Brasil. De acordo com o Quadro 9, 22% (R\$ 5,7 bilhões) do custo global projetado estão imputados diretamente à União; 32,5% (R\$ 8,3 bilhões) estão sendo financiados pelo governo federal por meio do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do BNB; outros 30,5% (R\$ 7,8 bilhões) cabem diretamente aos estados e municípios; e apenas 15% (R\$ 3,8 bilhões) são recursos da iniciativa privada¹⁰. Como a maior parte dos financiamentos está sendo contratada por governos estaduais para a construção ou reforma de estádios e para obras de mobilidade urbana, o setor público (União, governos estaduais e prefeituras) é responsável, atualmente, por mais de 80% dos gastos computados. Convém esclarecer que a Copa pode ter estimulado outros empreendimentos da iniciativa privada – em especial no ramo hoteleiro –, mas que não são registrados na Matriz de Responsabilidades.

⁹ No Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União, a Matriz de Responsabilidades Consolidada divulgada em julho de 2013 apontava um gasto total de R\$ 26,6 bilhões.

¹⁰ Em 2012, estava prevista uma alocação maior de recursos provenientes do setor privado, da ordem de R\$ 4,2 bilhões.

Quanto à composição dos gastos por área, vale ressaltar que 31% do custo global correspondem a obras em mobilidade urbana, mesma porcentagem das obras relativas aos estádios, ao passo que as reformas em portos e aeroportos alcançam 25%. Por sua vez, o gasto com segurança pública representa 7% dos gastos previstos, por enquanto.

Outros investimentos que estão sendo computados pelo governo federal, mas não foram incluídos na Matriz de Responsabilidades, dizem respeito à área de Energia. De acordo com documento publicado em setembro de 2013, a garantia de atendimento à demanda de energia nas 12 cidades-sede envolve projetos para ampliar a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, totalizando gastos estimados em R\$ 1,7 bilhão (BRASIL.MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2013). Desse modo, o custo global poderia ultrapassar R\$ 27 bilhões.

Finalmente, convém frisar que, provavelmente, o montante de recursos públicos destinado à Copa no Brasil será ainda maior, mas esta informação só será confirmada oficialmente após terminada a auditoria do Tribunal de Contas da União. Por exemplo, é possível que o gasto com segurança pública aumente em razão do risco de violentas manifestações de rua contra o torneio. Note-se, também, que o custo final dos estádios pode alcançar a cifra de R\$ 8,6 bilhões, de acordo com estimativas que incluem as estruturas temporárias exigidas pela FIFA. E, se fossem adicionados os cerca de R\$ 330 milhões em isenção de impostos federais para a construção e reforma das arenas, este montante poderia ser estimado em R\$ 8,9 bilhões.

Política de turismo

A preparação para a realização da Copa do Mundo de 2014 implica uma exigência maior no campo dos serviços de turismo no Brasil. Em 2009, o Ministério do Turismo e o Instituto Brasileiro de Turismo apresentaram um conjunto de propostas para aproveitar os estímulos gerados por este megaevento esportivo como impulso

ao desenvolvimento do setor (EMBRATUR; FGV, 2009). O documento continha sete diretrizes: serviços e equipamentos turísticos (hospedagem, alimentação, atrativos, centro de atendimento e sinalização); qualificação (segurança, hospedagem, alimentação, receptivo, serviços gerais); marketing (planejamento de ações); gestão pública e governança (linhas de financiamento, articulação e cooperação, coordenação institucional); sustentabilidade (combate à exploração infantil, produção cultural, meio ambiente); acesso (aéreo, rodoviário, aquaviário); e infraestrutura (alocação de recursos).

A estratégia adotada nesse campo definiu 4 eixos prioritários de atuação: 1) estruturação e preparação das cidades-sede (aperfeiçoamento da infraestrutura básica necessária à atividade turística, como revitalização de áreas consideradas de alto potencial turístico, aperfeiçoamento da sinalização turística e viabilização do aproveitamento turístico do entorno); 2) atratividade e satisfação do turista por meio da qualificação profissional de serviços (receptivos de aeroportos, estações, hotéis, funcionários de restaurantes, motoristas de táxi e outros serviços); 3) promoção da imagem do País (planejamento de marketing para gerar aumento da exposição internacional e nacional do destino Brasil); e 4) desenvolvimento de ambiente para novos investimentos por meio da oferta de linhas de fomento (em especial, para a atividade hoteleira). Cada eixo tem um ou mais programas em andamento.

Em relação ao segundo eixo, o principal projeto era o “Bem Receber Copa”, um programa de qualificação profissional do Ministério do Turismo, em parceria com entidades do setor, que tinha como objetivo melhorar o padrão de atendimento aos turistas no Brasil, com base nos padrões internacionais de qualidade nos serviços turísticos, com foco em pessoas, empresas e destinos. O objetivo era qualificar 300 mil profissionais até 2013, por meio de cursos presenciais e à distância. O custo previsto era de R\$ 440 milhões. Somavam-se outras medidas, como o Programa de Qualificação dos Pequenos Meios de Hospedagem, com investimento de R\$ 3,3 milhões, em uma parceria entre o Sebrae e

a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), e o Profissional Bom de Copa, com cursos nas 12 cidades-sede, para qualificar profissionais de bares e restaurantes.

Em 2011, após auditoria do TCU constatar irregularidades, o Ministério do Turismo suspendeu a execução de todos os convênios com entidades privadas sem fins lucrativos firmados no âmbito do “Bem Receber Copa”. O programa foi substituído pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) aplicado ao setor de turismo em três frentes: Copa, Copa na Empresa e Copa Social. A meta é qualificar 152 mil trabalhadores em 120 cidades.

Os investimentos relacionados ao terceiro eixo (promoção e imagem) se intensificariam após os Jogos Olímpicos de Londres (2012) e deveriam somar US\$ 20 milhões. Com relação à estratégia de promoção do país no exterior, a prioridade da Embratur era construir uma imagem por meio da qual seja possível mostrar ao mundo que o Brasil oferece muitos atrativos: um povo acolhedor, uma cultura multiétnica, uma gastronomia exótica, um clima agradável, além de praias e muitas atrações turísticas. Outra ferramenta seria o site Brasil 360º, destinado à divulgação das 12 cidades brasileiras escolhidas para sediar o megaevento.

No que se refere à requalificação do setor hoteleiro, as ações extrapolavam o terreno da melhoria qualitativa dos serviços prestados, uma vez que seria fundamental ampliar a oferta de leitos. A FIFA exige que a cidade-sede tenha um número de leitos correspondente a 30% da capacidade do estádio. Em 2012, cinco cidades permaneciam deficitárias: Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Cuiabá e Manaus. Estas cidades, portanto, deveriam receber a maior parte dos investimentos. A previsão inicial era que, no conjunto do País, seriam feitos investimentos da ordem de R\$ 10 bilhões no setor hoteleiro. Contudo, com a desaceleração da economia, uma das maiores preocupações das empresas do setor era a possibilidade de baixa ocupação dos hotéis depois da Copa, em virtude de uma oferta excedente de leitos no caso do fluxo de turistas não permanecer num patamar mais elevado. Por isso, os

maiores investimentos nesse ramo de atividade se concentraram no Rio de Janeiro.

É importante mencionar que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) abriu uma linha especial de crédito para investimentos no setor hoteleiro. O BNDES Procopa Turismo é um programa de financiamento, destinado à construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis nacionais, que conta com a articulação do Ministério do Turismo, de forma a aumentar a capacidade e qualidade de hospedagem em função da Copa do Mundo de 2014. Em outubro de 2012, o volume de recursos disponíveis nesta linha de crédito passou de R\$ 1 bilhão para R\$ 2 bilhões devido à alta procura pelos recursos. O programa oferece prazos e juros diferenciados para estabelecimentos que adotarem critérios de sustentabilidade (BNDES..., 2012).

Por fim, convém mencionar que o primeiro eixo – que diz respeito a obras de infraestrutura turística, que incluem garantia de acessibilidade, sinalização dos principais atrativos, facilidade de localização e centros de atendimento aos turistas – tinha previsão orçamentária de R\$ 128 milhões. A prioridade era atender as 12 cidades-sede que receberão os turistas vindos para o torneio.

Em janeiro de 2012, a Embratur divulgou levantamento de 184 destinos turísticos num raio de 300 Km das cidades-sede, com um tempo máximo de viagem de três horas por terra ou duas horas pela via aérea. O Ministério do Turismo estimava que cerca de 600 mil turistas estrangeiros e 3 milhões de brasileiros deveriam circular pelo país nos meses da Copa do Mundo, entre junho e julho de 2014. No total, seriam aproximadamente 7,8 milhões de viagens domésticas durante o período do torneio (MINISTÉRIO..., 2012).

Para incentivar a visita aos 184 destinos recomendados, o governo pretendia gastar em campanhas e convênios para a promoção dos locais escolhidos. A previsão era aplicar R\$ 151 milhões no mercado doméstico e mais R\$ 139 milhões na promoção do turismo brasileiro no exterior.

CAPÍTULO 3

IMPACTOS ESPERADOS DA COPA DE 2014

Até dezembro de 2013, a projeção oficial relativa aos impactos econômicos gerados pela realização da Copa do Mundo estava baseada em dois estudos encomendados pelo Governo Federal. O primeiro foi feito em 2010 pela empresa de consultoria *Value Partners*. De acordo com o modelo econométrico usado, os impactos potenciais sobre o conjunto da atividade econômica resultantes da realização da Copa no Brasil podem chegar a quase R\$ 185 bilhões, sendo R\$ 48 bilhões (26%) provenientes dos impactos diretos e R\$ 136 bilhões (74%) provenientes dos impactos indiretos, resultado da “recirculação” do dinheiro na economia. O investimento total em infraestrutura alcançaria em torno de R\$ 33 bilhões (incluindo segurança, TI, telecomunicações e outros). Seriam criados 332 mil empregos permanentes (entre 2010-2014) e 381 mil empregos temporários (em 2014). O aumento no consumo das famílias foi projetado em R\$ 5 bilhões. Por sua vez, o incremento no faturamento do setor turismo seria de R\$ 9,4 bilhões, somando os gastos de 600 mil turistas estrangeiros e 3,1 milhões turistas nacionais. E a arrecadação adicional de tributos seria da ordem de R\$ 16,8 bilhões (63% federais). Além disso, um incremento médio anual do PIB de 0,26% entre 2010 e 2014, podendo alcançar 0,40% entre 2010 e 2019 (VALUE PARTNERS BRASIL, 2010).

Outro estudo encomendado pelo Governo Federal foi realizado por uma parceria entre a empresa de consultoria Ernst & Young Brasil e a FGV Projetos. Neste estudo, o impacto total corresponde a um movimento adicional de R\$ 142,4 bilhões no período de 2010 a 2014, considerando um aumento da demanda final de R\$ 29,6 bilhões (21%) relacionado diretamente com a Copa (R\$ 22,5 bilhões em investimentos, R\$ 1,2 bilhões em gastos operacionais e R\$ 5,9 bilhões em despesas de visitantes) e um impacto derivado sobre a produção nacional da ordem de R\$ 112,8 bilhões (79%). No mercado de trabalho, entre 2010 e 2014, pode

ocorrer a criação de 3,6 milhões de empregos-ano (postos de trabalho com duração de um ano), incluindo os empregos derivados dos impactos indiretos sobre um amplo conjunto de atividades econômicas. A arrecadação de tributos decorrente desses desdobramentos atingiria o valor de R\$ 18,1 bilhões (ERNST & YOUNG; FGV, 2010). O impacto direto da Copa no PIB foi estimado em R\$ 64,5 bilhões para o período 2010-2014, valor que corresponde a 1,8% do PIB mensurado pelo IBGE para 2010. Além disso, é importante frisar que este estudo procurou ressaltar que os impactos serão diferentes em cada cidade sede, já que há diferenças em relação ao volume de gastos, ao tipo de financiamento, aos efeitos indiretos, à visibilidade dos parceiros locais, entre outras.

Fica claro que os resultados da mensuração dos impactos prováveis deste megaevento sobre variáveis econômicas dependem da metodologia adotada e dos valores imputados a cada vetor do modelo. De imediato, chama atenção a diferença de mais de R\$ 40 bilhões entre os dois estudos nas previsões de impacto sobre a circulação monetária, assim como a divergência no volume considerado de investimentos programados. É análoga a explicação para a diferença em relação ao incremento esperado na arrecadação tributária. Mais difícil é a comparação dos números relacionados à criação de empregos. No primeiro estudo, somando postos de trabalho permanentes e temporários, projeta-se a criação de 710 mil empregos. No segundo estudo, a projeção parece ser muito exagerada, mas considerando que se trata de um período de cinco anos, obtém-se uma média de 720 mil postos de trabalho por ano. De qualquer modo, ambos os estudos parecem ser muito otimistas em suas projeções.

Ricardo Teixeira, então presidente da CBF e do Comitê Organizador Local, ficou bastante satisfeito com o estudo encomendado, como se depreende do seu discurso na Câmara dos Deputados, em Brasília, em 8 de novembro de 2011:

Um recente estudo da Ernst Young mostra que o Brasil terá um impacto sobre a sua produção nacional de bens e de serviços de mais de cento e dez bilhões

de reais em consequência da Copa do Mundo; uma previsão de arrecadação tributária adicional de quase vinte bilhões de reais. De acordo com esta pesquisa, somente este valor se aproxima da quantia que, estima-se, será investida em obras de infraestrutura nas doze sedes (COMISSÃO..., 2011).

Ainda de acordo com este segundo estudo, as despesas de visitantes gerarão um impacto próximo de R\$ 6 bilhões. A previsão inicial feita pelo Ministério do Turismo era de que o Brasil receberia 600 mil visitantes estrangeiros para a Copa. Considerando um multiplicador do gasto igual a 2 (impactos indiretos) e desconsiderando os efeitos de deslocamento, vazamento e substituição, cada turista teria que gastar em torno de R\$ 5 mil (US\$ 2,5 mil, pela taxa de câmbio em meados de 2012) para que se pudesse chegar ao impacto previsto. De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, em 2010, a média de gasto do turista estrangeiro que veio ao Brasil para eventos foi de US\$ 1.516 ou US\$ 119 por dia (FIPE, 2011). Se este valor se mantivesse durante a Copa, o tempo médio de permanência do turista no País teria de ser mais longo. Por outro lado, se vierem 300 mil turistas estrangeiros para a Copa, com permanência média de 15 dias e um gasto de R\$ 667 por dia, chega-se ao mesmo resultado monetário, mas com um gasto *per capita* bem mais elevado (mesmo com uma taxa de câmbio desvalorizada).

Feitas estas observações, pode-se argumentar que as projeções divulgadas na mídia superestimaram os impactos esperados para a Copa-2014. O problema, em geral, decorre das seguintes simplificações: i) considerar todos os gastos como geradores de benefícios, sem preocupação com a gestão dos custos; ii) desconsiderar os custos de oportunidade; iii) usar critérios pouco convincentes para a construção do multiplicador; e iv) desconsiderar os efeitos substituição, vazamento e “*crowding out*”¹¹ para o cálculo dos impactos esperados (OLIVEIRA DA SILVA, 2011).

¹¹ O efeito *crowding-out* corresponde a uma redução no volume de investimento privado (e de outros componentes da despesa agregada sensíveis às taxas de juro), sempre que o Estado aumenta a despesa pública.

Além dessas projeções divulgadas pelo Governo Federal, há outras que devem ser examinadas. Em especial, deve-se mencionar um estudo realizado no Cedeplar, da Universidade Federal de Minas Gerais, que se baseou no orçamento inicialmente divulgado pelo Ministério do Esporte – que previa um gasto total com investimentos para a Copa da ordem de R\$ 15,4 bilhões (R\$ 10,1 bilhões com infraestrutura e R\$ 5,3 bilhões com estádios) – e chegou às seguintes conclusões gerais (DOMINGUES; BETARELLI JR.; MAGALHÃES, 2011):

- a) O impacto estimado dos investimentos decorrentes da Copa no Brasil é de aumento de 0,7% no PIB e de 0,5% no nível de emprego, relativamente a um cenário em que este megaevento não ocorresse. O efeito multiplicador dos investimentos é ligeiramente inferior a 1 (0,92). Este efeito positivo sobre o PIB reflete os ganhos de produtividade associados às melhorias da infraestrutura urbana.
- b) Levando em conta o tamanho relativo das economias dos 12 estados, 26% do efeito da Copa recairão sobre São Paulo, 13,7% sobre Minas Gerais, 13,5% sobre o Amazonas, 9,6% sobre o Rio de Janeiro, 8,7% sobre a Bahia e 7,9% sobre Pernambuco. Os impactos dos investimentos previstos se concentrarão nos estados com estrutura produtiva mais complexa e integrada. Em termos gerais, o efeito dos investimentos da Copa será próximo de 1 (cada R\$ 1,00 investido tende a gerar cerca de R\$ 1,00 de efeito econômico adicional).
- c) As cidades-sedes registrarão um crescimento médio de 1,2% do PIB municipal e do emprego, o que vai representar um acréscimo médio de R\$ 14,7 bilhões nas economias municipais com o equivalente a 158 mil postos de trabalho gerados.
- d) Os investimentos da Copa teriam um impacto mais positivo se houvesse maior participação do setor privado e não provocassem uma realocação do gasto público. Quanto

maior o uso de dinheiro público no financiamento dos investimentos, menor a capacidade de dinamizar a economia: “[...] o impacto econômico tende a diminuir com o financiamento público para as obras de estádios de futebol, uma vez que implicam ou no crescimento da dívida pública ou na redução do gasto das diferentes esferas de governo envolvidas” (DOMINGUES; BETARELLI JR.; MAGALHÃES, 2011, p. 430).

Um megaevento esportivo como a Copa pode provocar um efeito catalisador que eleva o dinamismo da economia (aumentando a renda e o emprego), mas ao mesmo tempo pode provocar efeitos econômicos indesejados, como endividamento público e pressão inflacionária, ou mesmo efeitos ambivalentes. O estudo do Cedeplar demonstra claramente que o saldo tende a ser positivo, mas ficará muito aquém das projeções mencionadas anteriormente. Além disso, o estudo contribui para colocar em discussão as desigualdades regionais no que se refere aos prováveis impactos econômicos.

As obras programadas de mobilidade urbana e em aeroportos são necessárias e não deveriam depender da Copa para serem realizadas. Tais investimentos em infraestrutura, que somam uma quantia expressiva (atualmente, mais de R\$ 14 bilhões), tanto podem ser considerados como custos que precisam ser cobertos por recursos públicos escassos, como podem ser entendidos como ações que vão gerar dinamismo econômico. Por implicar um gasto governamental muito elevado, é natural que haja contestação e preocupação quanto às formas de desembolso.

A Copa tem contribuído para legitimar gastos públicos em áreas estratégicas de infraestrutura e estabelecer um cronograma de execução dos projetos, induzindo gastos que, apesar de prioritários, poderiam ser adiados em razão de restrições econômicas. Do ponto de vista do financiamento, a participação do BNDES tornou-se fundamental para viabilizar grandes projetos (HUBERMAN, 2010). Por sua vez, mecanismos como o Regime Diferenciado de Contratações e os prazos limites para a conclusão

das obras (determinados pela data de início da competição) deveriam reforçar o efeito catalisador, acelerando os processos de licitação e execução dos projetos.

Apesar disso, muitas das obras atrasaram, gerando grandes preocupações com a possibilidade de não ficarem prontas em tempo, o que, por sua vez, causaria impactos negativos inestimáveis à imagem do Brasil no cenário internacional. O atraso também pode impactar negativamente quando acarreta um aumento de custos (caso dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro). Em alguns casos, os compromissos assumidos acabaram implicando em maior endividamento de estados e municípios; em outros, projetos importantes de mobilidade urbana foram adiados. Assim, reduziu-se o legado em infraestrutura da realização da Copa no Brasil.

A divulgação da Matriz de Responsabilidades e o acompanhamento sistemático da execução das obras da Copa na mídia constituem avanços importantes, na medida em que contribuem para uma maior transparência nas ações e gastos públicos e para um envolvimento maior da sociedade civil. Mas, tal comprometimento com a transparência e controle dos gastos (em nível federal, estadual e municipal) é apenas o primeiro passo. Para alcançar o sucesso em relação aos benefícios potenciais da realização da Copa do Mundo e reduzir os riscos de prejuízos, também é preciso equilibrar as fontes de financiamento e escolher o modelo mais adequado de gestão dos estádios e aeroportos, ou seja, garantir uma participação efetiva do setor privado¹².

Dentre as obras de infraestrutura, as relacionadas aos estádios possuem algumas especificidades. Diferentemente das outras obras de infraestrutura, podemos relacionar a construção e/ou reforma

¹² No dia 14 de fevereiro de 2012, o Governo Federal assinou a concessão de três grandes aeroportos brasileiros (Guarulhos, Campinas e Brasília), de modo a garantir as adequações necessárias à Copa do Mundo e ao aumento da demanda prevista para os próximos anos. Um novo lote de concessão deverá ser lançado ainda em 2013, incluindo os aeroportos do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador. Com relação aos estádios, algumas concessões já foram realizadas, em modelo de parceria público-privada, como a do Castelão em Fortaleza e do Mineirão em Belo Horizonte.

destes exclusivamente à Copa. Eles representam claramente um custo de oportunidade, na medida em que não são obras prioritárias na agenda pública e servem mais aos interesses da FIFA, patrocinadores e construtoras do que às demandas das populações residentes nas cidades-sede (CAMARGO, 2012). Note-se que a maioria dos estádios é propriedade de governos estaduais ou municipais e que os estádios particulares estão sendo financiados com recursos públicos ou contam com apoio do Estado. Além disso, depois da Copa, alguns destes lindos estádios correm o risco de ficar ociosos e não gerarem receitas suficientes para cobrir os custos de manutenção. De acordo com um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), os estádios Vivaldão (no Amazonas), Mané Garrincha (em Brasília), Verdão (em Mato Grosso) e a Arena das Dunas (no Rio Grande do Norte), não somente em virtude de serem locais com pouca tradição no futebol, mas também pelas médias históricas de público pagante e valor do ingresso, podem se tornar “elefantes brancos”, construções grandiosas que têm pouco uso, se tornam deficitárias e exaurem recursos que poderiam ser aplicados em outras rubricas. Os clubes de futebol dos três Estados citados e também os do Distrito Federal estão fora da primeira divisão do Campeonato Brasileiro e raramente chegam à elite do futebol nacional (MANSUR, 2013). Além disso, de acordo com a proposta inicial, dos 4 estádios citados, apenas o de Brasília seria construído e administrado por meio de parceria público-privada (PPP). Os outros três seriam de responsabilidade exclusiva dos governos estaduais. Ou seja, além dos custos de construção e reforma, os custos de manutenção destes estádios também seriam pagos com dinheiro público. Em suma, nestes casos, é grande a chance de um legado negativo (ALM, 2012).

Por outro lado, alguns estádios poderão deixar um legado positivo, na medida em que contribuirão para o desenvolvimento local e na medida em que corresponderem a projetos exitosos de “arquitetura icônica”. Apesar de não haver uma definição precisa para o termo, as características dos projetos de arquitetura icônica são basicamente as mesmas: altamente inovadores, normalmente não são “práticos” e “funcionais”, mas são únicos e marcantes (DU

PLESSIS; MAENING, 2007). Construções icônicas podem se tornar pontos de referência de uma cidade e dar um estímulo para a construção de outros tipos de instalações recreativas, atrativas tanto para os habitantes locais quanto para os turistas. Estádios mais novos, bonitos e seguros são mais atrativos, podendo reverter no aumento da frequência de torcedores nos jogos, os quais ficam mais satisfeitos com um espaço “moderno” de lazer. Por sua vez, se forem arenas multiuso (para *shows* de música, rodeios e grandes assembleias) ou se oferecerem outras opções (museu, restaurante, *shopping*, academia), podem gerar receitas adicionais. Além disso, as receitas dos clubes tendem a aumentar com a maior capacidade de público e a elevação do preço dos ingressos¹³.

Do ponto de vista do mundo do trabalho (DIEESE, 2012), supõe-se que a Copa terá um impacto maior sobre a geração de empregos em alguns ramos de atividade, em especial: construção civil, indústria de alimentos, indústria de bebidas, turismo e hotelaria. E que tal efeito será percebido no período de preparação e durante a realização do torneio, concentrando-se nos mercados de trabalho das metrópoles que vão receber as delegações. Mas, como muitos empregos são temporários ou gerados de modo indireto, este impacto tende a se diluir nos meses posteriores ao megaevento:

“Com os investimentos e eventos da Copa, haverá aumento dos empregos temporários e incremento nos postos de trabalho permanentes, que pode gerar um aumento da procura por ocupação, significando expansão da população economicamente ativa. Num segundo momento (pós-Copa), haverá o fim dos empregos temporários gerados pela construção das obras e pelos eventos e a manutenção dos postos permanentes criados com a construção e manutenção

¹³ Convém ressaltar que alguns clubes (Corinthians, Internacional-RS e Atlético Paranaense) estão sendo ajudados pelo governo estadual ou pela prefeitura para construir ou modernizar seus estádios.

dos estádios, arenas, hotéis, pousadas e outras instalações. Assim, haverá a acomodação dos mercados de trabalho metropolitanos, o que reduzirá o volume de ocupados, mas manterá a ocupação em patamares superiores ao período pré-Copa. Pelo lado do desemprego, é esperado que parcela significativa dos demitidos com o fim dos empregos temporários continue a pressionar o mercado de trabalho, aumentando o volume e a taxa de desemprego, porém ainda em patamares inferiores ao período anterior” (DIEESE, 2012, p. 8).

Note-se ainda que, no caso específico dos trabalhadores da construção, a preparação para a Copa motivou greves e paralisações nas obras dos estádios selecionados, com pauta de reivindicações referentes a aumento salarial, melhoria nas condições de trabalho (segurança, salubridade e alimentação), aumento do valor da hora extra, fim das jornadas de trabalho muito prolongadas e concessão de benefícios (plano de saúde, auxílio alimentação, garantia de transporte).

Convém acrescentar que, do ponto de vista das expectativas predominantes no mundo corporativo, prevalecia um grande otimismo em relação à atmosfera positiva provocada pela realização deste megaevento esportivo no Brasil. Sondagem feita em 2011 por uma empresa de consultoria radicada em vários países indica que 78% dos líderes empresariais brasileiros entrevistados acreditavam que a realização da Copa do Mundo de 2014 seria benéfica para a economia nacional (GRANT THORNTON, 2011b).

Não se pode deixar de mencionar os impactos esperados em alguns segmentos econômicos específicos. Uma edição da Copa do Mundo geralmente aquece o mercado publicitário durante os meses que antecedem o torneio e gera receitas adicionais para as empresas de comunicação e para as agências de publicidade, além de demandar uma série de serviços especializados dos mais diversos tipos. No caso do Brasil, tais impactos devem se concentrar em São

Paulo e no Rio de Janeiro, mas poderão ser percebidos em vários pontos do território nacional.

Com relação ao turismo, apesar de constituir um importante canal de impacto direto na economia local, a previsão dos seus efeitos é cercada de muitas incertezas e mesmo a sua mensuração posterior é difícil de ser feita com precisão. De fato, os impactos econômicos provocados pela atividade turística são os mais difíceis de prever, pois, ao contrário dos gastos do Comitê Organizador e dos gastos em infraestrutura, a atividade turística tem um caráter altamente difuso e não é centralmente planejada, ficando os investimentos no setor fora do âmbito das decisões governamentais. Além disso, flutuações na demanda podem ocorrer por motivos imponderáveis, frustrando as expectativas dos empresários do setor.

De qualquer modo, convém esclarecer que o Brasil tinha recebido cerca de 5,1 milhões de turistas internacionais em 2010 e poderia receber até 7,2 milhões em 2014, dependendo da ocorrência de condições internas e externas favoráveis (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010). Em agosto de 2013, permanecia a expectativa de receber em torno de 600 mil visitantes estrangeiros durante a Copa do Mundo, que poderiam injetar R\$ 6,8 bilhões na economia (gasto médio *per capita* de R\$ 11,4 mil). Além disso, a grande aposta era que o turismo doméstico movimentaria cerca de 3 milhões de viajantes nacionais com destino às 12 cidades-sede (SCHREIBER, 2013).

É preciso ressaltar que os impactos relacionados com o aumento da demanda turística não se limitam ao período de disputa da Copa, podendo começar com antecedência e ser postergada nos anos subsequentes. Além disso, há diferenças expressivas na oferta de serviços turísticos entre as cidades e regiões envolvidas diretamente com o torneio, bem como aquelas que conseguiram ser subsede e estão procurando aproveitar a oportunidade para impulsionar o turismo e atrair investimentos (ou mesmo cidades que não terão participação no evento, mas que podem se beneficiar indiretamente). Em complemento, o sorteio das seleções nacionais que compõem cada um dos oito grupos também favoreceu algumas sedes em detrimento de outras.

Pode-se dizer que o desafio em cada estado/região vai além do esforço da preparação para receber um maior número de turistas durante o torneio e de explorar intensamente a Copa para divulgar seus atrativos. Trata-se de uma oportunidade única para elevar de forma perene o fluxo anual de turistas estrangeiros e alavancar as atividades ligadas ao turismo internacional.

Perspectivas e questionamentos

A Copa do Mundo de Futebol é um acontecimento ímpar, que transcende o campo esportivo. Sua realização afeta distintas esferas da vida social, em especial a esfera política e a econômica, não se restringindo às cidades que sediam os jogos, sendo capaz até mesmo de afetar a autoestima de um povo ou a imagem de uma nação no cenário internacional. Pode-se afirmar que, no caso dos países em desenvolvimento, hospedar este megaevento ganha uma importância econômica e política ainda maior.

Em um mundo onde o sentido do desenvolvimento é, em alguma medida, determinado pelos fluxos do capital internacional, a realização de uma edição da Copa significa para o país sede (e, particularmente, para as cidades que recebem as partidas) uma ótima oportunidade de ampliar investimentos, atrair empresas de porte internacional e estimular novas frentes de negócios. Em virtude da dimensão econômica adquirida por esse megaevento nas duas últimas décadas, é essencial a participação do Estado na candidatura, no planejamento e na preparação da infraestrutura do torneio, o que implica em consequências que variam conforme o país. De acordo com o discurso hegemônico de cunho neoliberal, defensor das virtudes do livre mercado, o papel do Estado nacional é garantir as melhores condições para que a iniciativa privada prospere. Contudo, a decisão de como distribuir o gasto público remete para o âmbito das correlações de forças políticas, no qual se defrontam distintas demandas econômicas e sociais. Como os benefícios e os ônus não são distribuídos de forma equitativa entre segmentos econômicos, entre grupos sociais ou entre as cidades-

sede, convém examinar o papel do Estado (em especial o Poder Executivo, com seus três níveis de governo) com relação à Copa do Mundo.

No caso de países emergentes, como a África do Sul e o Brasil, com carências de infraestrutura (por exemplo, na área de transporte) para a recepção de um megaevento de tamanhas proporções, os custos são muito elevados e é o Estado que arca com a maioria deles¹⁴. Como visto, os custos de oportunidade são expressivos, na medida em que os gastos direcionados para a modernização da infraestrutura exigida são feitos em detrimento de outros (educação e saúde, por exemplo). De fato, a Copa provoca um efeito ambíguo. Por um lado, funciona como um catalisador de investimentos, acelerando a construção e/ou reforma de aeroportos, portos e obras de mobilidade urbana. Por outro, pode exigir o adiamento de investimentos públicos em outras áreas.

Além do mais, muitos benefícios propiciados tendem a se concentrar nas cidades que sediam as partidas ou que hospedam as delegações (subsedes), mas não ocorrem de forma equânime, nem são proporcionais aos gastos efetuados em cada cidade. Assim, a decisão de como alocar os recursos públicos para tal finalidade também remete a questões relativas à reprodução de desigualdades regionais e aos riscos de desequilíbrios fiscais localizados.

De modo a legitimar um volume de gastos muito elevado, o governo federal e os governos estaduais se apoiam em estudos de impactos econômicos que superestimam os resultados esperados e alimentam altas expectativas em relação aos efeitos positivos da Copa. Alguns estudos introduzem hipóteses que simplificam por demais as projeções e ignoram preceitos econômicos básicos, uma vez que suas motivações parecem estar associadas com a necessidade de convencimento da opinião pública. Avaliações posteriores à realização de vários megaeventos esportivos demonstram claramente

¹⁴ Para uma análise do superfaturamento das obras em razão da ação de cartéis da construção, ver o artigo de Cottle, Capela e Meirinho (2013).

haver um grande exagero nas expectativas iniciais divulgadas nos discursos e documentos oficiais. No Brasil, também tem sido assim.

Um dos setores da economia que, potencialmente, poderia receber mais impactos relativos à Copa de 2014 é o turismo. Inclusive, cidades onde não haverá jogos também poderão divulgar seus atrativos, receber mais turistas estrangeiros e atrair investimentos. Há que se considerar, porém, algumas particularidades do setor, como os efeitos “*crowding out*”, substituição e vazamento. Além disso, há indícios de que, até o momento, os investimentos na rede hoteleira e na infraestrutura de apoio estão muito aquém do que seria preciso para produzir um salto de qualidade na “indústria do turismo” brasileira.

Entre os impactos relacionados à realização da Copa, também são muito valorizados os chamados impactos intangíveis, ou seja, aqueles de caráter subjetivo e cuja mensuração é ainda mais complexa que a dos impactos econômicos tangíveis. Por exemplo, a mudança positiva da imagem internacional, sempre citada, está associada diretamente ao modelo de desenvolvimento baseado na atração de um fluxo substantivo de capital externo em busca dos melhores *locus* de valorização. Por isso, tem havido grande preocupação das autoridades competentes no sentido de tomar medidas capazes de reduzir os riscos de falhas grosseiras, já que uma imagem negativa resultante de uma Copa mal organizada pode causar danos à imagem internacional do País.

Diante das evidências contrárias às projeções superestimadas de impactos econômicos, os “legados” são atualmente apresentados como os maiores benefícios associados aos megaeventos esportivos. Mas, sem negar o potencial da Copa de promover legados importantes no Brasil, é preciso alertar para a possibilidade de legados negativos, como no caso dos “elefantes brancos”: os modernos estádios construídos para a realização da Copa que, depois do torneio, podem ficar subutilizados e não gerar receitas que cubram os custos de manutenção. De qualquer forma, os atuais governos dos estados onde é grande o risco disto acontecer não parecem muito preocupados, uma vez que serão outras

administrações que terão de equacionar o elevado custo anual que pesará sobre os cofres públicos.

Em adição, é preciso frisar que a atuação do Estado produzirá impactos e legados que certamente não serão homogêneos entre as regiões metropolitanas envolvidas. Provavelmente, algumas conseguirão aproveitar melhor a oportunidade de alavancar o turismo internacional, ao passo que outras serão mais prejudicadas por legados negativos ou pelo aumento dos custos em razão do atraso das obras. De fato, examinando o volume previsto de gastos e a projeção realista dos resultados esperados, o cálculo da relação “custo x benefício” parece ser favorável em poucos casos. De qualquer forma, há vários fatores difíceis de ponderar com antecedência e que podem fazer a balança pender para o lado dos custos ou para o lado dos benefícios.

Pelo fato de acontecer simultaneamente em vários pontos do País, a Copa do Mundo exige uma complexa coordenação entre a União, Estados, Municípios e a iniciativa privada. O aprimoramento das relações entre estas diferentes esferas e a aprendizagem resultante disso poderiam constituir um legado positivo da realização do megaevento no Brasil. Por enquanto, o grau de coordenação ainda é insatisfatório e os diferentes níveis de governo transferem as pendências de um para o outro, mas fica a expectativa de que, no futuro, as relações institucionais se tornem mais cooperativas, as decisões sejam tomadas de modo mais ágil e os resultados sejam mais eficazes.

Em suma, vários fatores podem pesar na determinação do sucesso ou fracasso do Brasil (e das cidades escolhidas) quando são avaliados os impactos da realização da Copa do Mundo de 2014, mas alguns merecem atenção especial: o compromisso com a transparência e a execução do planejamento (controle eficiente ou descontrole dos gastos); a composição das fontes de financiamento (federal, estadual, municipal ou via mercado) das obras; o modelo de gestão de estádios e aeroportos (por meio da administração pública, PPP ou iniciativa privada); o impacto no orçamento público (peso das dívidas contraídas e comprometimento de receitas

futuras); a influência sobre indicadores econômicos (taxa de desemprego, taxa de inflação, variação do PIB). É provável que um balanço econômico completo não possa ser efetuado – uma vez que é difícil verificar os ganhos e os prejuízos indiretamente provocados em inúmeros segmentos empresariais. Mas, não há dúvida de que é a sociedade brasileira quem está arcando com os custos da festa, embora possam ser inexpressivas (e não duradouras) as melhorias efetivas para a população em geral, embora a grande maioria da população tenha de se contentar em ver o espetáculo pela televisão.

Cumprе lembrar, ainda, que o futebol se transformou nas últimas décadas em um grande negócio global, que movimentа bilhões de dólares anualmente. Considera-se a Copa como parte fundamental deste mercado bilionário. É um exemplo paradigmático de como é possível explorar ao máximo as receitas provenientes dos direitos televisivos, dos contratos de publicidade, das estratégias de marketing e da associação com grandes investidores. Sem dúvida, o espetáculo proporcionado pela Copa pode ser entendido como um ativo fundamental para as emissoras de TV e um meio de propaganda incomparável para as empresas que associam suas marcas ao torneio¹⁵. Deste modo, junto com a FIFA, alguns grupos de comunicação e as corporações patrocinadoras estão entre os maiores beneficiados com a realização deste megaevento.

Mas, o foco não está nos lucros que serão apropriados pelos donos da festa. Só se fala nos impactos econômicos potenciais e nos legados esperados para o conjunto da sociedade, o que tem autorizado a efetivação de mudanças na legislação e a adoção de medidas favorecendo certos grupos empresariais. Já é possível antever, ou pelo menos supor, quais segmentos econômicos vão

¹⁵ Para a Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014, além dos 6 parceiros comerciais regulares da FIFA (Adidas, Coca-Cola, Hyundai-Kia Motors, Emirates, Sony e Visa), há 8 patrocinadores específicos (Budweiser, Castrol, Continental, Johnson and Johnson, Mc Donald's, Oi, Seara e Yingli) e ainda 6 apoiadores nacionais (Apex Brasil, Centauro, Garoto, Itaú, Liberty Seguros, Wise Up).

ganhar com a realização da Copa no Brasil e quais ficarão excluídos. Da mesma forma, entre os setores sociais, não é difícil prever com alguma margem de erro quem perderá e quem ganhará em cada região do País. Pode-se, então, perguntar: As decisões de gasto público no megaevento serão legitimadas pela sociedade brasileira em razão dos impactos obtidos e dos legados efetivamente deixados? Qual a posição dos formadores de opinião? Pode o Estado interferir na distribuição dos benefícios e dos ônus entre segmentos econômicos e entre setores sociais? São questões que podem contribuir para um debate sério, que vá além da simples oposição entre otimistas (crentes) e pessimistas (céticos).

PARTE II

Jogos Olímpicos

“Avaliar os efeitos de megaeventos como os Jogos Olímpicos é um assunto complexo. Os custos econômicos e sociais bem como os benefícios para as cidades-sede ou região não são fáceis de estimar. A evidência, com base na experiência de cidades que em décadas recentes foram sedes de Olimpíadas, sugere que tendem a ser exageradas as afirmações positivas para sediar o evento, manifestadas com frequência durante a própria disputa. Por essa razão, é bem razoável indagar quais serão os vencedores e os perdedores” (POYNTER, 2008, p. 124).

A partir de 1984, o Comitê Olímpico Internacional (COI) transformou as Olimpíadas num sofisticado projeto de marketing, que gera lucros milionários aos seus organizadores (PAYNE, 2006). Desde então, os custos para a realização dos Jogos têm aumentado, não apenas porque a produção do megaevento tornou-se ainda mais grandiosa, mas porque passou a ser exigido das cidades que hospedam os Jogos um padrão de qualidade que se traduz num conjunto de serviços urbanos que garantam o conforto, a mobilidade e a segurança das delegações olímpicas, assim como de jornalistas e de espectadores vindos de todas as partes do globo.

As receitas do marketing olímpico pagam os gastos com a organização da festa, mas não com a preparação do local da festa (PRONI, 2008). Ainda assim, a disputa para receber a Olimpíada se acirrou, nos últimos anos. Dezenas de metrópoles têm gasto milhões de dólares em suas candidaturas para sediar os Jogos Olímpicos. Certamente, estão convencidas de que é um bom negócio e que os benefícios esperados compensarão os esforços e sacrifícios

requeridos. Querem repetir os êxitos de Barcelona-1992, Sydney-2000 e Beijing-2008, que além de encantarem o público e os telespectadores deixaram legados importantes para a cidade e para o país. E esperam evitar problemas como os de Athens-2004, cujo legado foi muito criticado pela própria sociedade grega.

O COI passou a dar mais ênfase ao legado dos Jogos Olímpicos desde 1992 e, em especial, a partir de 2003. À medida que foram crescendo os custos indiretos para sediar as Olimpíadas, aprimorou-se o discurso sobre os benefícios obtidos pela cidade sede e pelo país, que vão muito além do legado esportivo propriamente dito. Investir na cidade – e não apenas no evento – passou a ser uma prioridade na hora de formular uma proposta de candidatura para sediar um evento deste porte. Além de construir estádios, ginásios, piscinas e alojamentos, é fundamental pensar nas facilidades de transporte e comunicação, na segurança do público, na questão ambiental, entre outros quesitos (IOC, 2013). Mas, a *Carta Olímpica*, ao definir a missão e os objetivos do COI, não é específica sobre esse assunto, pois só estabelece que é seu papel “*to promote a positive legacy from the Olympic Games to the host cities and host countries*” (IOC, 2010, p. 15).

Como já foi dito, a ideia de legado é difícil de ser especificada com precisão, pois se refere tanto a bens tangíveis (por exemplo, as obras que são realizadas na cidade) como a elementos intangíveis (como a imagem da nação no exterior), que permanecem após a realização do megaevento e que podem durar por muitos anos (MAZO; ROLIM; DACOSTA, 2008). Os legados podem ser examinados em várias dimensões: infraestrutura urbana, economia, conhecimento, imagem, cultura, meio ambiente e qualidade de vida. Alguns são mais fáceis de serem identificados, ao passo que outros são mais subjetivos. Em todas as edições recentes dos Jogos podem ser constatados legados importantes, mas em cada edição é colocada uma ênfase maior em duas ou três dimensões. E também pode acontecer de, por algum motivo imprevisto, o legado ficar muito aquém do esperado, ou mesmo criar problemas para a cidade e o país, como no exemplo do legado econômico negativo (dívida pública) que ficou para Montréal-1976 e para Athens-2004.

Em geral, observa-se uma convergência de propósitos nas candidaturas: converter a cidade sede numa metrópole mundialmente conhecida e admirada, capaz de reunir todos os requisitos para se destacar na era contemporânea. Esta estratégia foi adotada desde Seul-1988. Os interesses são óbvios: estabelecer um novo posicionamento da cidade na rede global (recebendo fluxos de pessoas e de capitais). Inegavelmente, há também um relevante componente político na decisão de abrigar um evento como este, mas aí os motivos podem se diferenciar muito de uma edição para outra (PRONI; ARAÚJO; AMORIN, 2008). Mas, as possibilidades de alcançar maior ou menor sucesso nessa estratégia dependem de várias circunstâncias, incluindo a conjuntura econômica internacional, a configuração e dinamismo da economia local e o grau de sinergia com políticas de desenvolvimento nacional e regional.

A maioria dos estudos sobre o legado olímpico para a cidade sede e grande parte das avaliações sobre os impactos das Olimpíadas focalizam os casos mais exitosos: Barcelona-1992, Sydney-2000, Beijing-2008. Não obstante, é mais fácil estabelecer paralelos com os dois primeiros, enquanto o terceiro é um caso muito particular.

Barcelona-1992 se destaca por ter aproveitado os Jogos Olímpicos para superar a estagnação dos anos 1980, para se modernizar e dar um salto à frente, tornando-se uma cidade cosmopolita, muito bem avaliada segundo os padrões contemporâneos de desenvolvimento urbano (MASCARENHAS, 2008). A maioria dos investimentos foi feita na própria infraestrutura urbana (em especial, na área de transporte), integrando o centro histórico com o litoral e deixando para a população da cidade um legado muito maior do que o legado esportivo. E a avaliação da população refletiu essa aprovação: o aumento da auto-estima e satisfação dos cidadãos, por causa das melhorias que aconteceram em virtude da Olimpíada. Em termos de impactos econômicos, o destaque fica por conta do aumento do PIB (US\$ 16,6 bilhões entre 1987 e 1992), da inflação nos preços dos imóveis (multiplicados por três), da redução da taxa de desemprego (de

18,4% em outubro de 1986 para 9,6% em julho de 1992) e da expansão da indústria do turismo, em especial da capacidade de atendimento da rede hoteleira (ARAÚJO, 2007).

Sydney-2000 teve como maior trunfo a preocupação ambiental. Pela primeira vez na história dos Jogos Olímpicos o meio ambiente foi colocado como prioridade, como um legado a ser valorizado. Ações como a despoluição da Homebush Bay (colocada como área central dos Jogos Olímpicos), bem como a adoção de técnicas de reaproveitamento de água, conservação de energia e reciclagem de lixo demonstraram a preocupação com o desenvolvimento sustentável e transmitiram uma mensagem politicamente correta. A partir de então, a preocupação com o meio ambiente passou a ser uma exigência do COI (tanto em Atenas-2004 como em Beijing-2008 foram executadas ações nesta direção). Em termos de impactos econômicos, houve um pequeno aumento do PIB (US\$ 7,5 bilhões entre 1995 e 2000), criação de 15 mil empregos por ano (em média, entre 1995 e 2000), mas os benefícios maiores também se concentram no aumento do turismo internacional (acréscimo de 1,6 milhões de turistas na Austrália e de 15% dos visitantes em Sydney) (ARAÚJO, 2007).

Quanto a Beijing-2008, os Jogos de Verão mais caros da história¹⁶, não há dúvida de que serviram para fortalecer o orgulho de ser uma grande potência esportiva e para transmitirem a imagem de nação capaz de superar qualquer desafio, mostrando ao mundo um desempenho exemplar, como queria o governo do Partido Comunista da China (PRONI; ARAÚJO; AMORIN, 2008).¹⁷ Em relação aos impactos econômicos, as previsões eram positivas em termos de impulso a alguns ramos econômicos (construção, publicidade, material esportivo e turismo), mas ainda não está

¹⁶ Os Jogos de Inverno de 2014, realizados em Sochi, na Rússia, foram orçados em mais de US\$ 50 bilhões, ultrapassando os US\$ 40 bilhões de Beijing-2008.

¹⁷ Inclusive, foram gastos US\$ 6,5 bilhões na área de segurança para evitar manifestações políticas (GIULIANOTTI; KLAUSER, 2012). E houve a preocupação com alguns hábitos cotidianos dos moradores da cidade, que tiveram de ser preparados para receber os turistas ocidentais (UVINHA, 2009).

disponível um estudo conclusivo a respeito. Quanto aos legados, a capital recebeu uma injeção de recursos que a transformou numa das mais modernas metrópoles da Ásia. O governo chinês investiu na modernização de equipamentos urbanos, na ampliação da malha viária (rodovias, linhas de ônibus, metrô e trens urbanos), na construção de um novo aeroporto internacional (considerado o maior do mundo). É provável que esses investimentos em infraestrutura se realizassem mesmo sem os Jogos, mas talvez não com o mesmo padrão de qualidade. Ressalte-se, também, que grandes fábricas poluidoras foram transferidas para o entorno da região metropolitana ou para outros estados e que milhares de árvores foram plantadas dentro da capital e em seus arredores para melhorar a qualidade do ar.

Ainda não está disponível um balanço definitivo sobre os impactos econômicos da edição mais recente dos Jogos – London-2012 –, que foi realizada em meio a um período de grave crise econômica na Europa e de adoção de medidas de austeridade, inclusive no Reino Unido. Especialistas têm destacado a ótima organização geral do megaevento, a qualidade do espetáculo transmitido com tecnologia de vanguarda. Contudo, há várias indicações de que os resultados ficaram muito aquém do esperado, em particular no que se refere ao fluxo de turistas, e de que os ganhos econômicos prometidos não passavam de miragem (FERNANDES, 2012; JUSTO, 2012).

Porém, mesmo os casos mais exitosos têm sido objeto de crítica, à medida que avaliações posteriores costumam evidenciar aspectos indesejados (CASHMAN, 2005). Por exemplo, o modelo de Barcelona-1992 tem sido criticado por parte da população por ter priorizado a vitalidade econômica e o turismo, sem preocupação com a elevação do custo de vida e deixando em segundo plano as políticas universais de proteção social (RIO 2016..., 2009). Por sua vez, a fórmula dos Jogos de Beijing-2008 também tem uma desvantagem, comum a outros projetos olímpicos, que os chineses não puderam evitar. Como o calendário esportivo não prevê muitas competições de importância na cidade (e o governo censura muitos

espetáculos musicais), os ginásios permanecem como “elefantes brancos” a maior parte do tempo. As exceções ficam por conta do Estádio Nacional (o Ninho de Pássaro) e do Centro de Esportes Aquáticos (o Cubo d’Água), que viraram um marco das Olimpíadas e são hoje visitados por chineses de todo o país. Além disso, é importante mencionar que a reforma urbana não beneficiou toda a população de Beijing, uma vez que famílias mais pobres e de imigrantes foram prejudicadas pela demolição de moradias populares (SHIN, 2009).

Para evitar um entendimento superficial dessa problemática, é necessário buscar argumentos na abordagem de um dos maiores especialistas no assunto, Holger Preuss, que na sua palestra no *Seminário de Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos*, realizado no Rio de Janeiro em maio de 2008, iniciou formulando a seguinte questão (PREUSS, 2008, p. 84): “Os megaeventos esportivos são alternativas eficientes de investimento para recursos públicos escassos?”

Ao refletir sobre essa questão, baseando-se em estudos que realizou sobre a organização e os impactos dos Jogos, Preuss procurou desmistificar algumas ideias que se tornaram uma espécie de “senso comum”. A sua opinião é favorável a este tipo de gasto, mas a resposta não pode ser simples, uma vez que envolve um conjunto de variáveis e circunstâncias que interferem numa decisão essencialmente política. A partir de suas conclusões (PREUSS, 2008, p. 90) é possível fazer as seguintes proposições:

- i. A estratégia de execução do projeto tem de ser definida e conduzida pelo governo federal, devido à possibilidade de “fracasso de mercado” (quando os responsáveis pela oferta não conseguem satisfazer a demanda existente). Os riscos econômicos são muito elevados e a condução do processo não pode ficar nas mãos do setor privado, nem do governo municipal.
- ii. A “eficiência” na execução de um projeto (entendida como a relação entre investimentos e resultados obtidos) não pode ser definida de maneira simples, nem tratada com

exatidão numérica. A organização de um megaevento pode ser considerada mais ou menos eficiente, dependendo do jogo de interesses e das expectativas dos diferentes segmentos envolvidos (públicos e privados).

- iii. Na maioria dos casos, os megaeventos esportivos não são dispendiosos para um governo nacional (como seriam para uma prefeitura), nem o impacto econômico temporário afeta significativamente o PIB do país. Assim, não há razão para que provoquem um endividamento público exagerado, ainda mais se os gastos são distribuídos ao longo de sete anos. Ao mesmo tempo, os impactos dos Jogos na economia nacional não deveriam ser superestimados (os efeitos sobre o PIB se concentram na cidade sede e região).
- iv. Uma estratégia de comunicação bem feita pode trazer benefícios econômicos (por exemplo, criando uma marca: “Brasil”, “Rio”). Certos grupos econômicos podem se beneficiar indiretamente, se a cidade for capaz de atrair outros eventos (esportivos ou não) de grande porte e se empresas transnacionais decidirem instalar filiais ali ou ampliar seus negócios.
- v. O legado precisa ser bem planejado para maximizar a qualidade do que é oferecido, sem tornar muito dispendiosos os projetos relacionados ao evento. E quanto mais abrangente o número de pessoas que desfruta dos legados deixados pelos Jogos, maior a sua legitimidade.

Os três casos mencionados anteriormente parecem atender de forma satisfatória (ainda que não integralmente) as proposições pontuadas acima: os governos se comprometeram, os investimentos produziram resultados positivos e beneficiaram ramos econômicos, os custos elevados foram aprovados com antecedência e não acarretaram descontrole orçamentário, as estratégias de divulgação da imagem foram bem sucedidas e os legados deixados legitimaram os gastos realizados.

Por sua vez, os problemas verificados no planejamento e preparação das Olimpíadas de Athens-2004 e dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro-2007¹⁸ podem ser citados como exemplos negativos, que contrariam a tese de que megaeventos esportivos são alternativas eficientes de investimento para recursos públicos escassos. A experiência de Atenas é particularmente significativa, uma vez que muitos analistas atribuem o início da profunda crise financeira do governo grego ao descontrole dos gastos com os Jogos (MACHADO, 2012). De acordo com a BBC Brasil, a escalada de custos, a má gestão na execução das obras e o abandono generalizado do legado físico das Olimpíadas de Atenas-2004 foram o estopim da tragédia financeira que ocorreria cinco anos depois (PAPPON, 2011). O motivo mais aparente do fracasso econômico dos Jogos de 2004 foi a onda de atentados iniciada em 11 de setembro de 2001, que elevou em demasia os gastos com segurança e reduziu o fluxo de turistas. Mas, é preciso acrescentar: o uso abusivo de políticas populistas, a corrupção possibilitada pela falta de transparência e o fracasso na venda ou privatização das instalações olímpicas.

Portanto, a experiência acumulada recomenda muita prudência. A divulgação na mídia das promessas não cumpridas e dos problemas acarretados tem levado o COI a patrocinar uma campanha para enfatizar os legados positivos que os Jogos podem proporcionar, ainda que potencialmente (LEPIANI, 2012):

“O custo estratosférico do evento é inevitável. Resta aos defensores da realização dos Jogos insistir no valor do legado olímpico – ou seja, justificar a montanha de despesas sustentando que o dinheiro, na verdade, serve de investimento para melhorar a cidade no futuro. É um argumento legítimo, é claro

¹⁸ No caso do Pan-2007, os gastos se multiplicaram, mas sem impactos econômicos positivos. Não se cumpriram as promessas feitas, nem foi deixado um legado significativo para a cidade. O governo federal teve de arcar com a maior parte dos custos, sem que a sociedade se beneficiasse com isso (GRION, 2010).

– mas que precisa ser avaliado com extrema cautela e desconfiança. Isso porque a história recente dos Jogos mostra que não é nada simples fazer uma Olimpíada de sucesso e ainda deixar para trás uma cidade melhor para se viver. Até por uma questão de sobrevivência de seu maior patrimônio, o COI vem priorizando cada vez mais os projetos de legado urbano e esportivo na hora de selecionar uma futura sede olímpica. Se fracassar na tentativa de garantir transformações positivas nas cidades que recebem os Jogos, o Comitê se arrisca até a ficar sem candidatas dispostas a receber as edições seguintes.”

Nesta segunda parte do livro a discussão está dividida em dois capítulos. Primeiro, é feito um balanço preliminar da edição mais recente dos Jogos Olímpicos, procurando destacar aspectos relevantes da experiência de Londres-2012 em termos de impactos econômicos e de legados olímpicos. Em seguida, a análise se concentra nos resultados esperados das Olimpíadas no Brasil, procurando colocar em evidência as projeções divulgadas pelo governo federal e, ao mesmo tempo, realçando os argumentos que contestam o otimismo exagerado que caracteriza tais projeções.

CAPÍTULO 4

BALANÇO DAS OLIMPÍADAS DE LONDRES - 2012

No dia 06 de Julho de 2005, na 117ª Reunião do Comitê Olímpico Internacional (COI), realizada em Cingapura, a cidade de Londres foi escolhida como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2012. Inicialmente, outras oito cidades apresentaram-se como candidatas: Madri (Espanha), Nova York (EUA), Paris (França), Istambul (Turquia), Moscou (Rússia), Havana (Cuba), Leipzig (Alemanha) e Rio de Janeiro (Brasil).

Após a primeira fase de análise das propostas, classificaram-se para a rodada final Londres, Madri, Moscou, Nova York e Paris. Utilizando-se do padrão estabelecido pelo COI¹⁹, na última rodada, Londres venceu Paris, com o placar de 54 votos contra 50 da cidade francesa, qualificando-se como sede dos Jogos Olímpicos pela terceira vez, já que a cidade fora sede dos Jogos de 1908 e 1948.

Ao responder o questionário formulado pelo COI, que serviria de base para o planejamento de toda a preparação para receber os Jogos, a cidade explicitou os aspectos que considerava relevante e suas principais iniciativas e propostas para realização do evento. Para tal, foram definidos os eixos de atuação.

O primeiro aspecto considerado relevante para o planejamento dos Jogos foi a oferta das melhores condições possíveis aos atletas. Assim, o Comitê responsável pela candidatura de Londres propunha que a qualidade dos serviços oferecidos aos atletas seria parte fundamental para o sucesso do evento, com ênfase em questões como credenciamento, hospedagem, transporte, campos para treinamento, além da Vila Olímpica e dos locais para competição.

¹⁹ A cidade eleita deve ter maioria absoluta dos votos dos membros aptos a participar da votação. Caso, após a primeira votação, não ocorra maioria absoluta, a cidade com menos votos é descartada e uma nova rodada de votação é realizada, e assim sucessivamente, até que restem apenas duas cidades e uma delas consiga maioria.

Com relação aos locais para competição, normalmente criticados pelo excesso de recursos utilizados em suas construções, bem como a pequena possibilidade de utilização após o megaevento, a cidade propôs a utilização de diversas instalações já existentes, algumas já conhecidas por serem utilizadas em outras oportunidades, como o complexo de Wimbledon, tradicional clube de tênis da cidade e sede de um dos maiores torneios de tênis do mundo, bem como o Estádio de Wembley, que já se encontrava em obras para modernização, independentemente da escolha da cidade como sede dos Jogos de 2012.

Outro ponto considerado foi a utilização de estruturas temporárias, completas ou parciais, para receber alguns esportes. Contudo, seria impossível organizar os Jogos utilizando apenas os locais já existentes e estruturas temporárias. Dessa forma, a proposta encaminhada por Londres ao COI previa a construção de novas instalações esportivas para as competições, conforme mostra o Quadro 10:

QUADRO 10
Custo previsto das instalações

| Local de Competição | Modalidade | Gasto com Instalações Permanentes | Gasto com Instalações Temporárias | Total (1) |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------|
| Centro Aquático | Esportes Aquáticos | 117,00 | 10,00 | 127,00 |
| Estádio Olímpico | Atletismo | 450,00 | 15,00 | 465,00 |
| Arena 3 - Parque Olímpico | Handball | 42,00 | 6,00 | 48,00 |
| Broxbourne - Circuito | Canoagem | 15,00 | 11,00 | 26,00 |
| Velódromo | Ciclismo | 46,00 | 4,00 | 50,00 |
| Pista de Ciclismo | Ciclismo (BMX) | 13,00 | 5,00 | 18,00 |
| Centro de Hockey | Hockey | 23,00 | 11,00 | 34,00 |
| Regent's Park | Softball* | 1,00 | 8,00 | 9,00 |
| Regent's Park | Baseball | 0,00 | 21,00 | 21,00 |
| Arena 1 - Parque Olímpico | Voleibol | 0,00 | 52,00 | 52,00 |
| Arena 2 - Parque Olímpico | Basquetebol | 0,00 | 48,00 | 48,00 |
| Arena 4 - Parque Olímpico | Esgrima | 0,00 | 34,00 | 34,00 |
| UEL Docklands | Polo Aquático | 0,00 | 32,00 | 32,00 |
| Arena Greenwich | Badminton / Ginástica | 0,00 | 26,00 | 26,00 |
| The Royal Artillery Barracks | Tiro | 0,00 | 32,00 | 32,00 |
| Centro de Mídia | - | 215,00 | 0,00 | 215,00 |
| TOTAL | | 922,00 | 315,00 | 1.237,00 |

Fonte: COI. Questionário de Cidades-Candidatas para os Jogos Olímpicos de 2012. Elaboração Própria.

Obs.: * O Softball seria excluído do Programa Olímpico posteriormente.

(1) Valores em Milhões de US\$ de 2004

Desta forma, estavam previstos gastos em torno de US\$ 1,237 bilhão apenas com a construção e modernização de instalações esportivas, permanentes e temporárias, que representariam aproximadamente 28% dos gastos previstos com os Jogos (THE BUDGET..., 2008).

Ademais, a construção do Parque Olímpico, que inclui os locais de competição e uma reurbanização da área, proporcionaria um dos principais legados dos Jogos (UNIVERSITY OF EAST LONDON, 2010). Não apenas um legado esportivo, mas principalmente econômico e social. A área de Londres escolhida para receber o Parque Olímpico foi a região de *Stratford*, situada na região Leste da cidade. A área foi definida com base na capacidade dos Jogos Olímpicos serem catalisadores de modificações urbanas, como ocorrera em Barcelona e Sydney. O Leste de Londres era considerado a área urbana mais deteriorada da cidade, caracterizada por grande poluição deixada por indústrias que ocuparam a região na primeira metade do século XX, bem como a região mais pobre e com maiores índices de criminalidade e desemprego de Londres.

A revitalização da área de *Stratford* também implicaria um avanço significativo nos planos da cidade em busca de uma proposta de desenvolvimento sustentável. Assim, Londres comprometeu-se a utilizar procedimentos e políticas sustentáveis em todos os aspectos relacionados aos Jogos Olímpicos, principalmente em relação às obras civis e administração do uso de energia, água e manejo de resíduos.

Por fim, outro aspecto considerado relevante no planejamento dos Jogos, e vinculado ao legado definido pela proposta vencedora de Londres, foi o papel de inspiração que os Jogos Olímpicos teriam em relação à população jovem. Para o comitê organizador da proposta, os Jogos deixariam não só o legado de estrutura física para prática de esportes, mas também, o estímulo para que as novas gerações tivessem o esporte como algo permanente para um modo de vida mais saudável.

Com base na estrutura descrita acima, o planejamento dos Jogos Olímpicos de Londres teve, claramente, as questões relacionadas aos legados como aspecto fundamental. Ao contrário de algumas das últimas cidades que receberam os Jogos, Londres possui uma completa e eficaz infraestrutura urbana e um plano de desenvolvimento que poderia ser executado sem a realização dos Jogos, inclusive para a área degradada do Leste. A cidade possui uma das economias mais poderosas do mundo, uma vez que é o centro financeiro da Europa. Ademais, é uma das cidades que mais recebe turistas, anualmente, no mundo. Desta forma, não seria tarefa simples justificar os investimentos públicos, bem como prever o legado resultante do megaevento, uma vez que, naquela época (2005), a cidade não parecia precisar do impulso gerado pelos Jogos Olímpicos, muitas vezes utilizado como justificativa para as candidaturas.

Contudo, não se pode desprezar a importância política do megaevento e sua capacidade de direcionar investimentos para uma região da cidade até então desprezada. Ainda que estivesse presente no plano de desenvolvimento urbano de Londres, a recuperação da região Leste da cidade poderia ser adiada indefinidamente, principalmente levando-se em consideração que a capacidade de influência da população local é bastante reduzida e que os interesses de grupos empresariais privados poderiam estar em outras áreas mais atraentes.

Coordenação e preparação

A estrutura para organização dos Jogos Olímpicos em Londres foi definida ainda no estágio da candidatura. Além do Comitê Olímpico Internacional, da Associação Olímpica Britânica e dos órgãos vinculados ao Estado (Governo da Grã-Bretanha, *Greater London Authority*²⁰, Prefeitura de Londres, dentre

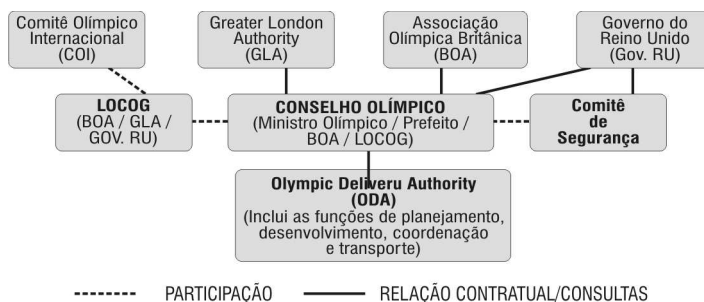
²⁰ A *Greater London Authority* é composta pela Prefeitura e pela Assembleia de Londres.

outros), foram criados dois órgãos que teriam papel fundamental na organização e preparação dos Jogos: *London Organising Committee of the Olympic Games and Paralympic Games* (LOCOG) e *Olympic Delivery Authority* (ODA).

O LOCOG foi constituído como um órgão privado e tinha como principal atribuição supervisionar o planejamento e o desenvolvimento dos Jogos Olímpicos. Também seria o responsável pelas atividades relacionadas à marca dos Jogos, desde produtos licenciados até questões ligadas à publicidade, bem como o funcionamento dos eventos relacionados aos esportes. A fonte de financiamento para o LOCOG seria o setor privado²¹. Basicamente, as receitas do LOCOG viriam dos patrocinadores, da venda dos direitos de transmissão dos Jogos e da venda de produtos relacionados, incluindo ingressos.

Já a ODA seria o braço público na preparação para os Jogos Olímpicos, sendo responsável pelo desenvolvimento e construção da infraestrutura necessária para realização do evento, tanto dos locais para competição, da vila olímpica, bem como outras obras na cidade, como é o caso das obras necessárias para o transporte público.

FIGURA 2
Estrutura de coordenação dos Jogos Olímpicos de Londres



Fonte: COI. Questionário de Cidades-Candidatas para os Jogos Olímpicos de 2012 (elaboração própria).

²¹ Apesar da fonte de financiamento do LOCOG ser privada, o Governo da Grã-Bretanha comprometeu-se a aportar recursos, como antecipação de receitas, para financiar as atividades do LOCOG antes do recebimento dos recursos oriundos das fontes privadas. Além disso, outros recursos utilizados pelo LOCOG tinham origem de fundos públicos, como veremos adiante.

A Figura 2 mostra a estrutura de coordenação informada ao COI no relatório apresentado ainda como cidade candidata, incluindo os órgãos do Governo e os órgãos criados exclusivamente para a preparação dos Jogos. Para definir a relação entre o LOCOG e a ODA, nas palavras de uma porta-voz do LOCOG, em entrevista ao jornal britânico *The Guardian*: “*the ODA is building the theatre; we put on the show*”. Ou seja, o poder público deve preparar as instalações e a infraestrutura necessárias, ao passo que as entidades esportivas devem cuidar de todos os detalhes do megaspetáculo.

De acordo com o documento da candidatura enviado ao COI, ainda como cidade candidata em 2003, os gastos envolvidos na preparação para os Jogos Olímpicos de 2012 estariam divididos entre o setor público e o privado, com a parcela do primeiro representando algo em torno de 80% do orçamento²². A parcela de gastos públicos teria como fonte de recursos as loterias nacionais, os impostos locais e a Agência de Desenvolvimento de Londres (LONDON 2012 Ltd, 2003, p. 8):

“The UK Government and the Mayor of London have agreed a package that makes allowance for \$4,040 million of public funding. This will be made up of \$2,550 million from the National Lottery, including revenue from a new game to run from 2005, and up to \$1,065 million from London residents, via a local tax. The remaining \$425 million, if required, will come from the city, via its development agency, the London Development Agency (LDA).”

²² A parcela de recursos públicos era estimada em £ 2,4 bilhões (os valores foram apresentados em dólares americanos, quando a taxa de câmbio variava em torno de £1,00 = US\$1,70).

Entretanto, quando o orçamento detalhado foi divulgado pela ODA, em 2007, a participação de recursos públicos já tinha passado para £ 9,3 bilhões. Apesar do orçamento previsto em 2007 ter sido seguido de forma bastante eficiente, atingindo praticamente o valor previsto cinco anos depois (após todos os serviços executados), não se pode desprezar a diferença entre os custos previstos na candidatura e, mais tarde, na execução da proposta, evidenciando que os custos de preparação, durante a fase de seleção da cidade-sede, costumam ser subestimados.

O Quadro 11, elaborado com base nos relatórios disponibilizados pela ODA e pelo DCMS (*Department for Culture, Media and Sports*), apresenta as fontes dos recursos utilizados até o dia 24 de Julho de 2012, três dias antes da abertura dos Jogos. A arrecadação e os gastos sob responsabilidade do LOCOG ainda não foram divulgados oficialmente e serão detalhados em relatório final ainda a ser divulgado. Assim, o quadro foi elaborado com base nos recursos arrecadados com patrocinadores oficiais, bem como transferências do Governo para o órgão. Ademais, assumiu-se que o Comitê Olímpico Internacional repassou 50% dos recursos arrecadados com patrocinadores mundiais para o LOCOG.

QUADRO 11
Fontes de receitas (setor público e setor privado)

| Fonte de Receita | Destinação | £BN |
|---|---------------------|-------------|
| Governo Central | ODA, LOCOG e Outros | 6,2 |
| Londres (GLA & LDA) | ODA, LOCOG e Outros | 0,9 |
| Loterias Nacionais | ODA, LOCOG e Outros | 2,2 |
| Sport England | ODA, LOCOG e Outros | 0,04 |
| Total Financiamento do Setor Público | | 9,3 |
| Comitê Olímpico Internacional | LOCOG | 0,7 |
| Patrocinadores Mundiais | | 0,35 |
| Direitos de Transmissão | | 0,35 |
| Patrocinadores locais | LOCOG | 0,7 |
| Venda de Ingressos | LOCOG | 0,6 |
| Total Financiamento Setor Privado | | 2,0 |
| FINANCIAMENTO PÚBLICO + PRIVADO | | 11,3 |

Fonte: DCMS, 2012. Elaboração própria.

Dos £11,3 bilhões utilizados na preparação para os Jogos Olímpicos, aproximadamente 82,4% foram provenientes de instituições públicas. Tal fato reitera a necessidade da participação do Estado na realização de megaeventos esportivos, principalmente como fonte de financiamento ou responsável direto pelas obras programadas. Além disso, a parcela de possíveis lucros, oriundos de resultado positivo das contas do LOCOG, não será compartilhada com o Estado, uma vez que o LOCOG é uma entidade privada e vinculada ao COI. Tendo em conta os relatórios orçamentários publicados, não são poucas as vozes que se levantam contra o volume excessivo de gastos públicos aplicados na execução do megaevento, bem como questionando os retornos propiciados à sociedade (ROGERS, 2012).

O Quadro 12 apresenta os recursos públicos repassados à ODA e que foram utilizados ao longo da preparação dos Jogos. Dentre os itens mais significativos, cabe destacar os projetos de infraestrutura na região de *Stratford*, bem como os investimentos em transportes, que não ficaram restritos apenas ao acesso à região do Parque Olímpico, mas foram também direcionados para outras regiões da cidade, de modo a melhorar o sistema de transporte público como um todo.

QUADRO 12
Gasto de recursos sob responsabilidade da ODA

| Descrição | £BN |
|---|--------------|
| Utilidades | 0,235 |
| Preparação South Park | 0,082 |
| Prescott Lock | 0,005 |
| Linhas de Transmissão | 0,287 |
| Outras estruturas, pontes e avenidas | 0,565 |
| Infraestrutura (Paisagismo) | 0,207 |
| Ponte F10 | 0,055 |
| Outros trabalhos necessários | 0,386 |
| Preparação e Infraestrutura | 1,822 |
| Estádio Olímpico | 0,428 |
| Centro Áquatico | 0,251 |
| Velódromo | 0,087 |
| Handebol | 0,041 |
| Basquetebol | 0,040 |
| Outros Locais no Parque Olímpico | 0,101 |
| Locais fora do Parque Olímpico | 0,103 |
| Reconfiguração de Locais para Competição | 0,055 |
| Locais de Competição | 1,106 |
| Estação Regional de Stratford | 0,120 |
| DLR | 0,080 |
| Thorntons Field | 0,023 |
| Linha North London | 0,107 |
| Outros projetos de Transporte | 0,099 |
| Outros gastos com operação de transporte | 0,465 |
| Transporte | 0,894 |
| Logística para construção | 0,239 |
| Segurança para construção do parque | 0,228 |
| Seção 106 e Projeto Executivo | 0,094 |
| Seguro | 0,050 |
| Operação do Parque | 0,209 |
| Controle de Segurança e de áreas operacionais | 0,049 |
| Outros Projetos do Parque | 0,027 |
| Outros Projetos do Parque Olímpico | 0,896 |
| Centro de Rede Internacional / Centro de Mídia | 0,295 |
| Vila Olímpica e Paralímpica | 0,935 |
| Execução do Programa, impostos e juros | 0,725 |
| Fundo de Contingência | 0,088 |
| Outras despesas | 0,813 |
| TOTAL - ODA | 6,761 |

Fonte: DCMS, 2012. Elaboração própria.

Além disso, são bastante representativos os gastos realizados para a construção e adequação dos locais para competição, que chegaram a £ 1,1 bilhão, sendo que o Estádio Olímpico custou £ 428 milhões e o Parque Aquático £ 258 milhões (este último utilizando estruturas temporárias, que seriam removidas após os Jogos). Cabe ressaltar que o orçamento referente aos locais de competição, que costuma ser o mais criticado, também sofreu aumento significativo. Dadas a exclusão e inclusão de esportes, em relação à proposta apresentada ao COI, bem como alterações no projeto inicialmente previsto, os custos das instalações, orçado em £ 647 milhões no questionário de cidade-candidata, cresceu de forma considerável.

QUADRO 13
Gasto de recursos públicos excluída a ODA

| Descrição | Categoria | Responsável | £BN |
|---|----------------------------|---------------------------------------|--------------|
| Legado: Transformação do Parque Olímpico | Finan. Gov. Central | London Legacy Development Corporation | 0,296 |
| Polícia, Exército e Serviços de Segurança | Finan. Gov. Central | Polícia, Forças Armadas etc. | 0,475 |
| Segurança do Parque Olímpico | Finan. Gov. Central | LOCOG | 0,553 |
| Esportes de Elite e para Comunidade | Finan. Gov. Central | Outros (excluindo ODA) | 0,29 |
| Recursos para os Jogos Paralímpicos | Finan. Gov. Central | LOCOG | 0,19 |
| Jogos Paralímpicos | Financ. LOCOG | LOCOG | 0,095 |
| Jogos Paralímpicos | Finan. Gov. Central | LOCOG | 0,095 |
| Operações Parque Olímpico - LOCOG | Finan. Gov. Central | LOCOG | 0,068 |
| Outros Recursos do Gov. Central para o LOCOG | Finan. Gov. Central | LOCOG | 0,183 |
| Olimpiada Cultural | Finan. Gov. Central | LOCOG | 0,003 |
| Perímetro de Segurança Pré-Games | Finan. Gov. Central | LOCOG | 0,016 |
| Cerimônias | Recursos LOCOG | LOCOG | 0,041 |
| Cerimônias | Finan. Gov. Central | LOCOG | 0,041 |
| Provisão de Operações | Finan. Gov. Central | | 0,102 |
| Organização de Londres e outras cidades | Finan. Gov. Central | Local authorities | 0,033 |
| Operações em Londres | Finan. Gov. Central | Não ODA | 0,023 |
| Marketing de Turismo no Reino Unido e Internacional | Finan. Gov. Central | Não ODA | 0,004 |
| GLA - Programa Olímpico e Paralímpico | Finan. Gov. Central | Greater London Authority | 0,013 |
| Fundo de contingência e poupança | Finan. Gov. Central | | 0,403 |
| Realização de eventos e outros custos | Reserva LOCOG | LOCOG | 1,864 |
| Total de Gastos Públicos - excluindo ODA | Finan. Gov. Central | | 2,537 |
| Total de Gastos Privados | Finan. Gov. Central | | 2,000 |

Fonte: DCMS, 2012. Elaboração própria.

O Quadro 13 apresenta os demais gastos realizados com fonte de recursos públicos, que não foram repassados à ODA, mas a outros órgãos responsáveis pela execução dos Jogos Olímpicos.

Esta categoria de gastos atingiu o montante de £ 2,5 bilhões, tendo como grande destaque os gastos com segurança. Somando-se os gastos com polícia e forças armadas (£ 475 milhões) e Segurança do Parque Olímpico (£ 553 milhões), que totalizam mais de £ 1 bilhão, nota-se que o gasto com segurança é um dos itens mais expressivo do orçamento dos Jogos Olímpicos, mas que não proporciona um legado significativo após o megaevento.

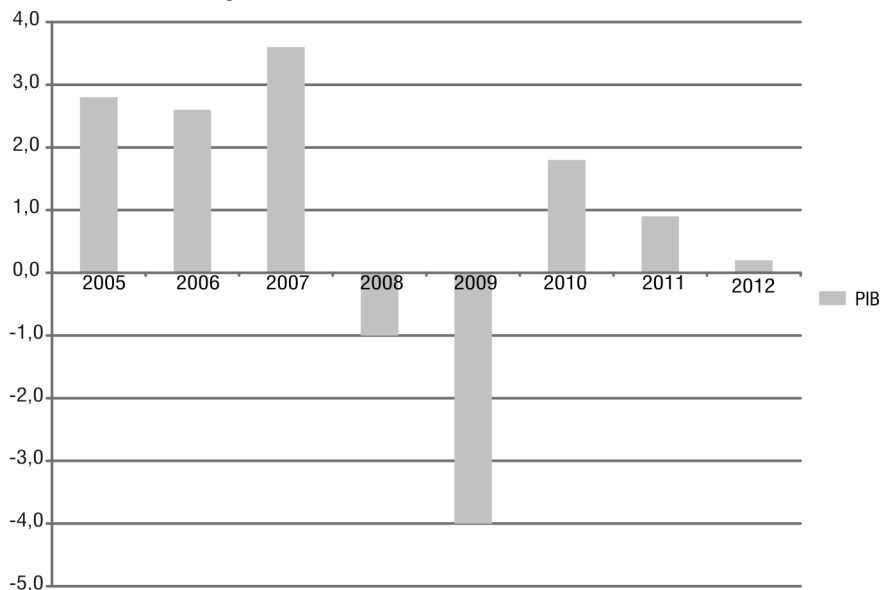
Impactos econômicos

Pouco antes da realização das Olimpíadas de 2012, ainda predominava um discurso otimista sobre os impactos econômicos dos gastos efetuados em nome do megaevento. Um relatório detalhado encomendado pelo Lloyds Banking Group apontava os seguintes resultados para o período julho/2005 a julho/2017: i) contribuição para o PIB do Reino Unido equivalente a £ 16,5 bilhões (82% provenientes das atividades de construção, 12% do turismo e 6% de gastos do LOGOC); ii) 70% desse impacto ocorreria no período de preparação e realização dos Jogos e os outros 30% no período posterior a julho de 2012; iii) apenas 41% da renda gerada se concentraria em Londres (várias regiões do país seriam dinamizadas); iv) criação de 354 mil postos de trabalho (cálculo baseado em empregos *full-time* com duração de um ano); v) 52% dos gastos feitos pelo Comitê Organizador seriam canalizados para pequenas e médias empresas; vi) incremento de 10,8 milhões de turistas estrangeiros ao longo de todo o período (OXFORD ECONOMICS, 2012).

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a crise financeira internacional afetou o crescimento econômico do Reino Unido. Em 2005, no momento em que Londres foi escolhida para sediar o megaevento, a economia mundial apresentava um ritmo

de crescimento bastante robusto, bem como a perspectiva de manutenção das taxas de crescimento nos anos seguintes. Contudo, a partir de setembro de 2008, com a eclosão da crise, a trajetória inverteu-se por completo. O Gráfico 1 apresenta a variação do PIB no Reino Unido ao longo do período 2005 a 2012, que compreende o anúncio da cidade de Londres como sede e o ano em que os Jogos ocorreram. Verifica-se que, nos primeiros anos após o anúncio, o PIB do Reino Unido manteve a trajetória prévia de crescimento, em torno de 3% ao ano. Mas, em 2008 e principalmente em 2009, os efeitos da crise econômica internacional foram responsáveis por um período recessivo. Em 2010, a economia britânica parecia estar se recuperando, mas em seguida começou a desacelerar. É provável que os Jogos tenham exercido inexpressiva influência sobre o desempenho da atividade econômica no conjunto do país, ainda que na capital o impacto possa ter sido perceptível.

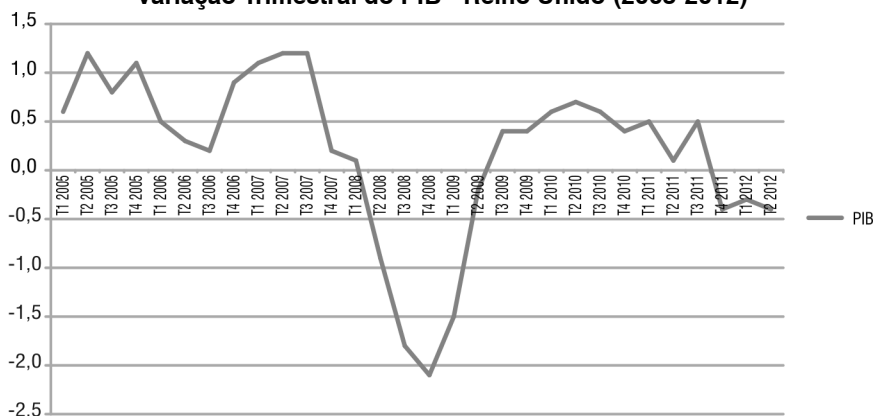
GRÁFICO 1
Variação Anual do PIB - Reino Unido (2005-2012)



Fonte: EUROSTAT. Elaboração Própria.

De fato, os gastos com os Jogos tiveram insignificante impacto sobre o PIB nacional, tendo em vista o tamanho da economia do Reino Unido. Numa análise mais detalhada do PIB, como se vê no Gráfico 2 (que representa a evolução trimestral em comparação com o trimestre imediatamente anterior), fica evidente que o crescimento do PIB foi relativamente baixo, ao longo dos 36 meses que antecederam o megaevento. Ademais, deve-se considerar que, em 2010, o ritmo dos gastos referentes à preparação dos Jogos se intensificou. Nota-se que a trajetória de queda do PIB reaparece no final de 2011, à medida que a crise econômica na União Europeia se aprofunda. Chama atenção o desempenho negativo da economia nos dois primeiros trimestres de 2012, período anterior à realização do megaevento.

GRÁFICO 2
Variação Trimestral do PIB - Reino Unido (2005-2012)



Fonte: EUROSTAT. Elaboração Própria.

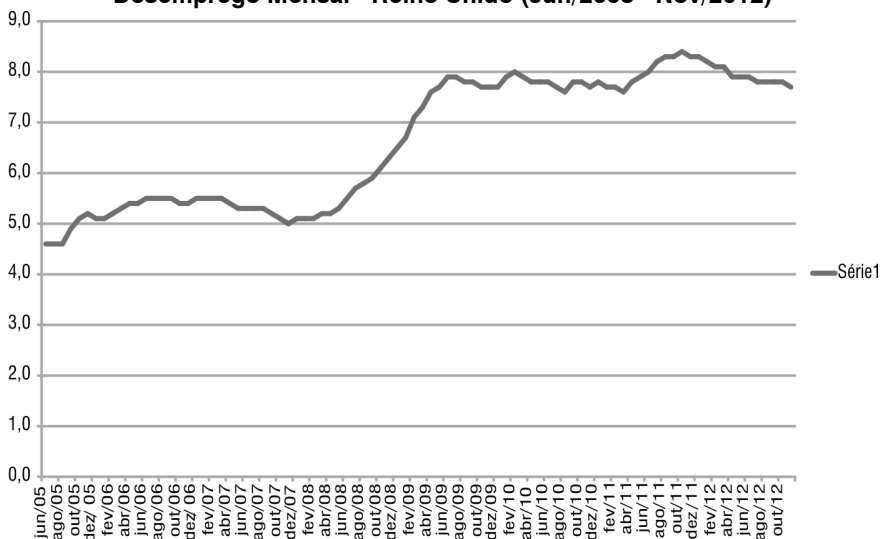
Obs.: Os dados para 2012 são preliminares.

Com relação à taxa mensal de desemprego, a trajetória ao longo desses sete anos mostra que havia uma situação bastante estável no período pré-crise, com a taxa próxima de 5%. A recessão econômica fez o desemprego saltar para um patamar mais elevado, em torno de 8% da população economicamente ativa. De forma análoga à análise referente às variações do PIB, não é possível identificar uma relação clara entre a preparação dos Jogos e o

comportamento do nível de desemprego. Embora não se deva desprezar a capacidade de geração de empregos relacionados com a preparação dos Jogos, é provável que os efeitos diretos e indiretos sejam relativamente pequenos, considerando-se o tamanho absoluto do mercado de trabalho no Reino Unido²³.

De acordo com o *Financial Times*, a crise econômica trouxe alguns benefícios para as agências responsáveis pelos preparativos para os Jogos (BLITZ, 2009). Segundo o jornal, a crise econômica teve impacto negativo sobre o preço de diversas matérias-primas e provocou a diminuição dos custos para a construção civil, um dos principais itens de custos dos Jogos. Ademais, graças à contração da demanda diminuiu-se a concorrência entre os grandes projetos, tanto na Inglaterra como em outros países da Europa, o que significou outra importante redução de custos para o comitê organizador.

GRÁFICO 3
Desemprego Mensal - Reino Unido (Jun/2005 - Nov/2012)



Fonte: EUROSTAT. Elaboração Própria.

²³ Segundo informações da ODA, aproximadamente 30.000 pessoas trabalharam diretamente na construção do Parque e da Vila Olímpica, ao longo do período 2005-2012, sendo 11.000 trabalhadores no auge da construção em 2010.

Outro aspecto que se deve mencionar é a importância dos investimentos realizados em um período de forte recessão na Europa, uma vez que podem propiciar um efeito contracíclico diante das medidas econômicas austeras implantadas em vários países da União Europeia. De acordo com Tessa Jowell, ministra responsável pelos preparativos dos Jogos Olímpicos 2012 (BLITZ, 2009, p. 1): “[...] *the Olympics as ‘an unexpected benefit’ to the UK economy. Virtually every contract has been awarded to British companies and the Olympics is ‘creating and sustaining jobs.’*”

Nesta perspectiva, os Jogos Olímpicos foram responsáveis por relevantes benefícios ao longo do período de enfrentamento da crise econômica aguda, uma vez que diversos ramos econômicos encontraram nos Jogos Olímpicos uma oportunidade de manter a produção e o nível de empregos, fato que certamente não ocorreria em momentos de recessão e queda acentuada da atividade econômica.

Para incentivar e ajudar as empresas locais a participarem da preparação para os Jogos, a ODA e o LOCOG desenvolveram um projeto chamado *London 2012 Business Network*, que seria responsável por auxiliar as empresas na compreensão das licitações e contratos referentes aos Jogos Olímpicos de 2012. A partir deste projeto, foi desenvolvido o portal *CompeteFor*, com o intuito de aproximar possíveis empresas interessadas e capacitadas para trabalhar na preparação dos Jogos. Logo após o preenchimento do cadastro, com informações básicas sobre as empresas, o portal disponibilizava diversas oportunidades de negócios ligados ao ramo de atuação da empresa, que poderia se candidatar para executar os serviços disponíveis.

De fato, mais de 950 empresas, até o ano de 2009, tinham conseguido contratos com a ODA que, somados, totalizam aproximadamente £ 3,5 bilhões, sendo que 68% destas empresas eram de pequeno ou médio porte, além de 98% delas estarem situadas no Reino Unido. Para John Armit, presidente da ODA (SHERWOOD, 2009a):

“Hundreds of companies of all sizes from different sectors across the country have already won work directly with the ODA. But this is just the tip of the iceberg, with direct contracts then creating thousands of supply chain opportunities. Our contractors and their suppliers are spread across the UK, meaning that the financial benefits of the 2012 games are already being felt across the country.”

Como exemplo de que os investimentos para os Jogos tiveram impacto em diversas localidades no Reino Unido, o aço utilizado na construção do Estádio Olímpico foi produzido na cidade de Bolton, enquanto o aço produzido para o Parque Aquático foi feito na cidade de Newport no País de Gales.

Em suma, ainda que não seja possível estimar de forma precisa qual seria o movimento da economia britânica sem os Jogos, é possível argumentar que houve algum impacto positivo dos Jogos Olímpicos, uma vez que os investimentos previstos não poderiam ser adiados, mantendo uma série de atividades do setor privado que provavelmente não ocorreriam naquele momento em razão da crise.

Por outro lado, as informações mais recentes relacionadas aos Jogos fornecem outra interpretação: os resultados econômicos ficaram muito aquém do projetado. Ao contrário do que se esperava, o turismo não apresentou um desempenho animador. Ainda que os dados disponíveis sejam preliminares, diversas instituições já comprovaram a diminuição dos visitantes na cidade, bem como a diminuição nos gastos dos turistas.

De acordo com o jornal *The Independent*, a região central de Londres, tradicionalmente movimentada na época do ano em que aconteceram os Jogos, principalmente por turistas – uma vez que concentra diversos pontos turísticos, lojas, restaurantes, além de teatros e museus –, encontrava-se com movimento consideravelmente inferior ao dos anos anteriores (WOODMAN, 2012).

O impacto da diminuição dos turistas pôde ser sentido em diversos setores. Por exemplo, a porta-voz do *British Museum*, em entrevista ao mesmo jornal, afirmava que o movimento era de 25 a 30% menor em relação ao mesmo período do ano anterior. Outros museus da cidade, como a *National Gallery* ou o famoso museu Madame Tussaud, apresentaram números parecidos.

O comércio e os restaurantes da cidade também tiveram um resultado abaixo do esperado e menor do que anos anteriores. A exceção daqueles localizados próximos ao Parque Olímpico, estima-se uma queda de 40% no movimento dos restaurantes. Outro aspecto que exemplifica a diminuição dos turistas na cidade, segundo o Secretário Geral da Associação dos Motoristas de Taxi, a diminuição no movimento dos táxis na capital inglesa variava entre 20 e 40%, a depender do dia e do horário.

Um ponto relevante, citado por diversos setores afetados negativamente por conta dos Jogos Olímpicos, diz respeito à mudança no padrão de comportamento dos próprios residentes de Londres. Ainda que os principais pontos turísticos e alguns museus sejam tradicionalmente frequentados por visitantes, a diminuição de londrinos nas atividades culturais, como teatros e cinemas, bem como frequentando restaurantes e lojas, ou utilizando táxis, teve impacto decisivamente negativo ao longo do período dos Jogos.

O temor por uma situação caótica nos transportes públicos, bem como no tráfego, foi responsável por uma campanha da Prefeitura de Londres para que os cidadãos evitassem utilizar o transporte público nos horários de pico, bem como evitassem frequentar a região central da cidade, caso não fosse extremamente necessário. O resultado foi um número de turistas abaixo do esperado e um número ainda menor de cidadãos locais frequentando a área mais dinâmica da cidade, justamente no período de alta temporada.

Ademais, ficou caracterizado mais uma vez que o perfil de visitantes durante o período dos Jogos difere bastante do turista tradicional. Para Miles Quest, porta-voz da *British Hospitality*

Association, as pessoas que vão aos Jogos não costumam fazer os roteiros turísticos clássicos, não fazem muitas compras e não comem muito em restaurantes.

Desta forma, os Jogos Olímpicos de 2012 reforçaram os efeitos já verificados em outras edições dos Jogos. Estima-se que a cidade de Londres recebeu 300.000 turistas ao longo dos quinze dias de eventos, ao passo que houve uma presença significativa de cidadãos britânicos como espectadores do megaevento. Provavelmente, o efeito substituição pode ter sido importante, levando em consideração a diminuição do faturamento em diversos ramos tradicionalmente demandados pelos residentes da cidade, em razão da participação de residentes nos eventos olímpicos.

Outro efeito verificado foi o *crowding-out*, uma vez que o número de turistas não apresentou crescimento significativo ao longo do período, reforçando a ideia de que muitos potenciais turistas – como já dito, Londres é uma das cidades mais visitadas do mundo – tenham optado por não visitar a cidade em 2012, temendo pela grande movimentação causada pelos Jogos.

Em suma, embora os impactos econômicos positivos não possam ser desprezados, vários analistas preferiram enfatizar o fracasso das projeções econômicas que haviam sido divulgadas no período de candidatura e de preparação dos Jogos. Escrevendo em meio à agitação do megaevento, o jornalista Bob Fernandes (2012) sintetizou da seguinte forma o descontentamento de parcela expressiva da mídia britânica:

“Os gastos são gigantescos, os lucros milionários não passam de uma ilusão e irão apenas para os de sempre, para quem já é muito grande, e em eventos desse porte o prejuízo econômico coletivo tem sido, historicamente, inevitável. [...]”

Em longa análise no Guardian sobre os tais “legados” olímpicos e a evidência do fracasso econômico-financeiro (para o todo das sociedades envolvidas em

eventos como esse), Simon Jenkins termina com uma advertência para o Brasil: “Londres não vai recuperar o custo dos Jogos Olímpicos, podem esquecer isso. Depois de ter gasto o dinheiro, devemos pelo menos descansar e nos divertirmos. Mas devemos parar de fingir...”

Principais legados

A preocupação com o legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos foi uma constante ao longo do período de preparação da cidade e das instalações esportivas. Em dezembro de 2011, o Comitê de Economia, Cultura e Esporte da Assembleia de Londres divulgou um relatório revisando as principais metas e fazendo uma série de recomendações, por exemplo, para que o Parque Olímpico pudesse atrair um grande número de visitantes e para garantir que os equipamentos esportivos pudessem ser usados livremente pela população londrina (GREATER LONDON AUTHORITY, 2011).

Em Fevereiro de 2012, a Prefeitura de Londres decidiu pela criação de um órgão que seria responsável pelo legado dos Jogos, chamado *London Legacy Development Corporation*. Dentro do orçamento público destinado aos Jogos, foram transferidos £ 296 milhões para o *London Legacy Development Corporation*, com o intuito de garantir que os projetos definidos para a região do Parque Olímpico fossem, de fato, implantados. De acordo com a descrição do órgão, suas atribuições são:

“To promote and deliver physical, social, economic and environmental regeneration in the Olympic Park and surrounding area, in particular by maximising the legacy of the 2012 Olympic and Paralympic Games, by securing high-quality sustainable development and investment, ensuring the long-term success of the facilities and assets within its direct control and supporting and promoting the aim of convergence.”

O projeto para a região do Parque Olímpico é bastante audacioso e promete dinamizar uma grande área ao Leste de Londres, anteriormente marcada por ser a região mais carente da cidade. A ideia central é a transformação, após o encerramento das Paralimpíadas em Setembro de 2012, do Parque Olímpico no *Queen Elizabeth Olympic Park*, com previsão de abertura à população em Julho de 2013 e com previsão de encerramento de todas as obras em 2014.

De acordo com as informações publicadas no *site* da *London Legacy Development Corporation*, os locais de competição permanentes serão modificados e adaptados para utilização por cidadãos londrinos, bem como atletas de alto rendimento. A ideia principal é tornar a prática esportiva atraente para os moradores locais, independentemente da região da cidade em que vive, pois o acesso às instalações do Parque Olímpico será facilitado.

Além disso, Londres se viabiliza para receber diversos eventos esportivos nos próximos anos, como aconteceu com Sydney, por exemplo, uma vez que as instalações esportivas que foram utilizadas nos Jogos estarão disponíveis para campeonatos mundiais e regionais de diversas modalidades. Por isso, as adaptações devem contemplar a capacidade de atender as exigências das federações internacionais²⁴.

Além do legado esportivo, a *London Legacy Development Corporation* se comprometeu com a regeneração e reurbanização da área do Parque Olímpico. A ideia central passa pela criação de cinco novos bairros na região, com investimentos em moradias e locais de trabalho, além de um centro comercial, juntamente com o maior *shopping center* da Europa, que já se encontra em funcionamento, com intuito de dinamizar a economia da região.

Os novos bairros serão projetados para receber 8.000 novas moradias, além das 2.800 já construídas na Vila Olímpica, até 2020, com pelo menos 35% destas moradias destinadas ao programa do

²⁴ O Campeonato Mundial de Atletismo de 2017, por exemplo, já tem Londres como sede definida e será realizado no Estádio Olímpico.

governo de moradias com preços acessíveis à população de menor renda.

Os investimentos em transporte já previam a expansão da demanda criada pela regeneração da área, com ampliação e modernização das estações de *Stratford*, do metrô e do DLR (*Docklands Light Railway*), bem como a construção da estação de *Stratford Internacional*, que recebe o trem de alta velocidade e liga a região do Parque Olímpico ao centro de Londres em apenas 7 minutos. Os investimentos em transporte também envolveram alterações em ruas e avenidas, além da construção de pontes, de modo a organizar o tráfego na área do Parque (ODA, 2011).

Outro plano previsto é a transformação do Parque Olímpico em um famoso ponto turístico da cidade. A expectativa é de transformar o Parque Olímpico em uma das 10 atrações turísticas mais visitadas da cidade, com previsão de receber mais de 9 milhões de turistas por ano, com impacto importante na economia e no desenvolvimento local (OECD, 2010).

Estima-se a criação de 8.000 empregos permanentes, além de 2.500 empregos temporários, graças ao incremento da economia da região, sejam nas atividades voltadas ao turismo, esportes ou mesmo no comércio.

Contudo, apesar das inúmeras iniciativas citadas acima, o legado dos Jogos Olímpicos de 2012 ainda permanece uma incógnita. Embora tenha procurado replicar experiências que trouxeram legados de sucesso em edições anteriores (como a regeneração urbana em Barcelona e a sustentabilidade em Sydney) e tentado atender demandas sociais legítimas, os Jogos de Londres foram alvo de muitas críticas, comprovando que não existem fórmulas garantidas para o sucesso no quesito “legado olímpico”.

Ainda é cedo para analisar os resultados das intervenções na Região Leste de Londres, porém, não são poucos os analistas a criticar o legado deixado pelos Jogos. Um dos aspectos questionados, comum em qualquer grande intervenção urbana, diz respeito à população que residia no local antes dos Jogos. A intervenção para

o megaevento não permitiu uma modificação de toda a área degradada do Leste de Londres. Existe a preocupação de ter-se criado uma nova área dotada de infraestrutura e boas condições urbanísticas, mas que estará de costas e sem envolver as demais áreas degradadas do entorno, exacerbando a segregação socioespacial, características de diversas metrópoles atualmente.

Além disso, existe a preocupação de que a valorização da região expulse os moradores pobres, dada a enorme valorização que deve atingir a região nos próximos anos. Caso isso ocorra, os investimentos públicos realizados em *Stratford* poderão ter efeito perverso para uma parcela dos cidadãos londrinos, que arcarão com o ônus das melhorias realizadas no local.

Não obstante, muitas das propostas de legado para a intervenção urbana realizada em *Stratford* ainda estão longe de saírem do papel. Apesar do Parque Olímpico estar pronto e próximo da inauguração, o setor privado ainda não se animou em investir na construção das moradias previstas, nem mesmo o comércio e a instalação de empresas parece caminhar no sentido do Leste de Londres, pelo menos até o momento.

Outro aspecto considerado como legado é o incentivo à prática esportiva. Ainda que receber um evento como os Jogos Olímpicos no país possa refletir em um estímulo para a população, uma política pública de incentivo à prática de esportes necessita de muitos outros fatores para que tenha um resultado satisfatório. Primeiramente, os locais de competição, que serão abertos ao público, podem servir como estímulo para uma parcela da população que vive na região, contudo, não afetará a cidade como um todo, e muito menos o país.

Conforme explica Chris Gratton, professor de Economia do Esporte da Universidade Sheffield Hallam, a pobreza e a desigualdade são fatores decisivos para que as pessoas pratiquem menos esporte. Para ele, a exclusão social se manifesta de diversas maneiras, uma delas é na prática esportiva. Dessa forma, a construção dos grandes locais de competição pode ter pequeno impacto para

a população como um todo, uma vez que não garantirá uma maior participação dos mais pobres (CONN, 2012).

Ademais, o estímulo à prática de esportes tende a ser mais eficiente quando é descentralizado, com equipamentos públicos em diversos locais da cidade, principalmente praças e escolas, de modo a facilitar o acesso a qualquer pessoa. Tal prioridade caminha na contramão da estratégia adotada pelo Governo Britânico em tempos de crise, já que os cortes orçamentários têm afetado diretamente os gastos sociais em centros comunitários.

Este aspecto levanta outra questão importante. Para que o estímulo à prática esportiva realmente ocorra, são necessários investimentos complementares elevados, que normalmente estão fora do orçamento olímpico. O Ministério do Esporte da Grã-Bretanha conta com um projeto de investimentos para o período de 2013-2017 que pode chegar a £ 1 bilhão, porém, em um cenário de corte de gastos por conta da crise econômica, é difícil crer que os resultados terão o impacto esperado, como afirma David Conn (2012), do *The Guardian*:

“Councils are being forced to implement cuts of £6.25bn, 28% of their grants from the government, between 2010-11 and 2014-15, according to the Local Government Association. Playing fields, sports centres and swimming pools, and the staff to run them, are under threat and many budgets are being cut. The LGA warned earlier this year that by 2020 funding of discretionary services, including sport, faces a 66% reduction, and could disappear, due to the mounting cost of adult social care, which councils must provide. A survey of councils by the Chief Cultural and Leisure Officers Association (CLOA) earlier this year found that services, including arts and culture as well as sport, are suffering reductions of around 10% on average, with further cuts to come. So far, the CLOA estimated, 2,800 jobs have been lost in the sector.”

Assim, os cortes de gastos sociais, resultante da política econômica adotada no país nos últimos anos, poderiam se contrapor ao chamado legado olímpico, por inviabilizar o acesso às práticas esportivas que foram incentivadas com o megaevento.

Comentários adicionais

Conforme as informações apresentadas ao longo do capítulo, pode-se dizer que a preparação e a realização dos Jogos Olímpicos de 2012 em Londres apresentou características semelhantes a outras edições do megaevento, ainda que não se possa desprezar o esforço do comitê organizador para garantir à cidade, bem como para os cidadãos, um legado que não fosse restrito às instalações esportivas.

O primeiro aspecto relevante refere-se ao orçamento para preparação dos Jogos, que à semelhança de outros megaeventos, apresentou considerável aumento da proposta prevista ainda como cidade candidata em comparação com o orçamento final. Ademais, mais de 80% de todos os investimentos realizados possuíam fonte de recursos públicos, fato bastante questionado pela sociedade britânica, principalmente em um período de crise econômica e diversos cortes em gastos sociais sendo aplicados simultaneamente aos gastos com a realização do megaevento.

Ainda que baseada em dados preliminares, a análise realizada por áreas vinculadas ao turismo (e que poderiam ser beneficiadas pelos Jogos Olímpicos) foi bastante decepcionante. Como retratado acima, o número de turistas, bem como a utilização das demais atrações da cidade, ficou muito aquém do tradicionalmente registrado nesta época do ano. Os dados oficiais devem confirmar os efeitos substituição e *crowding-out*, o que pode ter significado para a metrópole um baixo retorno econômico, contrariando as projeções anteriores, que previam elevado número de turistas, tanto britânicos como estrangeiros, além de um efeito dinâmico em diversos setores da economia londrina.

Tal constatação reforça a ideia de que os benefícios de megaeventos tendem a se concentrar nos chamados impactos intangíveis. Apesar dos resultados econômicos decepcionantes, não se pode desconsiderar a qualidade dos Jogos de Londres, bem como seu aspecto relativo ao orgulho dos cidadãos londrinos e britânicos, em geral. Além disso, convém ressaltar a importância do fortalecimento do sentimento de união em torno do Reino Unido, principalmente em um momento de crise do pacto que mantém a Inglaterra, Escócia, País de Gales e a Irlanda do Norte vinculados ao poder central localizado em Londres.

Outro impacto intangível e que merece ser destacado diz respeito à capacidade de Londres de destacar-se ainda mais entre as chamadas cidades-globais, graças ao sucesso na realização do megaevento. Contudo, a metrópole já apresentava anteriormente *status* relevante em qualquer análise comparativa entre cidades, fato que dificilmente mudaria graças aos Jogos Olímpicos.

Embora ainda não seja possível avaliar plenamente o legado deixado pela realização do megaevento nos mais variados aspectos destacados pela literatura especializada, é preciso considerar que tal avaliação tem sido feita pela população, pela mídia e por inúmeras instituições sociais, lembrando que tais avaliações podem refletir distintas preocupações e podem se modificar com o passar do tempo. A revitalização da Região Leste da cidade ainda está restrita às intervenções referentes ao Parque Olímpico, com pequenas demonstrações de que o setor privado passará a se interessar por uma área outrora desprezada. Além disso, os cortes dos gastos sociais vinculados ao esporte podem inviabilizar a promessa de garantir um legado duradouro referente à prática esportiva²⁵.

Certamente, a experiência de Londres fornece diversas referências relevantes para o debate sobre os prováveis legados dos

²⁵ Um ano depois dos Jogos, os ingleses continuavam divididos entre discursos otimistas e visões críticas a respeito do legado econômico deixado pelo investimento bilionário no megaevento. E passava a predominar grande ceticismo sobre os benefícios em termos de ampliação da prática esportiva na população britânica (GIBSON, 2013).

Jogos Olímpicos de 2016, que serão realizados pela primeira vez na América do Sul, na cidade do Rio Janeiro. Aspectos fundamentais, principalmente relacionados às intervenções urbanas previstas para realização dos Jogos e à vinculação de empresas de diversos ramos econômicos e regiões durante a preparação, dentre outros, podem servir como exemplos para o comitê organizador e para as várias comissões que estão acompanhando a execução do plano proposto.

Porém, como será discutido no próximo capítulo, alguns aspectos negativos apresentados na preparação de Londres já parecem repetir-se no Rio de Janeiro, como o aumento exagerado do orçamento previsto, bem como a elevada participação de recursos públicos nos gastos com o megaevento. Além disso, a experiência recente de Londres deixa claro que revitalizações urbanas podem acarretar efeito perverso, principalmente para os moradores mais pobres das áreas degradadas próximas às áreas mais beneficiadas, fato que deve ser ainda mais relevante no Rio de Janeiro, dada a enorme desigualdade social.

CAPÍTULO 5

PROJEÇÕES PARA OS JOGOS OLÍMPICOS DO RIO - 2016

No dia 2 de outubro de 2009, quando COI o elegeu o Rio de Janeiro como a cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (concorriam também Chicago, Madrid e Tokyo), o jornal norte-americano *The New York Times* publicou um conjunto de artigos debatendo a seguinte questão: quais os benefícios econômicos de curto e longo prazo para a cidade que hospeda o evento? E as opiniões divergentes dos especialistas consultados mostram que essa é uma questão polêmica. Vale a pena registrar algumas afirmações que sintetizam as diferentes opiniões (DO OLYMPIC..., 2009)

“There is no doubt that hosting an Olympic festival produces a large measure of civic pride and psychological satisfaction (...) Long-term benefits are another matter. (...) For long-term benefits, host cities should focus on facilities that enhance urban life.” (Robert K. Barney, director of The International Centre for Olympic Games, University of Western Ontario)

“A city looking for an economic boost, would be wise to not host the Olympics. (...) The long-term picture is not much brighter, as Olympic facilities sit for decades on increasingly scarce and valuable urban real estate. If a city is looking for an economic boost, there are better ways to invest its money.” (Andrew Zimbalist, professor of economics, Smith College)

“Economists generally find that local organizers and sports boosters routinely exaggerate the benefits and underestimate the costs of hosting major events such as the Olympics. As a path to riches and long-term

economic development, most Olympic hosts have been sorely disappointed.” (Victor Matheson, professor of economics, College of the Holy Cross)

“The investment in the city for the Olympics was a form of historical payback – and worth it, because the country, not the city, picked up the tab.” (William C. Kirby, professor of business administration, Harvard University)

“Yes, the Olympics are costly, but they can help create a more sustainable urban environment for the host city.” (Dahshi Marshall, senior management analyst, Atlanta Regional Commission)

Em síntese, a conclusão do New York Times era que os benefícios de sediar o evento incluem a criação de empregos, a atração de investidores, um impulso ao turismo e uma “plástica” para a cidade. Ainda assim, os investimentos públicos raramente valem a pena, em especial por causa dos custos da manutenção das instalações esportivas que são pouco utilizadas após os Jogos. Por isso, Chicago não deveria lamentar a derrota na escolha do COI. Provavelmente, o Rio de Janeiro teria mais a ganhar com as Olimpíadas e, nesse sentido, talvez a escolha do COI tenha sido a mais acertada.

De fato, no dossiê da candidatura do Rio houve uma preocupação especial com os legados. O projeto olímpico mostrou estar alinhado com o planejamento de longo prazo da cidade (por meio do Plano Diretor) e mesmo do país (por meio do Plano de Aceleração do Crescimento). A proposta encaminhada ao COI enfatizou os legados esperados em dois eixos norteadores principais: a) inclusão social, juventude, esporte e educação (Caderno de Legado Social); e b) regeneração urbana e meio ambiente (Caderno de Legado Urbano e Ambiental).

De qualquer modo, no Brasil, também havia opiniões divergentes a respeito dos prováveis impactos econômicos dos Jogos de 2016 e do seu legado (PRONI, 2009). Vale a pena confrontar

algumas falas publicadas pela imprensa brasileira, começando pelo momento da escolha da sede:

- * Juca Kfourri, jornalista, artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* em 1 de outubro de 2009:

“Nem Rio-2016, nem São Paulo-2020, nem Brasília-2024. (...) Porque um país que não dá a menor pelota para o esporte como fator de saúde pública ou de inclusão social não tem por que pleitear ser sede de uma Olimpíada. (...) E há ainda, contra nós, a corrupção, a sangria dos cofres públicos. (...) O Pan-2007 já foi o que foi. Nem tem mais quem o defenda. Chega!” (KFOURI, 2009).

- * Jeanine Pires, então presidente da Embratur, entrevista publicada no site do Ministério do Turismo em 2 de outubro de 2009:

“A realização dos Jogos Olímpicos, antecidos por uma Copa do Mundo de Futebol, além de um enorme legado de infraestrutura que tem impacto direto no turismo, significará pelo menos quatro anos de uma mega campanha publicitária, que transformará a imagem do país. É uma grande oportunidade de promoção e vamos mostrar o mundo que, além de belas praias, diversidade cultural e natural, temos também infraestrutura para nos consolidarmos como um dos grandes destinos de eventos internacionais do mundo.” (TURISMO..., 2009).

- * Sérgio Magalhães, arquiteto e urbanista, entrevista ao jornal *O Globo* em 5 de outubro de 2009:

“Os recursos serão muito importantes. Mas, se forem dirigidos prioritariamente para a Barra, a cidade vai sofrer muito. E a grande mudança que uma Olimpíada pode trazer vai ser minimizada porque o

conjunto da população terá menos oportunidades do que teria, por exemplo, se os Jogos Olímpicos se concentrassem na área portuária. O porto, agora, está disponível. Quando as Olimpíadas foram programadas, não havia o acordo entre os três níveis de governo. Os terrenos do porto estavam impossíveis. Isso mudou. (...) O aproveitamento do porto é mais barato. A área é central e haverá a valorização de toda a Região Metropolitana, porque o sistema de transportes melhora. A construção da Vila Olímpica também vai estimular a habitação e novos edifícios de serviços e escritórios no Centro. O que Barcelona fez foi pegar a área degradada e investir. A cidade toda se beneficiou. Nós pegamos a área que o setor imobiliário está querendo (Barra) e, neste caso, os investimentos ficarão só lá.” (SCHMIDT, 2009).

- * Orlando Silva, então ministro do esporte, entrevista ao portal Vermelho em 8 de outubro de 2009:

“A conquista da Olimpíada é um dos vetores centrais para definição de investimentos no Brasil. É um tema que passa a ser chave central da agenda nacional. Portanto, vai ser uma das principais vitrines da ação de governo do próximo período. (...) Primeiro é fundamental que nós façamos um bom planejamento. Detalhado no limite para que possamos ter um cronograma de preparação da Olimpíada adequado e que facilite a boa utilização dos recursos públicos e reduza custo. O planejamento é um tema chave nesse período. Segundo, eu vou trabalhar obsessivamente para a máxima transparência no processo como apresentar balanços regulares à sociedade através da imprensa. É preciso preparar desde já o legado dos Jogos, ou seja, o que vai ser utilizado das instalações, que intervenções serão feitas na cidade para melhorar a vida das pessoas.” (ORLANDO..., 2009).

A seguir, alguns depoimentos realizados no início da preparação para os Jogos:

- * Carlos Arthur Nuzman, presidente do COB e do COJO, entrevista ao portal Terra em 22 de fevereiro de 2010:

“O ponto que você pergunta em termos de orçamento, se você levantar na história dos Jogos Olímpicos, todos os orçamentos foram além daqueles apresentados por uma questão de necessidade para poder atender uma coisa a mais e até [por causa de] mudanças, como por exemplo, da tecnologia. (...) Não existe investigação [sobre o descontrole dos gastos com o Pan de 2007]. Tribunal de Contas não investiga, Tribunal de Contas analisa. Nós prestamos contas, eles analisam. (...) Eu acho que o legado dos Jogos Pan-Americanos foi extraordinário em vários sentidos. O melhor é a vitória d[do projeto para] os Jogos Olímpicos, elogiado e enaltecido pelo Comitê Olímpico Internacional de uma maneira muito grande.” (CHAHAD, 2010).

- * Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro, palestra no Seminário *A Olimpíada e a Cidade: conexão Rio-Barcelona*, em 19 de março de 2010:

“Barcelona é o grande modelo que nós temos que seguir, porque a cidade se transformou por completo com os Jogos. (...) A cidade do Rio de Janeiro tinha um papel de absoluta centralidade no cenário brasileiro, que foi se perdendo por decisões tomadas ao longo da história. Essa é uma oportunidade única de transformação, para que nós possamos consolidar esse processo de reencontro do Rio de Janeiro com a sua história. Não tenho dúvidas de que vamos construir uma nova cidade a partir de agora, com auge em 2016.” (PAES..., 2010).

- * Raquel Rolnik, urbanista, então relatora das Nações Unidas para o Direito à Moradia, entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* em 5 de março de 2010:

“Experiências passadas mostram que projetos de reurbanização adotados para a preparação de eventos resultaram em violações extensivas de direitos humanos, em especial o direito à moradia. [...] Velhas disparidades parecem se exacerbar diante de um processo de regeneração e embelezamento das cidades [...]. As consequências de longo prazo de megaeventos incluem fatos preocupantes.” (CHADE, 2010).

Finalmente, duas visões mais recentes:

- * Aldo Rebelo, atual ministro do esporte, palestra durante o *Fórum Nacional dos Secretários e Gestores Estaduais do Esporte e Lazer* em 25 de maio de 2012:

“Somos muito pessimistas em tudo que fazemos. Fernando Henrique costumava chamar de ‘fracassomaníacos’ aqueles que sempre colocavam dificuldade em tudo que tínhamos a responsabilidade de cumprir. Vamos superar nossas maiores dificuldades, criar uma política nacional do esporte e deixar um bom legado a todos os estados brasileiros nas Olimpíadas de 2016.” (RAMALHO, 2012).

- * Bob Fernandes, jornalista, artigo publicado no portal *Terra* em 6 de agosto de 2012:

“Aqui [em Londres], como ai no Brasil, autoridades de todos os níveis fazem [...] discursos otimistas, o me-engana-que-eu-gosto. Discursos que não resistem aos números, aos fatos, ao que se vê. [...] Agora, mesmo em meio ao orgulho por Jogos bem montados, as autoridades têm que se justificar, se explicar. [...]

No encerramento [do artigo de Simon Jenkins no The Guardian], a dura mensagem, a real para o Brasil: – As verdadeiras vítimas da falsidade de Londres, desse entorpecimento mental, serão os pobres e infelizes, os cidadãos do Rio em 2016. Eles realmente não podem pagar.” (FERNANDES, 2012).

Como se pode constatar, em meio aos discursos otimistas de autoridades sobre os legados potencialmente muito positivos havia a desconfiança e o ceticismo de jornalistas, assim como havia a divergência de urbanistas a respeito das soluções técnicas que foram dadas ao projeto. Sem dúvida, a grande maioria da opinião pública é favorável à realização das Olimpíadas e Paralimpíadas no Rio de Janeiro, mas há muitas dúvidas a respeito de quais serão os segmentos econômicos e sociais mais beneficiados, assim como sobre a possibilidade de que outros segmentos sejam prejudicados. A questão central que tem sido discutida em fóruns esporádicos se refere à participação do Estado no financiamento e na coordenação dos investimentos para os Jogos Rio-2016 e ao efetivo legado que será deixado para a Cidade e para o País. Este capítulo pretende contribuir para esclarecer alguns pontos destes temas polêmicos.

Síntese da proposta original

A candidatura olímpica do Rio de Janeiro para 2016 custou mais de R\$ 88 milhões e foi a que apresentou o projeto mais caro entre as quatro finalistas, mas com plenas garantias de execução, assumidas pelos governos federal, estadual e municipal. Por ser o mais audacioso e contar com grande apoio governamental e da população, o COI acreditou que aquele projeto tecnicamente bem feito era o que traria o maior legado material e imaterial²⁶. Assim, decidiu contemplar pela primeira vez a América do Sul.

²⁶ Na época, o sucesso da candidatura Rio-2016 foi visto como resultado de “uma coalizão de forças cujas pretensões e interesses repercutem como a própria vontade geral, isto é, o interesse geral de toda a sociedade ou nação” (MASCARENHAS et al., 2012, p. 30).

O orçamento inicial previa um custo de US\$ 13,9 bilhões, dos quais US\$ 11,1 bilhões (79,7%) correspondiam ao gasto com diversas obras de infraestrutura urbana, que são de responsabilidade do poder público, enquanto outros US\$ 2,8 bilhões (20,3%) seriam destinados às instalações esportivas e às funções operacionais do megaevento. Os gastos diretamente associados à realização das competições olímpicas seriam financiados pelo COI (31%), por patrocinadores locais (20%), pela venda de ingressos (14%) e ainda por subvenções governamentais (36%). Portanto, os cofres públicos iriam arcar com a grande maioria dos investimentos necessários para a preparação completa do Rio para a realização dos Jogos do Rio-2016²⁷.

Os gastos com infraestrutura foram divididos em seis áreas principais: transporte (50%), saneamento (12%), energia (8%), segurança (7%), hospedagem (8%) e núcleo olímpico (10%). Note-se que o orçamento previsto para a construção ou reforma de instalações esportivas (4%), do centro de imprensa (2%), da Vila Olímpica (4%) e de outras vilas (8%), totalizava apenas 18% dos gastos com infraestrutura.

Os Jogos do Rio contarão com 36 instalações esportivas: dez delas estavam prontas e não necessitavam de reformas fundamentais, oito estão sendo amplamente reformadas, nove estão sendo construídas inteiramente e outras nove instalações serão estruturas temporárias. As instalações estão distribuídas em quatro zonas da cidade: Barra, Copacabana, Maracanã e Teodoro. A Vila Olímpica contará com 32 prédios de 12 andares e capacidade para 17.700 camas. Metade dos atletas ficará alojada bem próxima dos locais das competições.

Mas, tanto a Vila como a maioria das instalações ficariam localizadas a 35 quilômetros da principal área hoteleira (Ipanema e Copacabana), onde a grande maioria do público ficará hospedada.

²⁷ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal já previa um investimento de US\$ 8,8 bilhões em obras no Rio de Janeiro, mesmo que a cidade não fosse escolhida como sede dos Jogos.

As enormes distâncias entre as quatro zonas representam um desafio para o sistema de transporte urbano, o que poderia causar problemas críticos neste quesito, segundo o relatório do COI. A solução proposta foi a criação de um anel de transporte de alta capacidade, que inclui quatro linhas de ônibus de rápido deslocamento e três linhas de metrô. Trata-se de um caro programa de melhorias no transporte urbano que, em grande medida, seriam necessárias mesmo que o Rio não fosse sediar os Jogos.

A previsão inicial do volume total de investimentos (incluindo o setor privado) para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio-2016 alcançava US\$ 16 bilhões – valor superior à estimativa de US\$ 12 bilhões gastos em Athens-2004, mas menor que os US\$ 18 bilhões estimados para London-2012 e bastante inferior aos mais de US\$ 40 bilhões investidos em Beijing-2008. Porém, alguns projetos do setor privado foram adiados nos últimos anos, ao passo que algumas obras públicas podem não ser efetivadas, o que causaria uma redução no montante total investido em função do megaevento. Por outro lado, alguns meses após a vitória da candidatura, em razão das preocupações com a segurança pública, dois novos itens foram adicionados ao projeto olímpico, expandindo ainda mais os custos: a “bolsa olímpica” para complementar o salário do efetivo policial envolvido com a segurança e a reurbanização acelerada de favelas. Portanto, estas estimativas estão sujeitas a uma revisão constante. Aliás, à medida que novas necessidades são identificadas para garantir um elevado padrão de qualidade na realização desse megaevento, mesmo que não ocorram atrasos na entrega das obras, nota-se um risco muito evidente de “estouro” na previsão orçamentária dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (KONCHINSKI, 2012).

Também houve a preocupação de evitar problemas no que se refere à hospedagem de quem não vai participar das competições. A oferta de alojamento para receber os jornalistas e, principalmente, os turistas que chegarão ao Rio de Janeiro no período dos Jogos

foi estimada em 13 mil quartos de hotel, 25 mil quartos em vilas que serão construídas, 8,5 mil quartos em navios de cruzeiro ancorados no porto e 1,7 mil apartamentos. O COI pôs em dúvida a garantia de contar com os alojamentos em navios e com os apartamentos para aluguel e alertou ainda sobre os riscos financeiros na construção das vilas. De qualquer forma, o projeto inicial contava com a adesão do setor privado, que poderia investir na construção de novos hotéis e ampliar a oferta de alojamentos na cidade.

A previsão inicial do volume total de investimentos (incluindo o setor privado) para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio-2016 alcançava US\$ 16 bilhões – valor superior à estimativa de US\$ 12 bilhões gastos em Athens-2004, mas menor que os US\$ 18 bilhões estimados para London-2012 e bastante inferior aos mais de US\$ 40 bilhões investidos em Beijing-2008. Porém, alguns projetos do setor privado foram adiados nos últimos dois anos, ao passo que algumas obras públicas podem não ser efetivadas, o que causaria uma redução no montante total investido em função do megaevento. Por outro lado, alguns meses após a vitória da candidatura, em razão das preocupações com a segurança pública, dois novos itens foram adicionados ao projeto olímpico, expandindo ainda mais os custos: a “bolsa olímpica” para complementar o salário do efetivo policial envolvido com a segurança e a reurbanização acelerada de favelas. Portanto, estas estimativas estão sujeitas a uma revisão constante. Aliás, à medida que novas necessidades são identificadas para garantir um elevado padrão de qualidade na realização desse megaevento, mesmo que não ocorram atrasos na entrega das obras, nota-se um risco muito evidente de “estouro” na previsão orçamentária dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Um novo orçamento será divulgado em junho de 2013, quando todas as obras terão seus projetos executivos prontos, mas ainda não será o definitivo (KONCHINSKI, 2012).

Sem dúvida, o financiamento dos Jogos tem sido uma questão delicada para os governos dos países que hospedam esse

megaevento. No Brasil, o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (COJO) tem a responsabilidade de gerir um orçamento de R\$ 7 bilhões²⁸. Os demais investimentos são de responsabilidade das três esferas de governo, que constituíram a Autoridade Pública Olímpica (APO) para coordenar as obras de infraestrutura e de regeneração urbana e assim garantir o cumprimento do contrato assinado com o COI. No que diz respeito à esfera municipal, foi constituída a Empresa Olímpica Municipal (EOM), com a atribuição de coordenar a execução das atividades e projetos relacionados aos megaeventos que serão sediados na cidade até 2016. A EOM deveria supervisionar 97 projetos, cujos legados para a população do Rio estavam divididos em quatro áreas: transporte, infraestrutura urbana, meio ambiente e desenvolvimento social.

O COJO e a APO garantiram que dariam transparência à aplicação das verbas repassadas para as várias secretarias de estado, entidades esportivas e empresas do setor privado. Ao assinar o documento relativo à matriz de responsabilidades para os Jogos de 2016, no dia 19 de julho de 2010, em Brasília, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostrou que o governo federal estava preocupado com a execução do orçamento (LULA..., 2010):

“Os brasileiros poderão acompanhar o destino de cada centavo no portal da transparência da Controladoria Geral da República. Farei tudo o que for necessário para encaminhar bem a realização da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016.”

²⁸ Quando a cidade foi escolhida para receber as Olimpíadas, em 2009, o orçamento do COJO era de R\$ 5,6 bilhões. Em 2012, o valor havia aumentado para R\$ 9,4 bilhões (acréscimo de 68%). Neste orçamento entram os gastos de organização dos Jogos (cerimônias de abertura e encerramento, comunicação, tecnologia, segurança), mas não a construção de arenas, que fica a cargo do governo (em parcerias com a iniciativa privada). O governo federal se comprometeu em cobrir os gastos do COJO que excederem as receitas convencionais (patrocínios, licenciamentos, bilheteria e contribuição do COI).

Com o passar do tempo, o projeto olímpico apresentado no Dossiê de Candidatura Rio 2016 vem sendo revisado pelo COJO e pelos governos federal, estadual e municipal, com a autorização do COI²⁹. Em agosto de 2013, embora nem todas as obras previstas tivessem seus projetos executivos prontos, calculava-se um custo global superior a R\$ 29 bilhões, com a perspectiva de que esse valor aumentaria quando fosse divulgado o orçamento definitivo (KONCHINSKI, 2013). O Quadro 14 indica uma estimativa de investimento em mobilidade urbana de R\$ 15,5 bilhões, quase R\$ 10 bilhões em obras de revitalização e infraestrutura, mais de R\$ 2 bilhões com projetos de despoluição, R\$ 1,6 bilhão com instalações esportivas. Embora vários projetos previssem parceria entre o setor público e o setor privado, não há dúvida de que o Estado assumiu a responsabilidade pela maior parte dos investimentos. Note-se que não estão computados nesse levantamento os gastos com segurança pública e com outras ações imprescindíveis. Até dezembro de 2013, ainda não havia sido divulgada a Matriz de Responsabilidades das Olimpíadas do Rio de Janeiro.

²⁹ A revisão pode implicar em redefinição de responsabilidades, cronogramas, fontes de financiamentos, assim como inclusão ou exclusão de obras. Até 2013, o quadro resumo disponível no Portal da Transparência ainda mostrava uma composição de gastos somando apenas R\$ 12,5 bilhões, conforme constava no dossiê da candidatura. Cf. <http://www.portaltransparencia.gov.br/rio2016/matriz/>

QUADRO 14
Estimativa do custo dos investimentos necessários
para as Olimpíadas

| Tema | Obra | Custo (em R\$) | Responsável |
|-------------------------------|--|-------------------------|-----------------------|
| Transporte | BRT Transoeste | R\$ 900 milhões | Prefeitura |
| | BRT Transcarioca | R\$ 1,6 bilhão | Prefeitura |
| | BRT Transolímpica | R\$ 1,5 bilhão | Prefeitura/PPP |
| | BRT Transbrasil | R\$ 1,5 bilhão | Prefeitura |
| | VLT do Centro | R\$ 1,1 bilhão | Prefeitura/PPP |
| | Reforma do Elevado do Joá | R\$ 489 milhões | Prefeitura |
| | Linha 4 do Metrô | R\$ 8,5 bilhões | Governo do Estado/PPP |
| Infraestrutura | Reforma do Porto | R\$ 314 milhões | Governo federal |
| | Revitalização da região portuária | R\$ 8,3 bilhões | Prefeitura/PPP |
| | Porto Olímpico | R\$ 575 milhões | Prefeitura/PPP |
| | Controle de enchentes | R\$ 292 milhões | Prefeitura |
| | Viaduto Abolição | R\$ 314 milhões | Prefeitura |
| Instalações esportivas | Parque Olímpico | R\$ 1,35 bilhões | Prefeitura/PPP |
| | Centro de Tênis | R\$ 183 milhões | Prefeitura |
| | Campo de Golfe | R\$ 60 milhões | Prefeitura/PPP |
| | Reforma do Sambódromo (arco e flecha) | R\$ 65 milhões | Prefeitura |
| Outros compromissos | Despoluição da Baía de Guanabara, Lagoa Rodrigo de Freitas e lagoas da Barra | R\$ 2 bilhões | Governo do Estado |
| | Despoluição da Bacia de Jacarepaguá | R\$ 362 milhões | Prefeitura |
| | Parque dos Atletas | R\$ 40 milhões | Prefeitura |
| | Centro de Operações | R\$ 25 milhões | Prefeitura |
| Total | | R\$ 29,2 bilhões | |

Fontes: Rio-2016, EOM, Prefeitura do Rio, Cedae, Linha 4 do Metrô. Extraído de Konchinski (2013).

Projeções sobre o impacto econômico dos Jogos do Rio 2016

Em termos econômicos, eram bastante positivos os impactos previstos para a realização dos Jogos de 2016 no Rio de Janeiro, conforme reportagem publicada no site oficial da candidatura pouco antes da vitória do Rio em Copenhagen (COJO, 2009). Naquele momento, as projeções que passaram a ser divulgadas se baseavam no *Estudo de impactos socioeconômicos potenciais da realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro em 2016*, encomendado pelo Ministério do Esporte para a Fundação Instituto de Administração (FIA), que contou com o apoio da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e foi coordenado por Eduardo Haddad da Universidade de São Paulo (USP).

O estudo esclarece, inicialmente, que os impactos econômicos podem ser de três tipos: diretos (atividades mobilizadas de forma imediata pelos gastos com a preparação e realização do evento); indiretos (efeitos resultantes do encadeamento para frente e para trás em razão da demanda intersetorial produzida pelo megaevento); e induzidos (gasto realizado pelos consumidores que tiveram sua renda aumentada direta ou indiretamente pelos Jogos). Em seguida, explica a metodologia que foi aplicada para projetar os impactos potenciais distribuídos por ramos de atividade e por áreas (região metropolitana, restante do estado e demais unidades da Federação), distinguindo o período que antecede a realização do megaevento do período que o sucede.

Convém resumir os principais resultados. O estudo estimou que para cada US\$ 1,00 investido no evento seriam movimentados outros US\$ 3,26 em cadeias produtivas correlacionadas, uma vez que “o multiplicador de produção apurado, considerando-se uma taxa de desconto de 3% a.a., é de 4,26” (FIA; FIPE, 2009, p. 23). Assim, os Jogos poderiam movimentar mais de US\$ 51 bilhões, ao longo do período de preparação e nos anos posteriores à sua realização. E possivelmente haveria um impulso no crescimento

do PIB: US\$ 11 bilhões entre 2009 e 2016, mais US\$ 13,5 bilhões entre 2017 e 2027. Portanto, embora fossem caros, os Jogos teriam um grande potencial de dinamizar a atividade econômica por causa dos efeitos multiplicadores dos gastos efetuados. Além disso, o estudo afirmou que uma maior movimentação nas transações econômicas possibilitaria um aumento na arrecadação de impostos ao longo de todo o período analisado, que representaria um retorno de aproximadamente 40% dos investimentos públicos nas Olimpíadas do Rio.

De acordo com o estudo, um amplo espectro de atividades econômicas (pelo menos 55 ramos) poderia se beneficiar com a realização do megaevento. Em especial, seriam beneficiados os seguintes ramos de atividade: construção (10,5%), serviços imobiliários e aluguel (6,3%), serviços prestados às empresas (5,7%), petróleo e gás (5,1%), serviços de informação (5,0%) e transporte, armazenagem e correio (4,8%). Os impactos em termos de valor adicionado na economia, neste longo período, se dividiriam entre a Região Metropolitana (39,4%), o restante do estado do Rio de Janeiro (7,5%) e o resto do País (53,1%) – quer dizer, boa parte da demanda gerada seria atendida por empresas de outros estados. Além disso, “pode-se dizer que, se os benefícios dos Jogos Olímpicos fossem antecipados para hoje, o PIB da RMRJ seria 10% maior (considerando uma taxa de desconto de 3% a.a.) e o PIB brasileiro seria 1,7% mais elevado” (FIA; FIPE, 2009, p. 28).

Outro aspecto importante: de acordo com as estimativas feitas, até 2016, seria necessário o trabalho adicional de 120.833 profissionais/ano, em média; ou seja, poderiam ser criados 120,8 mil empregos por ano, passando para 131 mil por ano entre 2017 e 2027. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* em 29 de setembro de 2009, Sergio Murashima, consultor da FIA, acrescentou que haveria um aumento no valor médio da massa salarial (de 8%, após a realização dos Jogos) e também que poderia haver um estímulo à requalificação da mão de obra no País (ZARCO, 2009).

Vale reproduzir a conclusão bem otimista do estudo (FIA; FIPE, 2009, p. 11):

“A conclusão geral do relatório é a de que os gastos públicos e privados adicionais, decorrentes da iniciativa dos Jogos Olímpicos a serem realizados eventualmente no Rio de Janeiro, irão provocar efeitos multiplicadores tão amplos e diversificados nos vários níveis espaciais de regionalização adotados, em termos de expansão da produção, do valor adicionado, da massa salarial, da arrecadação de impostos e de empregos, que deve ser de interesse da sociedade brasileira dar apoio à concepção e à implementação dessa iniciativa.”

Mas, embora a metodologia do estudo tenha sido detalhada com clareza, é preciso reconhecer que os parâmetros da análise podem se alterar com o passar do tempo e a evolução da economia geralmente não corresponde ao previsto em modelos que supõem a continuidade de determinados arranjos institucionais e de certas condições estruturais. Por exemplo, podem ser introduzidas inovações tecnológicas e organizacionais que aumentem muito a produtividade do trabalho, tornando muito improvável que em função da realização dos Jogos sejam gerados mais de dois milhões de empregos no País, até 2027. Ou ainda, as decisões de gasto dos agentes econômicos podem se modificar em razão de acontecimentos que não poderiam ser previstos no modelo – contrariando a matriz de insumo-produto calculada pelo IBGE (a mais recente se refere a 2000-2005), que geralmente é usada para prever o encadeamento dos impulsos intersetoriais gerados por investimentos num determinado segmento da economia nacional. Desse modo, há uma série de circunstâncias que podem invalidar as premissas de qualquer projeção e tornar a contribuição efetiva dos Jogos ao crescimento do PIB muito aquém do estimado.

Em adição, é importante explicar que os setores econômicos que potencialmente serão mais beneficiados pelos gastos associados aos Jogos não apresentam alto impacto para a economia local ou nacional e que a concentração de investimentos no Rio de Janeiro não deve contribuir para a redução das desigualdades regionais.

De fato, análises econômicas baseadas em metodologia mais rigorosa sugerem que megaeventos como as Olimpíadas-2016 são “estratégias de alto risco”, que não contribuem de modo significativo para o desenvolvimento de um país (OLIVEIRA, 2011, p. 272):

“Para os países periféricos, onde o déficit de serviços públicos é crônico e a infraestrutura é escassa, sobretudo no que tange aos equipamentos esportivos, a empreitada dos megaeventos beira um ato de fé. Embora não existam dúvidas de que a mobilização de poupança pública resulta em crescimento econômico, como estabelece a teoria keynesiana, não existem indicações concretas de que os setores beneficiados pelos megaeventos são aqueles com maior capacidade de alavancar a economia brasileira.

Finalmente e mais importante, os relatórios oficiais e a literatura econômica provam que os investimentos associados aos megaeventos não contribuem para a redução das desigualdades regionais, pois a concentração de gastos nas áreas dinâmicas do País tende a reter os efeitos multiplicadores dentro de suas próprias fronteiras, o contrário do que é esperado quando o aporte é realizado nas regiões menos dinâmicas.”

Completando a exposição, outra estimativa que precisa ser mencionada diz respeito ao impulso para o turismo internacional. A previsão inicial do Ministério do Turismo era que o número de turistas estrangeiros no Brasil cresceria de forma expressiva com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos: em 2016, deveria ser entre 10% e 15% superior ao de 2015 (TURISMO..., 2009). Mas, evidentemente, essa projeção se baseava em cenários bastante favoráveis sobre a situação econômica externa e a interna.

A cidade do Rio de Janeiro tem sido considerada, há algum tempo, o principal destino turístico do hemisfério sul. Nos próximos anos, a realização da Copa do Mundo de Futebol deve ajudar a

divulgar ainda mais seus atrativos, que vão além das praias e do carnaval. E, se for capaz de oferecer aos diferentes tipos de estrangeiros uma rede hoteleira moderna e eficiente, é provável que o Rio consiga ampliar também o turismo de negócios.

Portanto, é possível aproveitar os Jogos (e a Copa) para impulsionar de modo consistente a “indústria do turismo”, que abarca empresas de diferentes segmentos econômicos, em especial de hotelaria e transporte de passageiros (aéreo e rodoviário), com impacto derivado para os ramos de alimentação, entretenimento, serviços de táxi e aluguel de veículos, entre outros. Contudo, a concorrência vem aumentando e não há garantias de que o setor hoteleiro como um todo vai se beneficiar com a expansão do turismo provocada pelos Jogos de 2016, o mesmo valendo para o conjunto das demais empresas turísticas. E é importante mencionar que os megaeventos podem influenciar também o turismo doméstico, cujo peso no País é muito maior do que o internacional. Mas, como os Jogos serão disputados entre 5 e 21 de agosto – fora da época de férias no Brasil –, ainda é difícil estimar quantos brasileiros apaixonados por esporte viajarão para o Rio para ver de perto as Olimpíadas. Sem dúvida, dependerá dos preços de hospedagem, transporte e alimentação.

Perspectivas e questionamentos

O planejamento e a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos se transformaram num desafio de extrema complexidade, que requer a participação do Estado como protagonista. De acordo com Bolívar Pêgo, coordenador de Desenvolvimento Urbano da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do IPEA, o Brasil dispõe de recursos humanos, financeiros e tecnológicos para vencer esse desafio com méritos. Em entrevista à revista *Desafios do Desenvolvimento*, ainda em 2009, ele destacava quatro pontos que merecem atenção especial dos comitês organizadores, por serem fundamentais para a funcionalidade e qualidade dos serviços que vão garantir o bem-estar dos milhares de turistas que irão invadir

o Rio de Janeiro, assim como dos cidadãos locais: 1) modernização dos aeroportos e dos serviços aeroportuários; 2) preparação do brasileiro para o contato direto com estrangeiros; 3) organização de força de segurança centralizada em um único comando (com participação das instituições de segurança pública, seja municipal ou estadual, em parceria com as forças armadas); e 4) atenção com a eficiência do gasto público. Além disso, argumentava que a preparação desse megaevento exige uma ação articulada entre os três níveis de governo e o setor privado, com acompanhamento do Congresso Nacional, de órgãos de controle e de órgãos de gestão ambiental, de forma a dar agilidade aos processos de investimento com a devida supervisão das obras de infraestrutura (MORAIS; EUZÉBIO, 2009, p. 26).

Ao apresentar o legado desejado dos Jogos, a Autoridade Pública Olímpica esclarece que os investimentos previstos estão centrados em quatro prioridades-chave claramente integradas ao planejamento de longo prazo do Rio: i) transformação da cidade; ii) inserção social; iii) juventude e educação; e iv) esportes. A promessa de que os Jogos contribuirão para “o início de uma nova era para o Rio”³⁰ abrange vários avanços: melhoria da qualidade do ar, melhoria dos transportes públicos (criação do anel de transporte de alta capacidade), melhorias na segurança pública, preservação da maior floresta urbana do mundo (incluindo o plantio de 24 milhões de árvores até 2016) e projetos importantes de renovação (em especial, a transformação da zona portuária em um grande bairro residencial, de entretenimento e turismo, que renovará o elo entre o porto e o coração da cidade). Quanto à inserção social, a promessa é de avanços nas áreas de habitação (as vilas olímpicas deixarão prédios de apartamentos com 24 mil quartos), treinamento (48 mil adultos e jovens terão acesso a programas de desenvolvimento de habilidades) e emprego (50 mil empregos temporários e 15 mil empregos permanentes serão criados em empresas de eventos, gestão esportiva, turismo e nas

³⁰ Cf. <http://www.apo.gov.br/site/legado/>.

instalações, além de um número considerável de empregos na construção civil). De fato, a perspectiva da APO expressa a preocupação de mostrar que os legados dos Jogos extrapolam o âmbito esportivo, mas não são motivados por ganhos econômicos, talvez para obter maior legitimidade junto à população.

O receio de que as Olimpíadas sirvam somente a interesses comerciais tem mobilizado aqueles que acreditam ser fundamental que a sociedade como um todo seja beneficiada pelo megaevento e, por isso, acompanham atentamente o processo de execução dos projetos. O comprometimento de um montante bastante expressivo de verbas públicas foi acompanhado de várias promessas em termos de impactos e legados, que vão além da promoção da imagem da cidade (e do País) para atrair turistas e investimentos privados. Neste sentido, de acordo com dissertação de mestrado orientada por Maria Lúcia Werneck Teixeira Vianna (UFRJ), é preciso evitar que as obras de infraestrutura urbana previstas fiquem desconectadas de um planejamento estratégico de longo prazo, assim como é preciso providenciar programas sociais que permitam incluir segmentos desprivilegiados da população entre os beneficiados. Em suma, é necessário impedir que a participação do Estado seja pautada apenas no atendimento de interesses imediatos de grupos privados (LO BIANCO, 2010, p. 114-115):

“O choque latente entre o interesse comercial e a possibilidade de ações sociais efetivas fica explícito, conforme vimos, em algumas áreas do projeto carioca, como o modelo de transformação da Zona Portuária, o privilégio de ações públicas na região da Barra da Tijuca e a construção da Vila Olímpica por uma construtora privada – que possuirá direitos de comercialização dos edifícios após os Jogos. Como vimos, os Jogos podem gerar um impacto positivo para a economia não somente local, mas, por vezes, nacional, desde que a premissa da coordenação entre Estado e mercado pautar a organização do evento, dado que assim os riscos de ‘captura’ do Estado diminuam.”

Parece haver certo consenso de que, para extrair o máximo de benefícios das oportunidades geradas pelas Olimpíadas é necessário não desperdiçar os potenciais impactos positivos provocados pela preparação e realização do megaevento, assim como garantir a obtenção de um legado duradouro, especialmente em infraestrutura. As lições de edições anteriores ajudam a entender o que é preciso para legitimar o projeto olímpico: administrar o orçamento com eficácia e transparência; envolver amplamente a comunidade; e oferecer um legado atraente que melhore a qualidade de vida do cidadão. As edições que foram consideradas bem-sucedidas e exemplos a serem seguidos são justamente aquelas que foram capazes de apresentar o megaevento como parte de uma agenda maior de desenvolvimento urbano, e não como um fim em si mesmo (RITCHIE, 2012).

Entretanto, é importante registrar que o modelo de desenvolvimento urbano associado com a realização de megaeventos esportivos, geralmente, costuma estar dirigido por uma lógica empresarial, que prioriza o fortalecimento das condições de competitividade oferecidas pela metrópole, numa era de globalização econômica e cultural. Esta gestão corporativa de grandes cidades que competem entre si, evidentemente, não coaduna com uma gestão democrática voltada para atender os interesses coletivos. A realização das Olimpíadas expressa claramente como opera o discurso em prol da parceria entre o setor público e o setor privado, defendida como condição inexorável do novo modelo de desenvolvimento, mas que acaba resultando numa distribuição desigual dos benefícios, com favorecimento de certos grupos econômicos e políticos e com prejuízo da maior parte da população (BIENENSTEIN; SANCHEZ; MASCARENHAS, 2012).

Em consequência, alguns urbanistas temem que, além de reforçar uma nova concepção de cidade, pensada apenas a partir de uma racionalidade instrumental, os Jogos contribuam para distorcer os processos decisórios relativos ao planejamento urbano e aos rumos do desenvolvimento no Rio de Janeiro. Neste cenário mais negro, estariam perdendo força os mecanismos republicanos

de representação de interesses à medida que são redefinidas as formas de poder, uma vez que a maior urgência nas decisões tem levado a uma flexibilização das normas legais e dos controles políticos. O resultado deste processo aponta para uma crescente interferência de interesses privados na definição das políticas públicas, conduzindo para a possível instauração de uma “cidade de exceção”, na qual prevalece a “democracia direta do capital” (VAINER, 2011, p. 12).

As observações feitas ao longo deste capítulo procuraram subsidiar reflexões sobre o papel do Estado na preparação dos Jogos do Rio-2016. Por ser um ponto relevante da agenda política nacional, é muito importante que a sociedade brasileira seja informada a respeito de perguntas muito simples: quanto custará ao País o privilégio de sediar os Jogos? Como serão divididos tais custos? Quem vai lucrar com a realização desse megaevento? Quais os legados desejados e quais os ônus indesejados? Durante os próximos anos, esses questionamentos serão frequentes.

Infelizmente, estas perguntas ficarão sem respostas definitivas durante muito tempo. Por exemplo, o custo final da organização e realização das Olimpíadas de 2016 (para o Poder Público) só será divulgado oficialmente dois anos depois do encerramento dos Jogos, em 1º de agosto de 2018 (conforme determina a lei que concede isenção fiscal total aos organizadores do megaevento e define o prazo para a prestação de contas). Nesta data, deve ser divulgada a renúncia fiscal total, ou seja, quanto o COI e seus parceiros deixaram de pagar em impostos ao governo brasileiro (valor estimado atualmente em R\$ 3,8 bilhões). Além disso, deverá ser divulgado o efetivo aumento na arrecadação de impostos promovida pelos Jogos (se houver), a geração de empregos e o número de estrangeiros que visitou o Brasil para acompanhar os Jogos.

Embora existam vários motivos para acreditar que as projeções feitas a respeito dos prováveis impactos econômicos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 estejam superestimando a real capacidade que este megaevento tem de influenciar o crescimento

econômico e aquecer o mercado de trabalho, parece plausível supor que haverá efeitos positivos. Provavelmente, tais impactos se concentrarão no Rio de Janeiro, em especial nos segmentos da construção e do turismo, nos quais haverá geração direta de empregos. Além disso, o megaevento poderá ajudar a criar um ambiente de otimismo e a atrair investimentos privados em uma gama de outras atividades. Contudo, a desaceleração da economia brasileira desde 2011 fez várias empresas adiarem projetos de investimento. Por isso, ainda é muito cedo para fazer projeções confiáveis sobre os efetivos impactos dos Jogos sobre a economia nacional, ou mesmo metropolitana.

Os principais legados, mais duradouros, provavelmente não serão no campo econômico. A revitalização urbana é a principal das benesses prometidas para a população do Rio. Mas, para que isto aconteça de maneira a otimizar a aplicação dos recursos públicos, é importante que os investimentos não se concentrem na Barra. Sem dúvida, se bem aproveitados, os Jogos de 2016 podem contribuir como catalisadores no almejado processo de alquimia do Rio de Janeiro porque legitimam investimentos públicos em áreas estratégicas de infraestrutura, ajudam a preservar o meio ambiente e as belezas naturais da região, melhoram os indicadores de segurança pública, além de apoiar hábitos esportivos saudáveis e fortalecer a inclusão social de pessoas com algum tipo de deficiência física³¹. Em acréscimo, podem difundir em todos os cantos do mundo a imagem de uma “cidade maravilhosa”.

Pode acontecer, contudo, dos Jogos não trazerem o legado esperado. Foi o que ocorreu em Athens-2004 por causa de um fator imprevisível: o medo do terrorismo, que reduziu as receitas com o turismo e ampliou bastante os gastos com segurança. Neste caso, o legado incluiu uma grande dívida assumida pelo governo grego.

³¹ É bom insistir que são necessárias políticas complementares para garantir os legados desejados. Por exemplo, a construção de novas instalações esportivas não é suficiente para a democratização do acesso e para o estímulo à prática esportiva de grupos socialmente marginalizados (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2010).

Em adição, houve denúncias de superfaturamento de obras, uso indevido de recursos públicos e corrupção. E as instalações agora ociosas sugerem que o dinheiro poderia ter sido aplicado em áreas mais prioritárias.

No caso do Rio-2016, espera-se que sejam evitados os perigos de um endividamento público excessivo do Município, que poderia prejudicar políticas públicas em outras áreas prioritárias, assim como devem ser tomadas todas as providências para não ocorrerem sérios problemas com transporte e segurança, que poderiam passar a imagem de uma cidade despreparada, desorganizada e perigosa. Além disso, é preciso evitar falsas expectativas, não deixar que a população acredite numa transformação milagrosa da cidade, ou que os Jogos vão funcionar como uma espécie de panaceia para todos os males que afligem os moradores atualmente.

Outro ponto a considerar é que os possíveis efeitos positivos não vão beneficiar toda a população da metrópole de forma homogênea. Alguns segmentos econômicos e sociais serão mais beneficiados que outros. Alguns já estão sendo prejudicados, como afirmam diversas organizações populares³². E, se a aplicação de recursos públicos na preparação para os Jogos provocar o adiamento da ampliação do sistema estadual de atenção à saúde, impedir que a Prefeitura eleve os salários dos funcionários, ou levar o governo federal a reduzir suas transferências para investimento em saneamento básico na região, parcelas significativas da população serão afetadas negativamente. Por isso, convém garantir que não haverá desvio de recursos destinados à área social (tanto do governo estadual como do municipal).

Para finalizar, seria muito bom se a realização dos Jogos do Rio-2016 se transformasse numa rica oportunidade de aprendizado para a sociedade brasileira (e carioca), uma vez

³² Por exemplo, o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio: <http://comitepopulario.wordpress.com/>.

que exige: (i) que as decisões do poder público sejam tomadas de forma responsável e democrática, (ii) que a execução dos orçamentos seja plenamente transparente e (iii) que os legados positivos sejam duradouros. Se isto vier a acontecer, é possível que a participação do Estado nesse megaevento seja legitimada pelo conjunto da sociedade carioca e por amplos setores da população brasileira³³.

³³ Essa legitimação é feita, em grande medida, pelos meios de comunicação de massa, que ajudam a formar a opinião pública. Em geral, a mídia brasileira pouco discute o legado olímpico no campo dos valores esportivos, da conduta ética ou da educação humanista, preferindo destacar aspectos técnicos e utilitários (SILVA et al., 2011).

Considerações Finais

“A Copa e as Olimpíadas são grandes oportunidades de investimentos para o país. [...] O Brasil investiria em aeroportos independentemente de receber a Copa. Nós melhoraríamos as vias urbanas para o tráfego nas cidades e nas metrópoles e ampliaríamos o metrô independentemente da Copa. Isso não é investimento para a Copa, é investimento para o desenvolvimento do país.

[...] a Copa do Mundo e as Olimpíadas induzem, aceleram, antecipam soluções e problemas com os quais poderíamos nos deparar daqui a mais tempo, e que trazem o desafio de resolvê-los. Esses dois eventos, na verdade, dão para o Brasil duas oportunidades. A primeira é melhorar áreas em que o país já tem desempenho bom e pode melhorar. A segunda possibilidade é a de superar deficiências. [...] Como qualquer país, temos pontos em que somos bons e temos pontos em que somos evidentemente deficientes e vamos enfrentar esses dois lados na Copa do Mundo e nas Olimpíadas.” (REBELO, 2013, p. 28).

“Brazil’s citizens are being hit with higher bus fares and massive claims on health and welfare budgets. Up to half a million people may take to the streets this weekend to complain of ‘first world stadiums, third world schools’. What is impressive about the demonstrators is that they appear not to be against sport as such, but against the extravagance of their staging. They are talking the language of priorities. [...] The World Cup and the Olympics are television events that could be held at much less expense and ballyhoo in one place. As it is, host nations are deluged with promises of ‘legacy return’ that everyone knows are rubbish. Costs escalate to an

extent that would see most managers in handcuffs, but gain bonuses and knighthoods for Olympic organisers. [...] London's £9bn extravaganza was not necessary to host an international athletics show. It should have been the last such display of conspicuous consumption by the rich in the face of the poor. Yet Rio de Janeiro is now saddled with not one extravaganza but two. So congratulations to Brazilians for saying what Britain last year lacked the guts to say: that sometimes enough is enough.” (JENKINS, 2013).

O discurso oficial do governo federal – que pode ser sintetizado em diversas entrevistas concedidas pelo Ministro do Esporte, Aldo Rebelo – tem insistido na tese de que sediar os dois principais megaeventos esportivos da atualidade pode proporcionar benefícios econômicos duradouros para o Brasil. Para ele, a Copa e os Jogos Olímpicos deixarão legados em vários campos (em especial, no âmbito do esporte) e constituem excelentes oportunidades para uma modernização em áreas consideradas prioritárias (transporte aéreo, mobilidade urbana e telecomunicações) e para impulsionar o turismo internacional. Desde que sejam bem planejados e reforçados por políticas públicas, tais legados poderiam beneficiar tanto a população em geral como importantes setores econômicos. Mas, por requerer um “esforço multilateral”, que envolve a colaboração de governos estaduais, prefeituras, entidades esportivas e empresas privadas, o sucesso da estratégia não depende apenas de iniciativas da esfera federal (REBELO, 2013, p. 27).

No entanto, as reportagens mais recente publicadas pela mídia nacional sobre os megaeventos esportivos no Brasil têm enfatizado o atraso ou suspensão de obras de infraestrutura programadas, o aumento nos valores previstos para a construção ou reforma de estádios e a desconfiança de que os legados prometidos não se realizarão. Um número crescente de jornalistas tem assumido uma postura crítica: questionando o papel do Estado ou os poderes

concedidos aos comitês organizadores, confrontando os interesses embutidos no discurso otimista de autoridades governamentais e dirigentes esportivos, buscando indícios de superfaturamento ou irregularidade nos contratos firmados, ou denunciando o descaso com as consequências para o meio ambiente e a violação de direitos humanos nas áreas afetadas. Além de acompanhar o andamento de projetos que envolvem orçamentos milionários e detalhar as diferentes exigências da FIFA e do COI, parte da mídia tem procurado cobrar o cumprimento das promessas de melhorias no transporte urbano, na segurança pública e em outros aspectos, assim como iluminar o palco político da preparação para a Copa e para os Jogos. Algumas manchetes publicadas em variados veículos de comunicação ajudam a dar uma ideia de como essa postura tem sido recorrente:

“Gastos com a Copa já superam em R\$ 3,5 bi o previsto” (O Globo, 9/11/2012).

“Câmara concede benefícios fiscais a organizadores da Olimpíada 2016” (Jornal do Brasil, 28/11/2012).

“Jogos Olímpicos do Rio estão chegando e ninguém sabe o preço” (O Estado de São Paulo, 5/12/2012).

“Plano urbano do Rio não pode ficar refém de megaeventos, advertem urbanistas” (BBC Brasil, 22/01/2013)

“Brasília: um monumento bilionário ao desperdício na Copa” (Veja, 6/03/2013).

“Interdição do Engenhão: legado da Copa e Olimpíada em cheque” (The Brazilian Post, 11/04/2013)

“RDC [Regime Diferenciado de Contratação] é o primeiro legado das Copas” (Folha de Pernambuco, 21/04/2013)

“Orçado em R\$ 1,12 bi, Maracanã ainda irá consumir mais R\$ 546 mi” (UOL, 7/05/2013).

“*Obras da Copa têm ritmo lento*” (Correio Braziliense, 02/06/2013).

A preocupação com o legado social negativo dos megaeventos esteve estampada na reportagem de capa da revista *Carta Capital*, publicada em 10 de junho de 2013, que fez referência direta às regiões esquecidas na alocação de recursos públicos para as inúmeras obras que estão remodelando o Rio de Janeiro, mas reproduzindo uma “cidade partida”. Embora reconhecendo que os investimentos exigidos para sediar a Copa e os Jogos tenham contribuído para impulsionar a taxa de crescimento da economia carioca (atualmente, bem maior que a média nacional), a matéria apresenta o questionamento de críticos que defendem um estilo de desenvolvimento mais inclusivo. A pergunta que vários cidadãos têm feito é muito simples: “Os 16 bilhões de reais em investimentos para os megaeventos esportivos vão reduzir as iniquidades e recuperar o brilho do Rio? Ou aprofundar a desigualdade econômica e social na metrópole?” (MARTINS, 2013).

Tais questionamentos e preocupações ganharam muita visibilidade durante a realização da Copa das Confederações, em junho de 2013, em razão das reverberantes manifestações populares, que levaram milhões de pessoas às ruas das principais capitais do País. Embora tenham sido motivados por uma gama de insatisfações e demandas sociais não relacionadas diretamente com o esporte, os protestos que eclodiram em cidades que se preparam para sediar a Copa do Mundo tiveram também o objetivo de denunciar a extravagância dos gastos com estádios belíssimos, contrastando com a péssima qualidade dos serviços de transporte coletivo urbano e com as precárias instalações destinadas a escolas e hospitais públicos (conforme frisa a epígrafe do jornalista Simon Jenkins em artigo publicado no *The Guardian*). Provavelmente, as críticas dirigidas ao descaso de governantes e à arrogância de dirigentes obrigarão o poder público a rever gastos com a máquina administrativa, assim como intensificar a fiscalização e o combate à corrupção. Dessa forma, os responsáveis pela organização da Copa e dos Jogos terão de justificar melhor a participação do Estado na

construção e reforma de arenas e oferecer maior transparência às medidas que atendem as exigências da FIFA e do COI. As manchetes a seguir explicitam os descontentamentos e mostram reações imediatas a essas manifestações:

“Protestos pelo Brasil abrem brecha para que Copa custe mais do que os R\$ 33 bi estimados” (Folha de São Paulo, 20/06/2013).

“Repudiadas por cariocas, reforma e concessão do Maracanã abrem ferida” (Carta Maior, 22/06/2013).

“Gasto com Copa do Mundo não é problema da Fifa, diz Blatter” (Exame, 28/06/2013).

“‘Megaeventos esportivos estão sendo impostos’, diz Comitê Popular da Copa” (Terra, 29/06/2013).

“Gastos com a Copa devem receber fiscalização mais rigorosa” (Zero Hora, 29/06/2013).

“Blatter: ‘Não entendo por que de 2007 até agora não foi feito mais, como estabelecido.’” (Lance!net, 30/06/2013).

A contribuição que estudos acadêmicos podem oferecer para esclarecer o debate das questões levantadas por distintos meios de comunicação (e que está atingindo várias esferas da política nacional) parece ganhar maior relevância. Frequentemente, nota-se certa confusão na difusão de informações relativas à realização desses megaeventos esportivos e na interpretação de seus impactos econômicos e legados prováveis.

Como ficou claro no primeiro capítulo deste livro, a abordagem acadêmica contempla a definição de conceitos e a análise de proposições teóricas fundamentadas em: observação de experiências concretas de planejamento e execução de políticas; comparação de estratégias de financiamento e organização de torneios; e discussão de critérios de avaliação de resultados. Mas, por ser um campo de estudo relativamente novo no País, as

metodologias destinadas a projetar e avaliar os impactos econômicos de um megaevento esportivo ainda estão sendo testadas e validadas. Muitas vezes, estudos com a aparência de rigor científico se baseiam em hipóteses frágeis e postulam conclusões pouco prováveis. Outras vezes, as informações disponíveis são insuficientes para possibilitar afirmações conclusivas ou convincentes.

É importante frisar que foram apresentadas análises *ex-ante* e *ex-post* sobre edições recentes da Copa do Mundo e das Olimpíadas com o propósito de confrontar projeções sobre os impactos potenciais de um megaevento com estimativas mais realistas dos resultados efetivamente obtidos. A literatura internacional sobre o tema – ou pelo menos as análises mais respeitadas – confirma que há sistematicamente um exagero intencional nas projeções feitas no período de candidatura e preparação, ao passo que as avaliações posteriores indicam impactos bem mais modestos.

Alguns estudos estabelecem uma diferenciação entre os impactos econômicos e os legados econômicos dos Jogos e de outros megaeventos, uma vez que os impactos dizem respeito aos efeitos imediatos causados pela preparação e realização das competições (e são geralmente temporários), ao passo que os legados podem demorar mais para serem percebidos (e são mais duradouros). Mais importante, porém, é a diferença relativa aos tipos de legados deixados: esportivos, econômicos, sociais, ambientais, urbanos, entre outros. É difícil estimar todos os efeitos imediatos e os de longo prazo, ou mensurar todos os impactos primários e secundários. Mas, podem ser elencados os prováveis legados materiais e imateriais desses dois megaeventos.

Note-se que, para legitimar o volume de gastos públicos efetuados em razão das exigências impostas aos responsáveis pela realização de um megaevento esportivo, tem sido mais convincente o uso de argumentos que destacam seus legados não econômicos, uma vez que as expectativas em torno de impactos econômicos com frequência são frustradas – seja em países desenvolvidos, seja em países em desenvolvimento.

Ao examinar os impactos projetados e os legados esperados da próxima edição da Copa do Mundo ou dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, foram enfatizados aspectos passíveis de quantificação (ou estimação), comuns a ambos. Não foram considerados benefícios intangíveis que permanecem após a realização de um megaevento esportivo, como o acúmulo de *know-how*, a melhoria da imagem do país no plano internacional, o sentimento de ganho em qualidade de vida. No caso específico das Paralimpíadas, o principal legado esperado é bastante promissor: uma valorização maior da capacidade de trabalho de pessoas com deficiência e uma aceitação maior dessas alteridades na sociedade brasileira como um todo.

O presente livro buscou colocar em discussão, em especial, as possibilidades de aproveitar a Copa e os Jogos para impulsionar a economia, criar empregos, revitalizar áreas urbanas, estimular o turismo internacional. Segundo os especialistas no tema, é aconselhável não gerar expectativas muito elevadas no que se refere à geração de postos de trabalho (em termos de volume, qualidade e duração dos empregos que estão sendo gerados) e ao crescimento do nível de atividades econômicas (uma vez que os segmentos diretamente envolvidos têm baixa capacidade de irradiar dinamismo para o conjunto da economia), mesmo no caso do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, é preciso ter clareza quanto aos custos efetivos para os cofres públicos, considerando-se inclusive as renúncias fiscais e os gastos futuros com a manutenção de instalações, além do pagamento das dívidas assumidas.

Importante esclarecer que o governo federal utilizou a preparação desses dois megaeventos esportivos como um trunfo para criar uma atmosfera de otimismo em 2009, quando a prioridade era a recuperação da economia brasileira. Até 2010, em razão das perspectivas favoráveis de crescimento econômico sustentado na década seguinte, muitos analistas acreditavam que o setor privado faria investimentos na expansão da rede hoteleira e participaria ativamente dos esforços de modernização da infraestrutura de transportes. Contudo, em consequência da crise internacional crônica e seus efeitos sobre a economia nacional a

partir de 2011, o setor privado tem adiado investimentos, enquanto o setor público encontrou embaraços para fazer deslanchar o PAC. Portanto, as mudanças nos cenários externo e interno exigem que sejam refeitas as projeções sobre os prováveis impactos econômicos do Mundial e das Olimpíadas. Ao mesmo tempo, a efetivação dos gastos programados (mesmo com o cronograma atrasado) parece continuar relevante na estratégia adotada pelo governo federal para propiciar maior agilidade na execução de grandes projetos, recuperar a confiança dos investidores e retomar a trajetória de desenvolvimento do País.

É preciso reconhecer que o dinheiro público destinado a viabilizar a realização da Copa e dos Jogos, embora elevado, corresponde a uma pequena parcela do volume de investimentos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento – ou seja, não representa um esforço demasiado para o governo federal. De forma análoga, os empréstimos concedidos pelo BNDES relacionados com os megaeventos correspondem a pequena porcentagem do total de empréstimos concedidos anualmente pelo banco de desenvolvimento. Mas, é possível que as dívidas assumidas por algumas prefeituras e governos estaduais acarretem restrições para programas e iniciativas em outras áreas prioritárias. Nesse caso, a comprovação de um legado social substantivo pode ser crucial para legitimar a decisão política de sediar um megaevento esportivo.

O livro também buscou evidenciar que os recursos públicos podem ter distintos usos alternativos³⁴, produzindo resultados que podem ser considerados muito benéficos para uns e indesejáveis para outros. Sem dúvida, é fundamental reconhecer que a definição de prioridades na agenda pública ocorre em meio a conflitos de

³⁴ Falar em “custo de oportunidade” não implica propor que as decisões de alocação de recursos públicos devam ser guiadas por uma racionalidade puramente econômica, uma vez que o Poder Executivo (em seus três níveis de governo) deve adotar critérios múltiplos para contemplar uma ampla gama de demandas sociais.

interesses geralmente legítimos e que a composição dos gastos públicos sempre acaba produzindo “vencedores” e “perdedores”. No caso dos megaeventos esportivos em tela, o processo de legitimação dos gastos tem recorrido a uma campanha enganosa (baseada em promessas pouco prováveis), que apresenta a Copa e os Jogos como uma estratégia eficiente para estimular o desenvolvimento econômico local, mas sem discutir o caráter desse desenvolvimento e desconsiderando as enormes desigualdades regionais e sociais preexistentes no País. Infelizmente, há indícios de que seus principais legados ficarão concentrados em poucas regiões e beneficiarão poucos segmentos sociais, não havendo sinais de que os segmentos prejudicados serão recompensados de algum modo.

Espera-se, em suma, ter contribuído para estimular um debate profícuo na sociedade brasileira sobre o papel do Estado na realização de megaeventos esportivos e para reforçar os apelos por mais transparência na alocação de recursos públicos e pela adoção de mecanismos mais eficazes de fiscalização. Espera-se, também, ter deixado evidente que o caráter especulativo das projeções divulgadas acabou reforçando análises maniqueístas das questões envolvidas (como se os resultados esperados fossem totalmente positivos ou negativos), pouco contribuindo para um entendimento mais amplo do tema. Espera-se, por fim, ter demonstrado a necessidade de estudos isentos (tanto *ex-ante* como *ex-post*) destinados a avaliar com maior acuidade as potenciais correlações econômicas, assim como os impactos gerados e a herança deixada pela Copa do Mundo e pelas Olimpíadas no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ABDALA, V. Maior legado das Olimpíadas será despertar consciência sobre importância do esporte, diz ministro. Portal da *Agência Brasil*, Empresa Brasil de Comunicação, 5.dez.2011. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-12-05/maior-legado-das-olimpiadas-sera-despertar-consciencia-sobre-importancia-do-esporte-diz-ministro>
- ALM, J. *World Stadium Index*. Stadiums built for major sporting events – bright future or future burden? Copenhagen: Danish Institute for Sports Studies; Play the Game, 2012.
- ALMERS, S; MAENING, W. Economic impacts of the FIFA Soccer World Cups in France 1998, Germany 2006, and outlook for South Africa 2010. *Eastern Economic Journal*, no. 35, p. 500-519, 2009.
- AMATO, C. Weighing the World Cup's worth. *Times Live*, 22 August 2010. Available in: <http://www.timeslive.co.za/business/article615086.ece/Weighing-the-World-Cups-worth>
- ARAÚJO, L. S. *Um estudo econômico das sedes dos Jogos Olímpicos*. Campinas: Unicamp, 2007. (Monografia, Graduação em Economia)
- BAADE, R. Is there an economic rationale for subsidizing sports stadiums? *Heartland Policy Study*, n. 13, USA, 1987.
- BAADE, R; BAUMANN, R; MATHESON, V. Selling the big game: estimating the economic impact of mega-events through taxable sales. *Faculty Research Series*, Paper n. 05-10, College of the Holy Cross, Department of Economics, USA, 2005.
- BARROS, C. Promessa da Copa de melhor mobilidade urbana não será cumprida. *Pública – Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo*, 24.jan.2013. Disponível em: <http://www.apublica.org/2013/01/promessa-da-copa-2014-de-melhorar-mobilidade-urbana-nao-sera-cumprida/>

- BIENENSTEIN, G.; SANCHEZ, F.; MASCARENHAS, G. The 2016 Olympiad in Rio de Janeiro: who can/could/will beat whom? *Esporte e Sociedade*, ano 7, n. 19, março, 2012.
- BLATTER, J. Depoimento. *Cadernos FGV Projetos*, ano 8, n. 22, p. 10-15, jun/jul. 2013. (Futebol e desenvolvimento socioeconômico)
- BLITZ, R. City clears the first Olympic hurdles. *Financial Times*, July 27, 2009. (London 2012 Games & Legacy – Special Report)
- BNDES amplia para R\$ 2 bi orçamento do Procopa Turismo. Portal do Ministério do Turismo. Notícias. Brasília, 2 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20121002-2.html
- BOHLMAN, H; VAN HERDEEN, J. Predicting the economic impact of the 2010 FIFA World Cup in South Africa. Pretoria-SA: Department of Economics University of Pretoria, 2008.
- BOSCH, M. Copa vai criar mais empregos para a África do Sul, diz Zuma. *Reuters Brasil*, 22 jun. 2010. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/sportsNews/idBRSPE65L06620100622?sp=true>
- BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. *I Balanço das ações do governo brasileiro para a Copa 2014*. Brasília: Ministério do Esporte, jan. 2011. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/futebolDireitosTorcedor/copa2014/balancoCopa2014.pdf>
- BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. *V Balanço das ações do governo brasileiro para a Copa 2014*. Brasília: Ministério do Esporte, set. 2013. Disponível em: http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/balanco_copa_set2013.pdf

- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo no Brasil: 2011-2014*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BRENKE, K.; WAGNER, G. The Soccer World Cup in Germany: a major sporting and cultural event – but without notable business cycle effects. *DIW Berlin Weekly Report*, Berlin, v. 2, no. 3, p. 23-31, 2006.
- BURNETT, C. Assessing development of the 2010 soccer World Cup. *ICSSPE Bulletin*, Berlin, special issue, June 2008.
- CÂMARA concede benefícios fiscais a organizadores da Olimpíada 2016. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28.nov.2012. Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2012/11/28/camara-concede-beneficios-fiscais-a-organizadores-da-olimpiada-2016/>
- CAMARGO, L. W. F. *Os impactos urbanos da Copa do Mundo de 2014 no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2012. (Monografia, Graduação em Ciências Econômicas)
- CASHMAN, R. *The bitter-sweet awakening: the legacy of the Sydney 2000 Olympic Games*. Sydney: Walla Walla Press, 2005.
- CHADE, J. Olimpíada e Copa trazem prejuízo social. *O Estado de São Paulo*, 5.mar.2010.
- CHADE, J. Jogos Olímpicos do Rio estão chegando e ninguém sabe o preço. *O Estado de São Paulo*, 5.dez.2012.
- CHAHAD, A. Todos orçamentos de Jogos foram além do previsto, diz Nuzman. Portal *Terra*, Esportes, 22.fev.2010.
- CIRCUITO de altas cifras. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5.dez.2011.
- COATES, D.; HUMPHREYS, B. The growth effects of sport franchises, stadia and arenas. *Journal of Policy Analysis and Management*, USA, v. 18, n. 4, 1999.
- COATES, D.; HUMPHREYS, B. The economic consequences of professional sports, strikes and lockouts. *Southern Economic Journal*, USA, 67(3), 2001.

- COJO. Rio 2016 gerará impactos socioeconômicos positivos no Brasil. Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, Notícias, 27.set.2009. Disponível em: <http://www.rio2016.org.br/pt/Noticias/Noticia.aspx?idConteudo=1033>
- COMISSÃO especial da Lei Geral da Copa recebe representantes da FIFA e da CBF. Brasília, Ministério do Esporte, Notícias de Rádio, 8.nov.2011. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/asc om/radioVisualizarNoticia.jsp?IDNoticia=594>
- CONN, D. London 2012 euphoria has died, but will the Olympic legacy live on? *The Guardian*, United Kingdom, August 14, 2012.
- CORNELISSEN, S.; STWART, K. The 2010 Football World Cup as a political construct: the challenge of making good on an African promise. *The Sociological Review*, United Kingdom, v. 54, n. 2, p. 108-123, 2006.
- COTTLE, E. *South Africa's World Cup: a legacy for whom?* Durban-SA: UKZN Press, September, 2011.
- COTTLE, E.; CAPELA, P. R. C; MEIRINHO, A. F. Uma lição vinda da África do Sul: os cartéis da construção estão aumentando significativamente os custos de infraestrutura da Copa do Mundo Fifa 2014 no Brasil? *Motrivivência*, Florianópolis, ano XXV, n. 41, pp. 166-175, dez. 2013.
- CRACE, J. Westminster digested: thank goodness for the Olympics legacy. *The Guardian*, United Kingdom, August 15, 2012.
- DCMS. *London 2012 Olympic and Paralympic Games impacts and legacy evaluation framework*. London: Department for Culture, Media and Sport, 2009. (Final Report)
- DCMS. *London 2012 Olympic and Paralympic Games – Quarterly Report June 2012*. London: Department for Culture, Media and Sport, June, 2012.

- DELFIN, R. Prova de fogo. *Revista Gestor*, ano 4, n. 24, São Paulo, p. 86-90, abril 2013.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Copa do Mundo 2014: algumas considerações sobre a realização do evento no Brasil. *Nota Técnica*, Dieese, São Paulo, n. 110, maio, 2012.
- DO OLYMPIC host cities ever win? *The New York Times*, October 2, 2009.
- DOMINGUES, E. P.; BETARELLI JR., A. A.; MAGALHÃES, A. S. Quanto vale o show? Impactos econômicos dos investimentos da Copa do Mundo 2014 no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 409-439, abr.-jun. 2011.
- DU PLESSIS, S.; MAENING, W. World Cup 2010: South African economic perspectives and perspectives policy challenges informed by the experience of Germany 2006. *Hamburg Contemporary Economic Discussions*, n. 4, Hamburg, 2007.
- DUMINY, J.; LUCKETT, T. *Mega-events and the working poor, with a special reference to the 2010 FIFA World Cup*. South Africa: African Centre for Cities-University of Cape Town; WIEGO, April 2012. (Literature survey)
- DWYER, L.; FORSYTH, P.; SPURR, R. Estimating the impacts of special events on an economy, *Journal of Travel Research*, n. 43, 2005.
- EICK, V. Lack of legacy? Shadows of surveillance after the 2006 FIFA World Cup in Germany. *Urban Studies Journal*, Sage, v. 48, n. 15, p. 3329-3345, November 2011.
- EMBRATUR; FGV. *Proposta estratégica de organização turística: Copa do Mundo 2014 – Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Turismo; Fundação Getúlio Vargas; Ministério do Turismo, julho de 2009. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/BRASIL_final_NOVO.pdf

- ERNST & YOUNG; FGV. *Brasil Sustentável: impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014*. Rio de Janeiro: Ernst & Young Brasil; FGV Projetos, 2010. Disponível em: <http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/922.pdf>
- FARIA, R. Copa para inglês ver. *Folha de São Paulo*, Tendências/ Debates, 2.fev.2012.
- FERNANDES, B. Mensagem para o Brasil: Olimpíadas são um fracasso econômico. *Portal Terra*, 6.ago.2012. Disponível em: <http://esportes.terra.com.br/jogos-olimpicos/londres-2012/bobfernandes-londres2012/blog/2012/08/06/mensagem-para-o-brasil-olimpiadas-sao-um-fracasso-economico/>
- FIA; FIPE. *Estudo de impactos socioeconômicos potenciais da realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro em 2016*. São Paulo: Fundação Instituto de Administração; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; Ministério do Esporte, setembro de 2009. (Relatório final)
- FICKLING, D. Building is on track as recession drives down costs. *Financial Times*, United Kingdom, July 27, 2009.
- FIFA. *Fifa Financial Report 2010*. Zurich: Fédération Internationale de Football Association, 2011.
- FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). *Estudo da demanda do turismo internacional no Brasil*. Brasília, Ministério do Turismo, 10 out. 2011. Disponível em: <http://www.setur.df.gov.br/sites/400/450/00000124.pdf>
- GASTO com Copa do Mundo não é problema da Fifa, diz Blatter. *Exame.com*, Brasil, 28.jun.2013.
- GIBSON, O. One year on, what legacy has the London Olympic Games left us? *The Guardian*, London, July 26, 2013.
- GIULIANOTTI, R.; KLAUSER, F. Sport mega-events and “terrorism”: a critical analysis. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 47, n. 3, p. 307–323, 2012.

- GOLDEN GOAL. Calculando o impacto econômico de mega-eventos esportivos. Rio de Janeiro: Golden Goal Sports Venture Ltda, 2010. Disponível em: http://www.goldengoal.com.br/br//downloads/retorno_jogos_olimpicos.pdf
- GORSDORF, L. F.; HOSHINO, T. A. P. A Lei Geral dos interesses particulares. *Le Monde Diplomatique – Brasil*, ano 5, n. 52, São Paulo, 1.nov. 2011.
- GRANT THORNTON. SA 2010 FIFA World Cup a year in review: R40bn well spent with some areas still to be leveraged. *Grant Thornton News*, South Africa, June 9, 2011a. Available in: <http://www.gt.co.za/news/2011/06/sa-2010-fifa-world-cup-a-year-in-review-r40bn-well-spent-with-some-areas-still-to-be-leveraged/>
- GRANT THORNTON. *International Business Report 2011*. Focus on: Brazil (Economy Focus Series). Grant Thornton Brasil, 2011b. Available in: http://www.grantthornton.com.br/images/src/ibr_2011%20-%20brazil%20economy%20focus%20final.pdf
- GREATER LONDON AUTHORITY. Park life: the legacy of London's Olympic venues. London: London Assembly – Economy, Culture and Sport Committee, December, 2011.
- GRION, R. R. T. *Década de ouro ou década do ouro?* Breve análise sobre o legado da infraestrutura dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e suas consequências para 2014 e 2016. Campinas: Unicamp, 2010. (Monografia, Graduação em Educação Física)
- GUIMARÃES, A. S. Rio 2016, e agora? Oportunidades e desafios. *Texto para Discussão* n. 67, Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal, Brasília, dezembro, 2009.
- GUISELINI, T. *Estudo econômico da Copa do Mundo de Futebol - WM Deutchland - 2006*. Campinas: Unicamp, 2008. (Monografia, Graduação em Ciência Econômica)

- HALL, C. M. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. In: HORNE, J.; MANZENREITER, W. (eds.). *Sports mega-events: social scientific analyses of a global phenomenon. The Sociological Review* (Monograph Series), v. 54, n. 2, special issue, p. 59-70, Dec. 2006.
- HESSEL, R. Obras da Copa têm ritmo lento. *Correio Braziliense*, Brasília, 2.jun.2013.
- HORNE, J.; MANZENREITER, W. An introduction to the sociology of sports mega-events. *The Sociological Review*, United Kingdom, v. 54, n. 2, p. 1-24, Dec. 2006.
- HOTCHKISS, J.; MOORE, R.; ZOBAY, S. Impact of the 1996 Summer Olympic Games on employment and wages in Georgia. *Southern Economic Journal*, USA, v. 69, no. 3, p. 691-704, Jan.2003.
- HUBERMAN, B. Copa do Mundo de 2014, Olimpíada de 2016 e os gargalos da nossa infraestrutura. *Carta Capital*, São Paulo, ed. 625, 8.dez.2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/copa-do-mundo-de-2014-olimpiada-de-2016-e-os-gargalos-da-nossa-infraestrutura>
- IDOETA, P. A. Plano urbano do Rio não pode ficar refém de megaeventos, advertem urbanistas. *BBC Brasil*, Londres, 22.jan.2013.
- ILHA, F. Benefícios são discutíveis. *Zero Hora*, Porto Alegre, 6 jun. 2010.
- INSTITUTO ETHOS. *Jogos limpos dentro e fora dos estádios* (2014-2016). Disponível em: <http://www.jogoslimpos.org.br/transparencias/>.
- IOC. *Olympic Charter*. Lausanne: International Olympic Committee, February, 2010.

- IOC. *Legacies of the Games*. International Olympic Committee, December, 2013. Available in: http://www.olympic.org/Documents/Reference_documents_Factsheets/Legacy.pdf
- ITRI, B. Protestos pelo Brasil abrem brecha para que Copa custe mais do que os R\$ 33 bi estimados. *Folha de São Paulo*, 20.jun.2013.
- JENKINS, S. Brazil is saying what we could not: we don't want these costly extravaganzas. *The Guardian*, London, June 20, 2013.
- JOGOS Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Rio deixarão legado socioeconômico de grandes proporções. *Portal Atletas do Brasil*, 30.set.2009.
- JUSTO, M. A economia dos Jogos Olímpicos e os erros do governo britânico. *Carta Maior*, 8.ago.2012.
- KANG, Y; PERDUE, R. Long-term impact of a mega-event on international tourism to the host country: a conceptual model and the case of the 1988 Seoul Olympics. *Journal of the International Consumer Marketing*, USA, v. 6, no. 3/4, 1994.
- KFOURI, J. Nem Rio, nem Brasil. *Folha de São Paulo*, 1.out.2009.
- KFOURI, J. A Copa do Mundo é nossa? *Interesse Nacional*, n. 15, São Paulo, 2011.
- KIM, H.; GURSOY, D.; LEE, S. The impact of the 2002 World Cup on South Korea: comparisons of pre- and post-games. *Journal of Tourism Management*, vol. 27, n. 1, p. 86-96, 2006.
- KINGSLEY, P. Olympic London deserted: it's a great time to be a tourist in the capital. *The Guardian*, August 4, 2012.
- KONCHINSKI, V. Nuzman promete orçamento da Rio-2016 em 2013, mas avisa que não será definitivo. *Portal UOL*, 21.nov.2012. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2012/11/21/nuzman-promete-orcamento-da-rio-2016-em-2013-mas-avisa-que-nao-sera-definitivo.htm>

- KONCHINSKI, V. Rio-2016 já custa R\$ 29,2 bilhões e estoura custo estimado em candidatura. Portal *UOL*, 5.ago.2013. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2013/08/05/rio-2016-ja-custa-r-29-bilhoes-e-estoura-custo-estimado-em-candidatura.htm>
- KONCHINSKI, V.; SEGALLA, V. Orçado em R\$ 1,12 bi, Maracanã ainda irá consumir mais R\$ 546 mi. *Portal UOL*, Copa do Mundo, 7.maio.2013. Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/05/07/orcada-em-r-112-bi-obra-no-complexo-do-maracana-ainda-gastara-mais-r-546-mi-ate-2014.htm>
- KUPER, S.; SZYMANSKI, S. *Soccernomics: why England loses, why Germany and Brazil win, and why the U.S., Japan, Turkey and even Iraq are destined to become the kings of the world's most popular sport*. New York: Nation Books, 2009.
- LEPIANI, G. Legado olímpico: depois das medalhas, o maior desafio. *Veja*, São Paulo, 4.abr.2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/legado-olimpico-depois-das-medalhas-o-principal-desafio>
- LEPIANI, G. Brasília: um monumento bilionário ao desperdício na Copa. *Veja*, São Paulo, 6.mar.2013. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/brasilia-um-monumento-bilionario-ao-desperdicio-na-copa>
- LO BIANCO, V. L. O. *O legado dos megaeventos esportivos em questão: as mudanças ou as continuidades na cidade Rio de Janeiro pós-sede*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. (Dissertação, Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento)
- LOCOG. *LOGOC Annual Report 2010–2011*. United Kingdom: London Organising Committee of the Olympic Games and Paralympic Games, April 2011.

- LONDON 2012 Ltd. *Response to the questionnaire for cities applying to become Candidate cities to host the Games of the XXX Olympiad and the Paralympic Games in 2012*. London, UK: 2003.
- LULA define matriz de responsabilidades para os Jogos Rio 2016. Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, Notícias, 19.jul.2010. Disponível em: <http://www.rio2016.org.br/pt/Noticias/Noticia.aspx?idConteudo=1196>
- MACHADO, C. Lições olímpicas: Atenas até hoje não sabe custo dos Jogos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3.out.2012.
- MAENNIG, W; JASMAND, S. Regional income and employment effects of the 1972 Munich Olympic Summer Games. *IASE/NAASE Working Paper Series*, International Association of Sports Economists, North American Association of Sports Economists, USA, Paper no. 07-12, 2007.
- MAENNIG, W.; PORSCHE, M. The feel-good effect at mega sport events: recommendations for public and private administration informed by the experience of the Fifa World Cup 2006. *Hamburg Contemporary Economic Discussions*, no. 18, Germany, 2008.
- MAENING, W; ALMERS, S. South Africa 2010: economic scope and limits. *Hamburg Contemporary Economic Discussions*, no. 21, Germany, 2008.
- MAGALHÃES, L. E. Gastos com a Copa já superam em R\$ 3,5 bi o previsto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9.nov.2012.
- MANSUR, C. E. Estádios ou elefantes brancos? *O Globo*, Rio de Janeiro, 4.maio.2013.
- MARTINS, R. Cidade partida. *Carta Capital*, ed. 752, São Paulo, 10.jun.2013.
- MASCARENHAS, G. Barcelona 1992: um modelo em questão. In: DACOSTA, L. P.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (eds.) *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

- MASCARENHAS, F. et al. O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. *Revista da Alesde*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 15-32, out. 2012.
- MATHESON, V. Upon further review: an examination of sporting event economic impact studies. *The Sport Journal*, USA, v. 5, no. 1, 2002.
- MATHESON, V. Mega-events: the effect of the world's biggest sporting events on local, regional, and national economies. *Faculty Research Series*, USA, College of the Holy Cross, Department of Economics, Paper no. 6-10, 2006.
- MATHESON, V; BAADE, R. Mega-sporting events in developing nations: playing the way to prosperity? *South African Journal of Economics*, v. 72, no. 5, pp. 1084-1095, December 2004.
- MATTOS JUNIOR, W. de. Blatter: “Não entendo por que de 2007 até agora não foi feito mais, como estabelecido”. *Portal Lance!net*, Rio de Janeiro, 30.jun.2013.
- MAZO, J. Z.; ROLIM, L. H.; DACOSTA, L. P. Em busca de uma definição de legado na perspectiva de megaeventos olímpicos. In: DACOSTA, L. P.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (eds.) *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- “MEGAEVENTOS esportivos estão sendo impostos”, diz Comitê Popular da Copa”. *Portal Terra*, Notícias, 29.jun.2013. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/megaeventos-esportivos-estao-sendo-impostos-diz-comite-popular-da-copa,aa59e160f4d8f310VgnCLD200000ec6eb0aRCRD.html>
- MINISTÉRIO do Turismo divulga roteiro da Copa 2014. *Agência Brasil*, Brasília, 06.jan.2012. Republicado no *Portal 2014*, Sinaenco. Disponível em: <http://www.portal2014.org.br/noticias/8754/MINISTERIO+DO+TURISMO+DIVULGA+ROTEIRO+DA+COPA+2014.html>

- MINISTRO do Turismo, Luiz Barretto. Entrevista. Portal do Ministério do Turismo, Brasília, 2009. Disponível em: http://www.copa2014.turismo.gov.br/copa/copa_cabeca/detalhe/entrevista_ministro.html
- MOORE, R. How the Olympics will shape the future of east London. *The Guardian*, United Kingdom, August 19, 2012.
- MORAIS, M.; EUZÉBIO, G. L. Eventos internacionais: compensa investir? *Revista Desafios do Desenvolvimento*, n. 56, IPEA, nov./dez. 2009.
- MÜLLER, M. Measuring the regional economic impact of mega-events: what are the benefits of the 2014 Olympics for Sochi? In: ROMANOVA, G. (ed.) *Professional training for the XXII Olympic and XI Paralympic Winter Games: problems and perspectives, 192-201*. Russia: Sochi State University for Tourism and Recreation, 2009.
- NOLL, R; ZIMBALIST, A. Build the stadium – create the jobs! In: NOLL, R.; A. ZIMBALIST, A. (ed.) *Sports, jobs and taxes: the economic impact of sports teams and stadiums*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 1997.
- NUNES, K. RDC é o primeiro legado das Copas. *Folha de Pernambuco*, Recife, 21/04/2013. Disponível em: http://www.folhape.com.br/cms/open/cms/folhape/pt/edicaoimpressa/arquivos/2013/04/21_04_2013/0017.html
- OECD. *Local development benefits from staging global events: achieving the local development legacy from 2012*. UK: OECD-LEED, October 2010.
- ODA. *Transport plan for the London 2012 Olympic and Paralympic Games*. Consultation Report. United Kingdom: ODA, April 2011.
- OLIVEIRA, A. A economia dos megaeventos: impactos setoriais e regionais. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 120, p. 257-275, jan-jun., 2011.

- OLIVEIRA DA SILVA, L. *Impactos econômicos e legados de megaeventos esportivos: uma visão crítica da Copa de 2014*. Campinas: Unicamp, 2011. (Monografia, Graduação em Ciências Econômicas)
- ORLANDO Silva diz que comunista e esporte tem tudo a ver. Portal *Vermelho*, Notícias, 8.out.2009.
- ORR, R. Financial glue that binds Olympic rings holding firm. *Financial Times*, United Kingdom, July 27, 2009.
- OXFORD ECONOMICS. *The economic impact of the London 2012 Olympic & Paralympic Games*. United King: Oxford Economics, 2012.
- OWEN, J. Estimating the cost and benefit of hosting Olympic Games: what can Beijing expect from its 2008 Games? *The Industrial Geographer*, USA, v. 3, no. 1, p. 1-18, 2005.
- PAES abre seminário sobre desenvolvimento do Rio com as Olimpíadas de 2016. *Jornal O Dia*, Rio de Janeiro, 18.mar.2010.
- PAPPON, T. Olimpíada foi prenúncio de crise grega, dizem especialistas. Portal da *BBC Brasil*, 30.nov.2011. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111117_atenas_2004_crise_grega_tp.shtml
- PAYNE, M. *A virada olímpica: como os Jogos Olímpicos se tornaram a marca mais valorizada no mundo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; COB, 2006.
- PAZ, S. M. Copa do Mundo: o turismo de eventos entra em campo. In: MATIAS, M. (org.) *Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos*. Barueri-SP: Manole, 2011.
- PELLEGRINO, G.; HANCOCK, H. *A lasting legacy*. How major sporting events can drive positive change for host communities and economies. Washington, DC: Deloitte, February 16, 2010.

- PILLAY, U.; BASS, O. Mega-events as a response to poverty reduction: the 2010 FIFA World Cup and its urban development implications. *Urban Forum*, v.9, n.3, p.329–346, 2008.
- PITTS, B. G.; STOTLAR, D. K. *Fundamentos do marketing esportivo*. São Paulo: Phorte, 2002.
- PORTER, P. Mega-sports events as municipal investments: a critique of impact analysis. In: FIZEL, J.; GUSTAFSON, E.; HADLEY, L. (eds.) *Sports economics: current research*. Westport, USA: Praeger, 1999.
- POYNTER, G. Regeneração urbana e legado olímpico de Londres 2012. In: DACOSTA, L. P.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (eds.) *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- PRAÇA, A. África do Sul 2010: legado no bolso da Fifa e seus parceiros. *Le Monde Diplomatique – Brasil*, ano 5, n. 52, São Paulo, nov. 2011.
- PREUSS, H. Lasting effects of major sporting events. *Idrottsforum*, Malmö Högskola, December 13, 2006. Available in: <http://www.idrottsforum.org/articles/preuss/preuss061213.html>
- PREUSS, H. Fifa World Cup 2006 and its legacy on tourism. In: CONRADY, R.; BUCK, M. (eds.) *Trends and Issues in Global Tourism 2007*. Germany: Springer Berlin Heidelberg, 2006b.
- PREUSS, H. Impactos econômicos de megaeventos: Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos. In: DACOSTA, L. P.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (eds.) *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- PRINCIPAL desafio do Brasil nas Olimpíadas de 2016 é deixar um legado para a população, afirma Dilma. Entrevista publicada no *Blog do Planalto* em 26.jul.2013. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/principal-desafio-do-brasil-nas-olimpiadas-de-2016-e-deixar-um-legado-para-a-populacao-afirma-dilma/>

- PRONI, M. W. A reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing. *Esporte e Sociedade*, ano 3, n. 9, jul-out. 2008.
- PRONI, M. W. Observações sobre os impactos esperados dos Jogos Olímpicos de 2016. *Motrivivência*, Florianópolis, ano XXI, n. 32-33, pp. 49-70, 2009.
- PRONI, M. W. Economia do esporte: um campo de estudo em expansão. In: TURTELLI, S. (org.) *Esporte em foco*. Bauru, Unesp: Cultura Acadêmica, 2010.
- PRONI, M. W.; ARAÚJO, L.; AMORIN, R. Leitura econômica dos Jogos Olímpicos: financiamento, organização e resultados. *Texto para Discussão* n. 1356, Rio de Janeiro, IPEA, ago. 2008.
- RAMALHO, T. Aldo Rebelo diz que todo o País será beneficiado com legados das Olimpíadas de 2016. *Portal CT*, 25 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.portalct.com.br/estado/2012/05/25/44109-aldo-rebelo-diz-que-todo-o-pais-sera-beneficiado-com-legados-das-olimpiadas-de-2016>
- REBELO, A. Entrevista. *Cadernos FGV Projetos*, ano 8, n. 22, p. 22-29, jun/jul. 2013. (Futebol e desenvolvimento socioeconômico)
- REIS, G. Interdição do Engenhão: legado da Copa e Olimpíada em cheque. *The Brazilian Post*, London, 11.abr.2013. Disponível em: <http://brazilianpost.co.uk/11/04/2013/interdicao-do-engenhao-coloca-legado-da-copa-e-olimpiada-em-cheque/>
- RIO 2016: legado positivo em Pequim; Barcelona deu acesso a praias e revitalizou transporte. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2.out.2009.
- RITCHIE, H. Maximizando o legado de infraestrutura da Copa e dos Jogos Olímpicos no Brasil. *Interesse Nacional*, São Paulo, n. 18, julho, 2012.
- ROCHE, M. Olympic and sport mega-events as media-events: reflections on the globalisation paradigm. In: WAMSLEY, K.; BARNEY, R.; MARTYN, S. (eds.) *The global nexus engaged*. Sixth International Symposium for Olympic Research. International Centre for Olympic Studies, Canada, p. 1-12, 2002.

- ROGERS, S. London Olympics 2012: where does the money come from – and where’s it being spent? *The Guardian*, London 2012 Olympics Data, July 26, 2012.
- ROMÁRIO diz que Copa de 2014 será o “maior roubo da história”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18.mar.2012.
- ROSE, A. K.; SPIEGEL, M. M. The olympic trade effect. *Finance & Development*, IFM, Washington, v. 47, n. 1, p. 12-3, March, 2010.
- SALGADO, D. Financiamento e superoferta pós-Copa desafiam setor hoteleiro. *Portal 2014*, Sinaenco, São Paulo, 11.ago.2011. Disponível em: <http://www.portal2014.org.br/noticias/7755/financiamento++superoferta+poscopa+desafiam+setor+hoteleiro.html>
- SAUNDERS, G. Update economic impact of the 2010 FIFA World Cup. *Grant Thornton Strategic Solutions*, South Africa, April 30, 2010. Available in: http://www.satsa.com/Downloads/Grant_Thornton_2010_economic_impact_update_300410.pdf
- SCHIMMEL, K. S. *Os grandes eventos esportivos: desafios e perspectivas* (Major sport events: challenges and outlook). Coordenação de Paulo Cesar Montagner e Pedro A. Funari. Belo Horizonte: Unicamp, 2013. (Coleção CEA v Esporte)
- SCHMIDT, S. Rio 2016: urbanista sugere que vilas olímpica e de imprensa fiquem na Zona Portuária. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5.out.2009.
- SCHREIBER, M. Turistas vão gastar R\$ 25 bilhões na Copa de 2014, prevê Embratur. *Folha de São Paulo*, 6.ago.2013.
- SHERWOOD, B. A chance for business to benefit. *Financial Times*. July 27, 2009a.
- SHERWOOD, B. Rising in the east. *Financial Times*. July 27, 2009b.
- SHIN, H. B. Life in the shadow of mega-events: Beijing Summer Olympiad and its impact on housing. *Journal of Asian Public Policy*, v. 2, no. 2, p. 122-141, July 2009.

- SILVA, O. Faremos a melhor Copa da história. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 abr. 2011.
- SILVA, C. A. F.; OSBORNE, R.; MURAD, M.; SANTOS, R. F.; MOCARZEL, R. C. S.; PORRETI, M. F.; FIGUEIREDO, R. S.; SOUSA, E. G. R. S. Expectativas da mídia sobre o legado das Olimpíadas de 2016. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, Florianópolis, v. 33, n. 4, p. 939-957, out/dez. 2011.
- SOUZA, J. de; MARCHI JÚNIOR., W. Os “legados” dos megaeventos esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões. *Motrivivência*, Florianópolis, ano 22, n. 34, p. 245-255, jun. 2010.
- SZYMANSKI, S. The economic impact of the World Cup. *World Economics*, USA, v. 3, no. 1, p. 169-177, 2002.
- TAVARES, O. Megaeventos esportivos. *Movimento*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 11-35, jul/set. 2011.
- TEIGLAND, J. Mega-events and impacts on tourism: the predictions and realities of the Lillehammer Olympics. *Impact Assessment and Project Appraisal*, USA, v. 17, no. 4, p. 305-317, 1999.
- THE BUDGET for the London 2012 Olympic and Paralympic Games. London: House of Commons, 2008.
- THUSWOHL, M. Repudiadas por cariocas, reforma e concessão do Maracanã abrem feridas. *Carta Maior*, 22.jun.2013.
- TREZZI, H; MONTEIRO, M. Gastos com a Copa devem receber fiscalização mais rigorosa. *Zero Hora*, Porto Alegre, 29.jun.2013.
- TURISMO será um dos grandes beneficiados com olimpíadas no Rio. Ministério do Turismo, Dados e Fatos, Brasília, 2.out.2009. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/geral_interna/noticias/detalhe/20091002.html

- TUROLLA, F. A economia da Copa. *Conjuntura da Infraestrutura*, São Paulo, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, ed. 6, julho, 2009.
- UNIVERSITY OF EAST LONDON. *Olympic Games impact study – London 2012 Pre-Games Report*. United Kingdom: UEL; Thames Gateway Institute for Sustainability, 2010.
- UVINHA, R. R. Os megaeventos esportivos e seus impactos: o caso das Olimpíadas da China. *Motrivivência*, ano XXI, n. 32/33, jun.-dez. 2009.
- VALUE PARTNERS BRASIL. *Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil*. Brasília: Ministério do Esporte, 31 mar. 2010. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/estudoSobreImpactosEconomicosCopaMundo2014.pdf>
- VAINER, C. (coord.) *Grandes projetos urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira?* Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2010. (Relatório de pesquisa)
- VAINER, C. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *Anais... XIV Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro, 2011. CD-ROM.
- VILLANO, B; TERRA, R. Definindo a temática de legados de megaevento esportivos. In: DACOSTA, L. P.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (eds.) *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- ZAMPIERI, A. C. Especialistas questionam real impacto da Copa de 2014 no país. Portal IG, 28 jun. 2010. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/mercados/especialistas+questionam+real+impacto+da+copa+de+2014+no+pais/n1237683217119.html>
- ZARCO, R. Olimpíada-2016: fonte de renda. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29.set.2009.

ZIMBALIST, A. Is it worth it? Hosting the Olympic Games and other mega sporting events is an honor many countries aspire to – but why? *Finance & Development*, IFM, Washington, v. 47, n. 1, p. 8-11, March, 2010.

WOOD, Z.; DAVIES, L. London retailers bemoan loss of trade as shoppers stay away. *The Guardian*, United Kingdom, July 31, 2012.

WOODMAN, P. London tourism struggles during Olympics. *The Independent*, United Kingdom, July 31, 2012.